



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA

PROPOSTA PEDAGÓGICA CED 15 DE CEILÂNDIA

Educação para transformar – exercício de 2019-2021

Ceilândia, junho de 2019

ANDERSON PEREIRA DE SOUZA
Diretor

CLEBER OLIVEIRA VARGAS
Vice-Diretor

GED-GILSON ALVES DE CARVALHO
GENIVALDO MIRANDA SANTOS
Supervisores Pedagógicos

CLÁUDIA RENATA DE ARAÚJO
IOMAR FERREIRA DE LIMA
LEIA FERREIRA DOS SANTOS
LEONARDO PINHEIRO PEDROSA
Coordenadores Pedagógicos

Comissão Organizadora:

Representante	Nome
Equipe Gestora	Anderson Pereira de Souza Cleber Oliveira Vargas Genivaldo Miranda Santos
Docentes	Rafael Feitosa da Silva Rosemeire Maia de Souza
Coordenadores	Leia Ferreira dos Santos Cláudia Renata Araújo
Carreira Assistência	Aurélio Oliveira dos Santos
Comunidade Escolar (Pais/Mães/Responsável/eis)	Jocília Alves dos Santos Ged Gilson Alves de Carvalho
Serviços de Apoio	Darclênia Barreto Linhares

Conselho Escolar:

Segmento	Representante
Membro nato	Anderson Pereira de Souza
Professores	Roberto Vinícios Lessa Couto
Professores	Sirlei de Lourdes Moreira Gontijo
Assistência	João Oliveira da Conceição
Pais	Josélio Alves dos Santos
Pais	Ged Gilson Alves de Carvalho
Pais	Jocília Alves dos Santos

“É na escola que passamos os melhores anos de nossas vidas, quando crianças e jovens. A escola é um lugar bonito, um lugar cheio de vida, seja uma escola com todas as condições de trabalho, seja uma escola onde falta tudo. Mesmo faltando tudo nela existe o essencial: gente, professores e alunos, funcionários, diretores. Todos tentando fazer o que lhes parece melhor. Nem sempre eles têm êxito, mas estão sempre tentando. Por isso, precisamos falar mais e melhor das nossas escolas, de nossa educação”.
(GADOTTI, 2008, p.02)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
I – PERFIL INSTITUCIONAL	14
1. Missão	14
2. Breve histórico da escola	15
2.1 Ontem	15
2.2 Hoje	20
2.3 Amanhã	22
3. Mapeamento Institucional	23
3.1 Contexto Educacional	23
3.2 Perfil dos Profissionais da Educação	24
3.4 Infraestrutura	27
3.5 Indicadores de Desempenho Escolar	29
3.5.1 Indicadores internos	30
3.5.1.2 Matrículas e transferências	30
3.5.1.3 Rendimento	31
3.5.1.4 Informações de matrícula	32
3.5.1.5 Conselhos de Classe	32
3.5.1.6 Avaliação Institucional	33
3.5.1.7 Número de alunos inscritos em vestibulares	33
3.5.1.8 Meios de ingresso dos formandos em curso superior	33
3.5.2 indicadores externos	33
3.5.2.1 Avaliação diagnóstica, Simulado do Ensino Médio e outros utilizados pela SEE-DF	33
3.5.2.2 Indicador de Desenvolvimento de Educação Básica – IDEB	34
3.5.2.3 ENEM	34
3.6 Gestão administrativa, pedagógica e financeira	35
3.6.1. <i>Órgãos e setores</i>	35
3.6.1.1 Equipe gestora	35
3.6.1.2 Secretaria	36
3.6.1.3 Conselho Escolar	36
3.6.1.4 Coordenação pedagógica	37

3.6.1.5 Caixa Escolar	39
3.6.1.6 Conselho de Classe	39
3.6.1.7 Grêmio Estudantil	41
3.6.1.8 Sala de Recursos.....	41
3.6.1.9 Serviço de Orientação Educacional.....	42
3.6.1.10 Fórum Permanente de Representantes (FPR).....	42
3.6.1.11 Mecanografia	42
II - FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.....	44
III – CONCEPÇÕES TEÓRICAS / PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	46
1.1.1 Constituição Federal.....	46
1.1.2 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	48
1.1.3 – Resolução nº 1/2012 – CEDF	50
1.2 Concepções Teóricas.....	51
1.2.1 - Os Quatro Pilares da Educação.....	58
1.2.2 - Códigos da Modernidade	61
1.2.3 - 10 Novas Competências para ensinar	62
1.2.4 – Pedagogia de Projetos.....	63
1.2.5 – Inteligências Múltiplas.....	65
IV - OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGIA DE AÇÃO	67
1.1 Gestão Pedagógica e Gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais	67
1.2 Gestão Participativa e de Gestão de Pessoas	67
1.3 Gestão Administrativa e Financeira.....	68
V - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA.....	70
1. Organização escolar: regime, tempos e espaços.....	70
2. Direitos Humanos, Educação Inclusiva e Diversidade	74
3. Organização Curricular	75
4. Projetos Interdisciplinares	76
5. Projeto de Transição entre Etapas e Modalidades.....	78
6. Relação escola-comunidade	79

VI - PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM.....	81
VII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	84
VIII- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
ANEXOS.....	89

APRESENTAÇÃO

Emerge, na trajetória da história da educação, constante preocupação com a introdução de inovações, sobretudo no campo das concepções das ideias pedagógicas. Períodos são demarcados pelo surgimento, no debate educacional brasileiro, de terminologias diferenciadas, justificados pela incorporação de novos conceitos no campo da legislação, nos artigos e estudos científicos resultante de pesquisas e no do posicionamento das diferentes correntes pedagógicas.

Tais incorporações, quase sempre, são resultantes das mudanças ocorridas na sociedade, nas relações sociais, nas exigências profissionais, na evolução das ciências nos diferentes campos do conhecimento e, principalmente nos avanço da compreensão do funcionamento dos processos de aprendizagem. Com igual impacto, o avanço no campo das comunicações, faz com que estas incorporações ocorram com incrível rapidez e em grande quantidade, exigindo, cada vez mais, a atualização e redirecionamento das práticas pedagógicas visando um melhor aproveitamento da escola e satisfação das expectativas da sociedade. Segundo Gadotti (1998),

(...) até muito recentemente, a questão da escola limitava-se a uma escolha entre ser tradicional e ser moderna. Essa tipologia não desapareceu, mas não responde mais a todas as questões atuais da escola. Muito menos à questão do seu projeto. (...) A crise de paradigmas também atinge a escola e ela se pergunta sobre si mesma; sobre seu papel como instituição numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia, das comunicações, da educação e da cultura, pelo pluralismo político, pela emergência do poder local. Nessa sociedade cresce a reivindicação pela participação, autonomia e contra toda a forma de uniformização; cresce também o desejo de afirmação da singularidade em cada região, de cada língua, etc.. A multiculturalidade é a marca mais significativa do nosso tempo. (p.15)

O Projeto Pedagógico é o instrumento que norteia, valida e legitima, as mudanças e inovações necessárias. Neste sentido, assume fundamental importância o seu processo de elaboração, sobretudo como resultado de um trabalho coletivo, com a participação efetiva de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar.

Muitas vezes este aspecto primordial, o envolvimento coletivo, torna-se o principal problema. Surgem barreiras às inovações e mudanças, alicerçadas na rejeição total ou na falta de envolvimento dos segmentos representativos da escola ou no corporativismo, dificultando sua elaboração e implementação. Quando convocados à participação, se fazem presentes, porém torna-se perceptível a intenção de desvencilhar-se da tarefa o mais rápido possível, sem o necessário compromisso.

A concretização das mudanças e inovações frequentemente esbarram em barreiras. Tradicionalmente essas barreiras são justificadas, sobretudo, nas deficiências de instalações, materiais, salários, condições de trabalho, nas práticas pedagógicas, na organização curricular, nas formas de gestão e ainda, em posturas políticas e pedagógicas radicais que neutralizam as iniciativas, sobretudo no campo da autonomia e da participação. Neste sentido (Thurler, 2001) , afirma que

(...) as escolas que produzem efeitos notáveis sobre as aprendizagens dos alunos apoiam-se mais nas mudanças que o sistema educativo introduz em larga escala, em vez de combatê-las. (...) esses estabelecimentos escolares aproveitam-se das reformas do sistema educativo ou das incitações a se comprometerem em inovações para desenvolver um projeto ou se revitalizarem e modificarem(...)(p.115)

Verifica-se a existência de escolas que acabam por perder grande quantidade de tempo e energia institucional combatendo, criticando, criando barreiras ou arrumando justificativas para o “não fazer”, quando os avanços poderiam ser maiores abraçando a busca das inovações, aproveitando para colher os aspectos positivos ao longo do processo.

A mesma autora ressalta ainda no caminho das inovações a importância da proposta pedagógica para fundamentar, consolidar, legitimar e constituir uma referência para nortear os processos de implantação e avaliação destas inovações, afirmando que

(...) tal atitude supõe, que as escolas desenvolvam as competências e posturas necessárias para definirem seus próprios objetivos e concluírem um projeto comum. A existência de um projeto local poderia, pois, sob determinadas condições, constituir um fator favorável às reformas de conjunto.(p115)

O presente documento denominado PROPOSTA PEDAGÓGICA (PP) DO CENTRO EDUCACIONAL 15 DE CEILÂNDIA, tem por objetivo explicitar, internamente, para a comunidade escolar (direção, professores, auxiliares, pais e alunos) e externamente, para os órgãos competentes e comunidade em que a escola esta inserida - a definição dos princípios norteadores das ações administrativas e pedagógicas do Centro Educacional 15 de Ceilândia, localizado na Expansão do Setor O, Ceilândia. Ele representa o compromisso coletivo do CED 15 na busca da excelência no ensino, em um cenário de gestão democrática. Constitui um referencial para as ações desenvolvidas pedagógica e administrativamente e não apenas um documento burocrático arquivado numa gaveta.

Empenhar constantes esforços na elaboração e reflexão deste Projeto Pedagógico, na implementação das ações para a sua consolidação e avaliação, constitui referencial para o sucesso da escola, sobretudo na oferta de uma educação pública de qualidade, sendo necessário um:

(...) permanente processo de discussão e reflexão, a partir das práticas pedagógicas, contribuindo com a organização de todo o trabalho escolar. Precisa de cuidado permanente de visibilidade plena e compromisso de todos, os quais se tornam co-responsáveis por sua implantação e acompanhamento, superando o imobilismo e favorecendo a mudança. (Filipouski, Marchi e Shäffer, p. 33, 2005)

Neste sentido, o processo de reconstrução, desta PP buscou contemplar a participação de toda comunidade escolar. Inicialmente toma como base a PP vigente, evitando “reinventar a roda”, mas adequá-la aos novos caminhos a serem trilhados. Em reuniões com toda a comunidade escolar realizadas no dia 12/03/2019, ao longo dos três turnos, o mesmo foi apresentado e debatido por pequenos grupos de trabalho que apresentaram em plenária. Em seguida foi feito o convite a todos que tivessem o interesse em participar ao longo de todo o processo. Infelizmente foram poucos que se manifestaram a este compromisso. Após início dos trabalhos, outros foram convidados na tentativa de garantir todos os possíveis diferentes olhares: representantes dos três turnos, de todas as áreas de conhecimento, de todos profissionais da escola, de pais, alunos, de pensamentos, dentre outros. Representa uma síntese dos registros dos resultados das reflexões desencadeadas nas reuniões

com professores, pais, auxiliares e alunos; nos levantamentos e pesquisas realizadas; nas reuniões de Conselhos de Classe e Conselho Escolar e em momentos informais, nos quais foram apresentadas críticas e sugestões.

Nele, procura-se descrever o cenário em que a escola desenvolve suas ações; suas dificuldades e aspirações; suas deficiências e pontos positivos, tornando-se expressão da realidade, instrumento para consultas e principalmente, referencial para o planejamento e execução das atividades administrativas (inclusive financeiras e jurídicas), pedagógicas e comunitárias do CED 15. Propõe, em sua intencionalidade, espaços para aspectos como autonomia e flexibilidade, no sentido de proporcionar oportunidades para que outras ações venham a ser planejadas, incorporadas e operacionalizadas dentro do ambiente escolar, de acordo com as novas necessidades que venham a surgir em função das constantes e rápidas transformações pelas quais passam o mundo, a sociedade e a comunidade do CED 15 de Ceilândia.

Legitima-se a PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CENTRO EDUCACIONAL 15 DE CEILÂNDIA, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, através de sua importância e obrigatoriedade. Tal necessidade pode ser identificada na intencionalidade que permeia em diferentes pontos da Lei.

Ao definir a Educação como “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” a Lei indica outros espaços para a aquisição do conhecimento, compreendidos como processos que visam minimizar o peso excessivo que recai sobre a escola como única responsável pela educação dos jovens e a necessidade do envolvimento e participação de outros segmentos da sociedade no processo de educação do jovem.

GOMES, (1998: p.14), reforça o posicionamento acima ao afirmar que “a Lei, repete, em grande parte, o texto constitucional sobre a educação, detalhando-a, ora aqui, ora ali” e restringe o campo de ação da LDB afirmando que “somente a educação escolar é objeto da Lei”, destacando porém que no campo das

responsabilidades ela concebe a educação “como direito de todos e dever do Estado e da Família”

No entanto é inegável que a instituição Escola aparece como responsável mais próxima do aluno em duas responsabilidades básicas. Primeiro porque a ela compete a responsabilidade pela efetivação do processo educativo formal e em segundo, mas não menos importante, sua responsabilidade pela articulação com outros ambientes citados como espaços onde se efetivam os processos de aprendizagem.

Neste contexto de responsabilidade de articular forças internas e externas em benefício de uma educação de qualidade, emerge a necessidade da elaboração e utilização de mecanismos que garantam o efetivo envolvimento da família e de outras instituições no processo educativo, valorizando a coparticipação e corresponsabilidade. Estes aspectos são contemplados pela Lei nº 4.751/2012, que estabelece a Gestão Democrática nas escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, em acordo com os Arts. 3º, VIII e 14º da LDB e o Art. 206, VI, da Constituição Federal. A elaboração e acompanhamento do PP se constitui um dos mais valiosos mecanismos para incentivar, garantir e articular esta participação.

Fica visível a necessidade da elaboração da proposta pedagógica frente aos aspectos legais. A luz do legislador, ela constitui um instrumento pelo qual a unidade de ensino define suas metas e prioridades, reconheça suas características e necessidades próprias; priorize seus objetivos e metas; estabeleça princípios básicos de sua ação pedagógica e linhas norteadoras da prática docente; explicita as ações administrativas necessárias para a prática da gestão institucional, as formas para participação comunitária e parceria com outras instituições. A partir destes pressupostos definem-se as formas de participação e responsabilidades de cada segmento que compõe a comunidade escolar e através das quais serão traçados os rumos da própria escola.

Para a elaboração da presente Proposta Pedagógica, somam-se ainda os documentos que embasam as exigências da legislação, cujo referencial encontra-se nos pareceres e instruções que complementam ou normatiza a LDB, quer sejam através do Conselho de Educação ou da Secretaria de Educação.

A Resolução 01/2003 do CEDF , ao focar o tema, aponta o Projeto Político Pedagógico como definidor da identidade da instituição de ensino ressaltando que a sua elaboração é de responsabilidade da escola com participação dos segmentos escolares observados princípios e diretrizes da legislação educacional e mesmo pertencendo a uma rede, (como no caso das escolas públicas do Distrito Federal) deve apresentar aspectos comuns à rede mas contendo suas singularidades que a tornam única.

Por fim, este documento representa as reflexões da nossa comunidade escolar sobre a existência da escola, sua trajetória e situação atual, bem como onde ela quer chegar, o que utopicamente nos remete a um pensamento

“Os ideais são como as estrelas: nunca as alcançaremos.

Porém, assim como os marinheiros em alto mar,

Traçaremos nossos caminhos seguindo-as.”

Jean Paul Sartre

I – PERFIL INSTITUCIONAL

1. Missão

Facilitar o desenvolvimento integral de cidadãos conscientes, capazes de intervir na sociedade, de continuar seus estudos, ingressar e permanecer no mundo do trabalho.

Por **desenvolvimento integral** entendemos o desenvolvimento humano em suas habilidades intelectuais, cognitivas, afetivas, físicas, éticas e sociais.

Nossa concepção de **cidadão consciente** diz respeito a sua capacidade de intervir de forma consciente, responsável, solidária, ética e crítica na sociedade.

Continuação dos estudos não se restringe a incentivar o aluno, mas capacitá-lo a iniciar cursos técnicos, universitários e afins por meio dos objetos de conhecimento, das habilidades e competências desenvolvidas.

Ingresso e permanência no mundo do trabalho compreende seu estabelecimento pelo desenvolvimento de sua pro atividade, posicionamento crítico, respeito a normas e hierarquia bem como competências necessárias inerentes à função desempenhada, seja ela carreira universitária, técnica, funcionalismo público, empreendedorismo, comércio, dentre outros.

Entende-se que o cumprimento desta Missão constitui a oferta de **educação pública de qualidade**.

2. Breve histórico da escola

2.1 Ontem

(...) morar na Expansão e não comprar um revólver é pedir para morrer. Por trás da afirmativa, um menor de 15 anos, sem sorrisos – nem dentes para sorrir -, mostram que aquele brilho de esperança e juventude ficou para trás, escondido em algum lugar; (...) É comum, na Expansão do Setor O, meninos de 11, 12 anos, usarem, por dentro da roupa, pistolas como a 12, de dois canos – aqui é assim. O cara ficou com raiva, mete bala; (...) Será que ele não tem medo de morrer? Claro que não, a vida é assim.

O trecho da reportagem acima “Na Expansão, boné, bermuda e oitão ” retrata o panorama do início da Expansão Setor O. A violência estava impregnada no cotidiano de uma comunidade marcada pela carência socioeconômica; baixo poder aquisitivo; ausência de infraestrutura básica; saneamento básico deficiente; condições precárias de moradia; altos índices de desemprego, de criminalidade e violência; segurança pública deficitária; acentuada ausência de opções de lazer e grande porcentagem de crianças e jovens com problemas emocionais.

Uma peculiaridade em seu processo de formação consiste no fato de que a mãe solteira era valorizada como quesito para a contagem de pontos, distribuição e recebimento dos lotes. Por ser a responsável pela manutenção financeira da casa a mulher, mãe, tem de trabalhar fora, deixando as crianças aos cuidados de outras pessoas e – pior ainda – em algumas situações sozinhas, com irmãos mais velhos ou então praticamente a revelia, sozinhos na rua, compartilhando relações e hábitos nem sempre, saudáveis, vivendo e recebendo todas as influências que contribuíram para consequências seu processo educacional e formativo.

Já no princípio do processo da demarcação dos lotes, a chegada das famílias e dos moradores pioneiro, devido à necessidade e grande importância concedida à escola, enorme expectativa apoderou-se dos novos moradores e inúmeras manifestações e movimentos foram deflagrados reivindicando a construção de escolas que pudessem suprir a demanda dos alunos nas diversas séries, níveis e modalidades de ensino.

A implantação das escolas no setor, mesmo que inconscientemente, trazia consigo a esperança de que, além da sua função da transmissão de conhecimento, desenvolveria a função social de complementar ou redirecionar as deficiências da educação familiar em função da conjuntura e deficiências já descritas. Nesta expectativa enquadra-se nas funções sociais que a escola pode e deve desenvolver restrita obviamente dentro de alguns limites e parâmetros. No entanto, em muitos casos, elas atingiam o extremo e eram sobrecarregadas, exigindo-se uma atuação como verdadeiras substitutas da educação familiar, constituindo em alívio para muitas mães que viam na escola, apenas um lugar onde poderia deixar o filho em relativa segurança, acompanhadas de pessoas que pudessem “cuidar” dele, enquanto empenhava-se no trabalho para o sustento da família. Nesse contexto construído com blocos de concreto pré-moldados em argamassa para redução de custos, em **02 de maio de 1989**, na QNO 17 conjunto B lote 01, na Expansão do Setor O, era inaugurada a quarta escola da região, o Centro de Ensino de 1º Grau 17 de Ceilândia. Pouco tempo depois passou a se chamar Centro de Ensino Fundamental 17 de Ceilândia, CEF 17 de Ceilândia.

Merece destaque o fato de que, já na sua solenidade de inauguração e entrega a comunidade já se encontrava dividida entre – de um lado - o agradecimento pela Escola recebida – e de outro - a surpresa e indignação com a estrutura da Escola, desconhecida até então, em argamassa pré-moldada.

Surge nesta situação a afirmativa de que a construção seria emergencial e um prazo máximo de cinco anos para a construção de prédio definitivo para o funcionamento da Escola. No entanto, mesmo sem informações precisas e verídicas sobre essa origem, essa afirmação gerou bastante polemica e “não ditos”, entre eles a falta de expectativa de que a definição da tipologia e construção da escola teria sido projetada para a duração máxima de cinco anos. Agregavam-se as reivindicações por melhores condições de trabalho, segurança, construção de muros em substituição aos alambrados de tela, pela urgente instalação de telefone e o complemento das instalações, principalmente da quadra de esportes.

Nos seus primeiros anos de atendimento, configurava-se uma estratégia de atendimento direcionado principalmente para as séries iniciais do Ensino do 1º

grau, atual Ensino Fundamental, procurando manter os alunos estudando, dentro das disponibilidades o mais próximo possível de suas residências.

No início, em função da própria característica e faixa etária a Escola apresentava como característica a constante promoção de atividade extraclasse como gincanas, festa junina, torneios esportivos, passeios recreativos, encontro de jovens, participação em desfiles e outras semelhantes. Grande parcela desta tendência resultava da necessidade do envolvimento dos alunos neste tipo de atividade, devido à ausência de opções de lazer e recreação na comunidade.

A sistematização das atividades recreativas, procurava evitar que a Escola se transformasse apenas em um local de lazer, uma única opção “segura” para o encontro das crianças e dos jovens, para as brincadeiras, namoros, etc, descaracterizando a sua função pedagógica de construção e multiplicação do conhecimento. A organização destes eventos, o envolvimento dos alunos e da comunidade na organização, regulava a participação evitando que tais atividades tornassem apenas uma brincadeira, sem a necessária responsabilidade dos fins educativos e de aprendizagem definidos mais tarde por Perrenoud (2001) ao evidenciar a necessidade da “transposição didática ” ou seja, o aproveitamento sistematizado e contínuo de todos os momentos vivenciados no ambiente, espaço e tempo escolares em momentos de aprendizagem significativas e contextualizadas.

É inegável, entretanto que, apesar dos “perigos” e dos “desvios” que estavam sujeitos, foram superados e a configuração da Escola desencadeou um processo de interação constante com a comunidade, suas ações e principalmente o reconhecimento e valorização dos docentes que, por sua proximidade com os alunos e suas famílias, criaram fortes vínculos de amizade, de respeito, aspectos que causavam impacto positivo nas relações, no funcionamento da escola e no desenvolvimento das atividades curriculares.

Se, no campo pedagógico, as influências do cotidiano externo provocavam forte impacto, nos aspectos disciplinares esse impacto era muito mais perceptível, despertando preocupações mais acentuadas gerando inúmeras dificuldades.

Notadamente na fase da sua implantação e posteriormente nos anos seguintes, foram considerados como graves problemas de indisciplina a falta de hábitos de convivência escolar e social. Esta análise tinha como referência as constantes brincadeiras, correrias desenfreadas, imitações de brigas, conflitos verbais, agressões físicas e inúmeras outras situações. Mesmo que sejam considerados por muitos estudiosos e educadores como “normais” devido às características próprias da faixa etária e do cotidiano dos alunos atendidos na ocasião, a gravidade emergia principalmente nas consequências negativas provocadas no aproveitamento - muitas vezes insuficiente que levava ao baixo rendimento, repetência, evasão escolar, e/ou no desencadeamento da violência escolar.

A evidência das dificuldades era percebida no número constante e elevada de registro de brigas entre alunos, ameaças entre grupos rivais, roubos, agressões e outros tipos de situações comportamentais que são caracterizadas como manifestações de violência. Em consequência eram constantes, também, as críticas pela falta de segurança interna, em função da constante presença de elementos estranhos no interior da escola. Essa situação era creditada principalmente à facilidade de pular o muro, que era muito baixo; pelas dificuldades em controlar acesso de elementos estranhos ao ambiente escolar e pela constante movimentação dos próprios alunos que se dirigiam para as aulas de Educação Física - que eram realizadas em turno contrário - ou para a utilização da biblioteca.

Fato pitoresco foi o processo de construção de muros em torno da escola. Paredes erguidas de dia eram derrubadas durante a noite pela Própria comunidade. Parte da explicação era a volta que se precisaria dar bloqueada a “passagem” por dentro da escola, atalho da época. Somente com a presença do exército foi possível a conclusão dos muros de segurança da escola.

Mas esses não eram os únicos problemas da comunidade recém-formada da Expansão Setor O. Além das crianças, muitos jovens também precisavam estudar, mas no Ensino Médio. A prioridade eram os alunos de Ensino Fundamental, o que implicava o deslocamento destes jovens e adolescentes para estudarem em outros setores, principalmente Setor O, P Norte, Taguatinga. À ausência de oferta de Ensino Médio na Expansão somou-se ainda:

- A sobrecarga dos centros educacionais mais próximos, que não comportavam a demanda de seus setores e ainda mais de outros;
- O baixo poder aquisitivo da clientela, que gerava dificuldade quanto ao aspecto financeiro da locomoção para outras regiões;
- As dificuldades apresentadas pela falta de segurança, para alunos do noturno que retornavam altas horas da noite e eram vítimas de assaltos, agressões, dentre outros mais graves.

Era um caminho sem volta, fazia-se necessária a presença de uma escola que ofertasse Ensino Médio na Expansão do Setor O. A solução paliativa encontrada foi a abertura de turmas no noturno da escola, até então desativado. Porém, a tipologia da escola não permitia e nem havia salas suficientes para tal. Somente foi possível a implantação de turmas de Ensino Médio no, agora, CEF 17 em 1990 em regime de anexo do Centro Educacional 09 de Ceilândia. Situação que só mudaria em 1998, com o Ensino Médio devidamente regularizado no ainda CEF 17 de Ceilândia. E apesar de ser uma solução gerou outro problema: a dificuldade em que a escola fosse reconhecida pela oferta de Ensino Médio. Era bem comum não receber benefícios destinados ao Ensino Médio por se tratar de um CEF e de não receber aqueles destinados aos CEFs por atender Ensino Médio.

Enquanto isso a estrutura física, dita como provisória, da escola definhava. O imprevisto da construção em argamassa pré – moldada cobrava seu preço. Por mais que a Equipe Gestora da época não poupasse esforços para conservar e embelezar a escola seus dias estavam contados. O mesmo acontecia também com outras escolas do setor. Foi priorizada a reconstrução de escolas com atendimento de séries iniciais, Escola Classe 53 e Escola Classe 56, enquanto ficava na CEF 17 que obras se iniciassem a escola chegou a funcionar em regime de anexo para atender a demanda destas duas escolas que tiveram seus prédios desativados. .

No entanto, mesmo após a reconstrução das Escolas Classes 53 e 56 a sonhada reconstrução não teve sequer perspectiva de início. O tempo passava e situações que antes causavam transtorno à prática pedagógica passaram a representar risco cada vez mais real à segurança de todos. Choques em paredes, placas de concretos soltas, infiltrações, quedas de energia, alagamentos já configuravam desagradável rotina.

Apesar de já existir anteriormente encaminhamentos no sentido de garantir a reconstrução do prédio, a queda de uma pesada placa do telhado, durante as aulas, intensificou manifestações pela reconstrução da escola. Daí seguiram abaixo assinados, passeatas, reportagens, até que enfim foi prometida uma reforma geral, o que não foi aceito, visto que seria um grande transtorno para algo que não passaria de um remendo. Não havia outra saída que não fosse a reconstrução.

Não houve entidades ou parlamentares que comprassem a briga da escola neste sentido, foi a mobilização da comunidade articulada pela escola que tornou possível o compromisso do governo, em 2008, numa reunião entre representantes da escola e do governo, pela reconstrução da escola. A luta passou a ser pelo início das obras e local onde a escola funcionaria durante a obra. Paralelamente estava sendo construído o CEF 29. Após várias reuniões e negociações, foi decidido que ao término da construção do CEF 29, o CEF 17 ocuparia as dependências em conjunto com a nova escola, prevista para 2011. Porém a situação se agravou com o Embargo Judicial no início de 2010 exigindo a desocupação do prédio. Chegou a ser cogitada a dissolução da escola. Chegou a ser oferecida dependências de uma escola no Cruzeiro, proposta também recusada. Por fim, em agosto de 2010, antes de terminarem a construção do prédio que abrigaria o CEF 29, realizamos a mudança para o prédio. Como não havia clientela para o novo CEF 29 iniciar no meio do ano, a ocupação foi unicamente por nossa escola.

Desde então a escola passou por mudanças profundas. Em 2012 passou a atender apenas turmas de Ensino Médio em definitivo e em abril de 2013 a escola passou por mudança de nomenclatura. Apesar dos pedidos acerca do cumprimento de uma promessa governamental, não foi autorizado o nome Centro de Ensino Médio 17 de Ceilândia, o que manteria a tradição da instituição e a escola passou a se chamar Centro Educacional 15 de Ceilândia. Ainda em outubro de 2013 foi concluída a construção do novo prédio, mas a mudança ocorreria apenas no ano seguinte a fim de não interromper as aulas.

2.2 Hoje

Ocupa um prédio novo pelo qual lutou 25 anos e ainda trava constantes embates no sentido de torná-lo adequado ao seu funcionamento. Mesmo estando dentro da garantia de construção, a mesma não pode ser acionada devidamente pelo

fato da empresa construtora ter falido e entregue as dependências com muitas falhas. Lida com situações pontuais de vandalismo como pichações, falta de zelo do patrimônio escolar e hábitos de higiene que potencializa essas dificuldades.

Atualmente a escola se vê refém de parte de sua própria comunidade. São frequentes os assaltos, ameaças e agressões aos alunos e comunidade em geral no percurso casa-escola em todos os turnos. Apesar dessa realidade externa aos portões da escola, são raros os casos em que temos situações envolvendo trocas de agressões entre alunos ou mesmo ameaças a professores e demais servidores. Em geral o alunado demonstra respeito aos professores e servidores, o que nem sempre se reflete no que se refere às normas escolares.

Outro grande desafio é lidar com uma clientela extremamente heterogênea. Grande parte do corpo discente ainda possui baixa autoestima, limitando conquistas possíveis e intensificando o desinteresse pelos estudos, ao passo que existe uma minoria que já enxerga a nova abertura facilitadora ao Ensino Universitário gratuito como algo palpável. A conscientização e orientação a respeito das possibilidades reais obtidas pelo estudo muitas vezes acabam se sobrepondo ao próprio processo de ensino-aprendizagem, prejudicando a esses.

Apesar da oferta exclusiva de Ensino Médio nos três turnos, a escola ainda guarda algumas características de atendimento a turmas de Ensino Fundamental, necessitando voltar seu olhar para o melhor preparo dos alunos para caminharem sozinhos na continuidade de seus estudos pós Ensino Médio.

O fato de existir alunos morando desde o perímetro escolar até outras regiões administrativas é outro fator que dificulta o trabalho pedagógico uma vez que causa dificuldades aos trabalhos realizados em grupos. A realidade financeira também exerce significativa influência, temos desde alunos filhos de funcionários públicos e grandes comerciantes a outros que passam necessidades básicas. Numa espécie de ciclo a escola hoje atende uma parcela considerável de alunos com o mesmo perfil daqueles que teve em sua criação.

Tem apresentado queda na distorção idade-série e índices de reprovação, embora ainda distantes daqueles considerados ideais. Mesmo no Ensino Noturno essa realidade é perceptível. Muito ainda há de ser feito para que essa

melhoria interna se materialize em conquistas externas mais expressivas para nossa comunidade.

2.3 Amanhã

Muitos são os desafios na busca de uma oferta de educação de qualidade. Mas talvez o grande desafio ainda seja que toda a comunidade escolar seja capaz de definir a identidade da escola, seu perfil, suas metas, sua missão, independente de quem esteja na equipe gestora. De tal modo que seja vivenciada na vida cotidiana da escola não uma política de direção, mas uma política de escola, da qual todos se sintam partícipes e responsáveis.

Fato é que o CED 15 de Ceilândia já demonstrou ter em seu DNA a garra e persistência aliadas a criatividade e solidariedade comum ao povo brasileiro, que torna sua comunidade escolar a Família 17, agora Família 15. Mais de 30.000 alunos já passaram pela escola e fazem parte dessa trajetória. O CED 15 não é o prédio, somos nós, sua comunidade escolar e se o homem é do tamanho de seu sonho, como brada Fernando Pessoa, queremos sonhar cada vez mais alto.

E se podemos sonhar hoje, muito devemos a pessoas que nestes trinta anos tem sua história se confundindo com a da própria escola, mas alguns merecem destaque especial pela sua contribuição. Citamos de início a professora Joana que foi a primeira diretora. A ela coube estruturar a escola, montar equipe à frente do projeto da escola num momento em que praticamente todo o corpo docente era composto por contratos era comum ir a Regional de Ensino para convencer professores recém contratados e contratos temporários a abraçarem o novo projeto que se iniciava. Era formada ali a raiz do perfil acolhedor e inclusivo da escola.

Se o iniciar foi complicado, consolidar foi ainda mais. À segunda equipe gestora coube a difícil tarefa de transição pedagógica numa escola com extrema rotatividade e infraestrutura ainda em andamento. Os professores César, Sônia e Gislene - diretor, vice e assistente (equivalente a supervisão de hoje) respectivamente – são alicerces da identidade construída da escola. Tanto que quando exonerados da função por ocasião de troca de governo e removidos da escola comunidade se levantou para que voltassem, a ponto de professores fazerem permuta com eles indo para Taguatinga de modo que pudessem concorrer de forma democrática, na única

eleição em que houve 2 chapas concorrendo. Foram reconduzidos e participaram de muitas outras conquistas ainda, sendo fundamentais no início do processo de reconstrução.

Ao longo de sua vida são tantas histórias e fatos inusitados que já é difícil discernir entre mito e realidade na trajetória do CEd 15 de Ceilândia, mas resta a certeza que ainda resta muito a ser contado.

3. Mapeamento Institucional

3.1 Contexto Educacional

O CEd 15 de Ceilândia encontra-se na Expansão do Setor O, região com aproximadamente 40.000 habitantes. Distribuídos entre as quadras QNO 16, QNO 17, QNO 18, QNO 19, QNO 20. No entanto a comunidade escolar é bem mais ampla quando consideramos Por do Sol e Sol Nascente (maior favela da América Latina) e adjacências, alcançando uma população média de 150.000 habitantes, de acordo com dados do PDAD 2018. Regiões com diferenças bem significativas que se refletem na escola. Enquanto que uma parcela de alunos leva poucos minutos para chegar à escola a pé, outros levam cerca de hora caminhando ou necessitam vir de transporte público.

As diferenças socioeconômicas são gritantes. Apesar de termos alunos com plano de saúde temos alunos que possuem dificuldades de até mesmo irem a um posto de saúde. Famílias que possuem casa própria enquanto que outras vivem de favor em locais sem saneamento básico. Lares em que alunos possuem condições de pagar faculdade particular enquanto outros dependem de benefícios governamentais.

A comunidade é vítima de violência com frequência, chegando ao ponto de muitos banalizarem mortes por se tratar de rotina. Pequenos roubos são constantes em trajetos entre casa e escola, aonde muitos já nem vêm sentido em registrar ocorrência policial.

Aproximadamente entre 20% e 40% dos alunos não moram com seus pais. É perceptível em muitos casos a carência afetiva e falta de perspectiva, bem mais comum entre os alunos nestas condições. Muitas vezes é extremamente difícil contatar pais ou responsáveis para atuarem juntos na resolução de situações problemas, ao ponto de pouquíssimos pais comparecerem mesmo em reuniões, para acompanhamento escolar dos filhos.

3.2 Perfil dos Profissionais da Educação

A escola apresenta estrutura administrativa e modulação prevista pela legislação vigente da Secretaria de Estado Educação do Distrito Federal. O quadro de profissionais conta com professores e servidores da carreira assistência efetivos da Secretaria de Educação, professores contratados em regime temporário, servidores terceirizados. O CEd 15 conta ainda com parcerias de algumas instituições, ações voluntárias de ex-alunos e membros da comunidade escolar.

A equipe gestora é composta por diretor, vice-diretor, chefe de secretaria que respondem pelos três turnos da escola. Dois supervisores, um pedagógico e outro administrativo, atuantes no diurno e mais dois supervisores pedagógico e administrativo lotados no noturno. O diretor e vice-diretor são eleitos conforme Lei de Gestão Democrática e indicam os supervisores e chefe de secretaria.

De acordo com a portaria que regula a carga horária e coordenação pedagógica, a escola dispõe de 4 professores que atuam como coordenadores, sendo 3 em regime de 40h no diurno e 1 em regime de 20h no noturno. Os coordenadores são escolhidos pelos professores.

Na secretaria, além do chefe de secretaria, temos apenas uma complementam o quadro três servidores readaptados, um professor e uma da carreira assistência para atendimento nos três turnos. Existe uma carência de 3 servidores para atuação junto ao setor. Temos ainda 5 servidores da carreira assistência que atuam como apoio à direção junto aos alunos, portaria, jardinagem, copa, controle de merenda.

Temos duas professoras readaptadas que desempenham as funções referentes a mecanografia, embora não tenham suas funções limitadas apenas a reprodução de material. São lotadas na modulação da escola, uma 40h diurno e outra 20h noturno, como Apoio à direção.

Os serviços de vigilância são prestados por 4 colaboradores de empresa terceirizada que atuam em escala de 12h por 36h. A cocção de alimentos é realizada também por empresa terceirizada com 4 servidoras. E por fim 9 colaboradores responsáveis pela conservação e limpeza.

Com a principal função de regência em sala de aula a escola conta com 79 professores entre efetivos e temporários nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Naturais e Matemática e Códigos e Linguagens. Quanto à lotação estão assim distribuídos: 27 professores no matutino, 27 professores no vespertino e 25 professores no noturno. Desses, 49 professores atuam em regime de 20h.

Anualmente há renovação de cerca de 40 a 50% no quadro de professores, sendo que ao longo do ano este número aumenta em função de substituições por motivos de tratamentos de saúde e outros afastamentos. Todos os professores possuem habilitação específica e formação em nível superior, 45% com especialização, 10% com mestrado, 3% com doutorado. Alguns professores, pela sua formação acadêmica, possuem habilitação para mais de um componente curricular. Em geral, cerca de 20% dos profissionais efetivos na escola atuam a mais de 15 anos na escola.

O Serviço de Orientação Educacional (SOE) possui três orientadores educacionais lotados na escola, dois em regime de 40h diurno e outro 20h noturno.

A Sala de Recursos (SR) conta com 1 professora de 40h, uma da área de Ciências Naturais e Matemática e possui carência de docente de Códigos e Linguagens. Em algumas situações o trabalho desenvolvido pela SR com os alunos é complementado pela ação de professores itinerantes. Auxiliando a SR temos oito educadoras sociais que atuam como monitoras de alunos portadores de necessidades especiais.

Temos ainda um professor readaptado lotado nos turnos vespertino e noturno no laboratório de informática, havendo carência para o turno matutino. Na sala de leitura atuam três professores, dois professores readaptados e outro de matéria extinta.

Existem ainda os serviços prestados por alguns membros da comunidade escolar como cumprimento de penas socioeducativas. Em geral essa possibilidade é autorizada apenas para pessoas com algum vínculo com a escola, como ex-alunos, pais de alunos, ex-funcionários e semelhantes.

E por fim temos alguns voluntários que auxiliam no cotidiano escolar ocasionalmente sem nenhum ressarcimento. Em geral alunos, ex-alunos e mesmo profissionais que apesar de já lotados na escola desempenham ações além da sua jornada de trabalho regular.

3.3 Perfil dos/as Estudantes e da Comunidade Escolar

O corpo discente é marcado por sua heterogeneidade. Inicialmente recebemos, por sermos escola sequencial, alunos dos CEF 27, CEF 31, CEF 34, sendo que a estes se juntam ainda parcela significativa de alunos que buscam transferência de outras escolas ou buscam ingresso na rede pública de ensino. 70% dos alunos são naturais do DF, sendo a maioria dos nascidos em outros estados e pertencentes ao Piauí.

Muitos ainda não possuem perspectivas quanto ao futuro vinculado ao seu Ensino Médio, apegam-se com facilidade a possibilidades de estágio em detrimento dos estudos. Prova disso ainda é o número baixo de inscritos em vestibulares e mesmo ENEM.

Particular mudança percebida nos últimos anos foi uma mudança no perfil do aluno do Ensino Médio Noturno. Antes marcado por clientela com grande defasagem escolar ou idade avançada, hoje 70% dos alunos estão dentro da mesma faixa etária do diurno.

Cerca de 40% dos alunos já ingressam na escola com defasagem de idade em relação a série e apresentando ainda deficiência em relação a competências e habilidades que deveriam já internalizadas.

3.4 Infraestrutura

O CEd 15, funciona em prédio escolar próprio, entregue a comunidade da Expansão do Setor "O" em 1989 e teve sua reconstrução concluída em 2013. A estrutura física é composta pelos seguintes espaços e condições:

Pavimento térreo		
Quantidade	Dependência	Condições de uso
01	Secretaria	Boas condições de uso.
01	Arquivo da secretaria	Boas condições de uso.
01	Sala da supervisão	Boas condições de uso.
01	Sala do SOE	Boas condições de uso.
01	Sala da direção	Boas condições de uso.
01	Mecanografia	Necessita de espaço maior.
01	Sala dos professores	Necessita pontos de tomada.
01	Copa sala dos professores	Boas condições de uso.
01	Sala de coordenação	Necessita de espaço maior.
01	Sala de coordenadores	Necessita de rede lógica.
01	Pátio coberto	Boas condições de uso.
01	Pátio descoberto	Necessita paisagismo.
01	Sala de Recursos	Necessita de espaço maior e tomada.
07	Salas de aulas	Necessita de pintura.
01	Almoxarifado	Necessita maior espaço.
01	Cozinha	Necessita reparos estruturais.
01	Depósito de gêneros alimentícios	Boas condições de uso.
01	Depósito de gás	Boas condições de uso.
01	Sala carreira assistência	Necessita maior espaço.
01	Depósito de material pedagógico	Necessita maior espaço.
02	Banheiros alunos	Necessita reparos estruturais.
01	Banheiro adaptado	Boas condições de uso.
02	Banheiro professores	Necessita reparos.
01	Quadra coberta	Necessita reparos na iluminação.
01	Caixa d'água	Necessita reparos estruturais.
01	Guarita	Boas condições de uso.
02	Estacionamento descoberto	Necessita cobertura.
Pavimento superior		
Quantidade	Dependência	Condições de uso
01	Laboratório Biologia e Química	Boas condições de uso.
01	Laboratório de Arte, Matemática e Física	Boas condições de uso.
11	Salas de aulas	Necessitam de pintura.

01	Sala de Leitura/Biblioteca	Necessita mais espaço.
01	Laboratório de informática	Requer ar condicionado e PCs.
01	Depósito material de Educação Física	Boas condições de uso.
01	Sala da rádio escolar	Necessita tratamento acústico.
01	Laboratório de Biologia e Química	Boas condições de uso.
01	Depósito de livros didáticos	Necessita mais espaço.
01	Banheiro adaptado	Boas condições de uso.
01	Sala de vídeo	Necessita diminuir a claridade.

Cabe frisar algumas salas especiais destinadas a atividades pedagógicas.

➤ **Laboratório de Informática-** Sala equipada para aulas com uso de softwares diversos e internet mediante acompanhamento do professor responsável pelo Laboratório e professor regente responsável com agendamento prévio. Não possui caráter de lan house.

➤ **Laboratório de Matemática, Física e Artes-** Sala equipada com materiais e equipamentos para estas disciplinas. Uso mediante reserva prévia do professor regente.

➤ **Laboratório de Biologia e Química-** Sala equipada com materiais e equipamentos para estas disciplinas. Uso mediante reserva prévia do professor regente.

➤ **Sala de vídeo-** Sala destinada a exibição de vídeos equipada com um projetor e sistema de som apropriado. Usada mediante condições de reserva.

➤ **Quadra poliesportiva-** Além da prática nas aulas de Educação Física a quadra também será utilizada para treinamentos das equipes escolares. A quadra somente será liberada para outras práticas mediante autorização da Equipe Gestora.

Apesar de o prédio ser novo, requer constante reparo devido falhas durante construção. Grande parte dos reparos e reformas foram executados pela própria escola, ois apesar de estar em garantia, a construtora abriu falência, não honrando contrato de manutenção. Emergencialmente necessita de reparos na rede hidráulica e de esgoto, parte elétrica pois tem vários quadros de energia que entram em curto com frequência e troca de lâmpadas nos postes e pátios, reparos estruturais por falhas nas áreas de dilatação entre os dois blocos principais, troca e colocação de

maçanetas nas salas, colocar barras de acessibilidade, colocação de fitas antiderrapantes nas escadas e rampa, cobertura para área de Educação Física, construção de pequena quadra para que duas turmas possam ter aula simultaneamente, pintura para revitalização, dentre outros. No entanto, a construção de um auditório de pequeno porte desponta como um dos principais anseios estruturais para fins pedagógicos.

A escola dispõe em seu patrimônio de bens tombados (capital) e de uso corriqueiro (custeio). Todos disponíveis à implementação e execução da PP da escola. Como custeio podemos listar bens como utensílios de copa e cozinha e suprimentos em geral (papel, toner, tinta, material de limpeza), material esportivo como bolas e coletes, livros e revistas da sala de leitura, mídias em dvd, dicionários, vidraria de laboratório, dentre outros.

3.5 Indicadores de Desempenho Escolar

Um dos importantes instrumentos de gestão escolar são os indicadores usados para identificar áreas e situações que precisem de aprimoramentos, intervenções, mudanças para que se alcance a oferta de educação mais exitosa. Além de auxiliar no monitoramento da validade e eficiência de ações desenvolvidas na Proposta Pedagógica, possibilitam planejar metas e objetivos mais claros e realistas.

Indicadores podem ser quantitativos ou qualitativos, onde os primeiros normalmente são expressos por quantidades e percentuais. Representam fatos concretos, valores objetivos de uma realidade. São resultados de pesquisas, estatísticas, muitas vezes apresentadas em gráficos, possuem caráter objetivo. Podem se referir a: percentual de aprovação, evasão, aprovados em vestibular, etc. Já os qualitativos estão ligados a interpretações subjetivas relacionadas a pensamentos, sensações representadas pela expressão das vozes dos envolvidos no processo. Pelo seu caráter subjetivo, Minayo (2009) aponta a dificuldade em se criar um rol de indicadores que possa ser usado de forma genérica.

Geralmente não vamos encontrar listagens de indicadores qualitativos, pois, diferentemente das escalas de mensuração, esses são construídos com os próprios atores que fazem parte do estudo avaliativo e, a não ser em casos culturais mais ou menos homogêneos, não podem e não devem ser replicados. (MINAYO, 2009, p. 87).

Cabe ainda ressaltar que usar qualquer um dos tipos de indicadores de forma isolada produz resultados sem significado real. É essencial que dados quantitativos estatísticos sejam analisados de forma combinada aos indicadores qualitativos para plena compreensão de situações, eventos ou fatos na Instituição de modo que estratégias, ações, intervenções pedagógicas possam ser traçadas de forma adequada à realidade da escola.

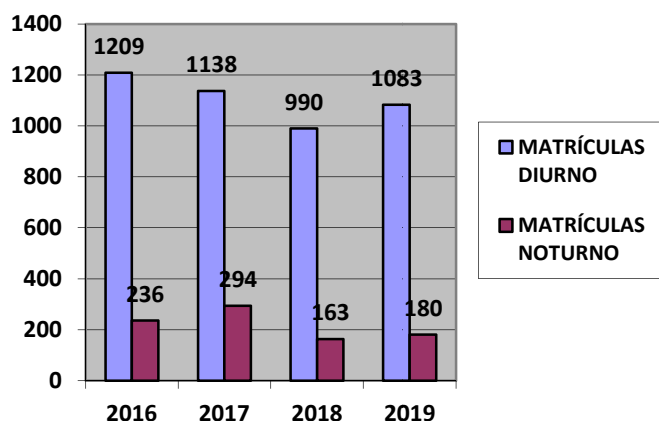
Os indicadores podem ainda serem externos ou internos. Internos quando produzidos pela própria escola e externos, geralmente realizados pela SEE-DF, MEC dentre outras. Apesar de existir uma tendência a se rejeitar indicadores externos como IDEB, por exemplo, devido serem realizadas por entes que desconhecem a realidade, entende-se que quando analisados à luz do contexto escolar local podem ser tão valiosos quanto os internos, com a vantagem de normalmente usarem de ferramentas tecnológicas e materiais que seriam impossíveis a escola realizar sozinha.

A seguir alguns dos indicadores utilizados pela escola para traçar novos caminhos ou corrigir curso do andar pedagógico da escola.

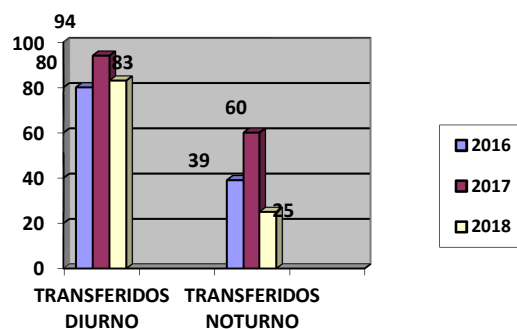
3.5.1. Indicadores internos

3.5.1.2 Matrículas e transferências

Nos auxiliam analisar fluxo de alunos em função de fatos ou situações específicas, identificar remanejamentos entre diurno e noturno, relacionar com aprovação, evasão e reprovação, dentre outros.



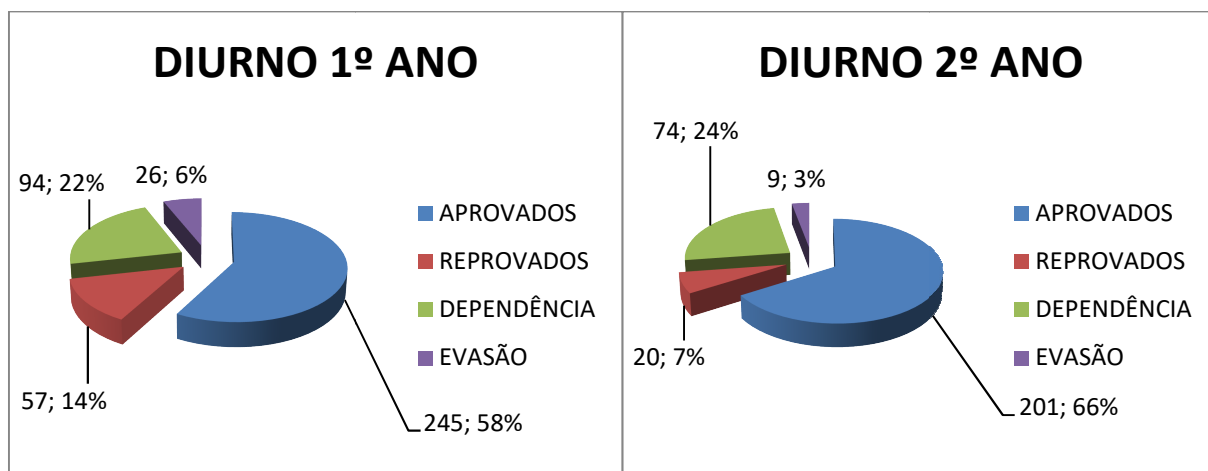
Matriculas realizadas por ano letivo.



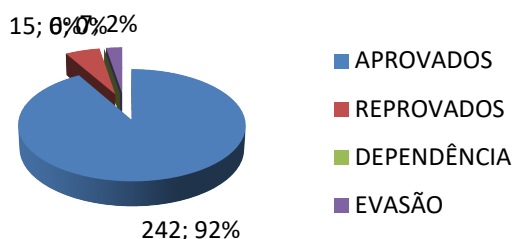
Transferências realizadas por turno.

3.5.1.3 Rendimento

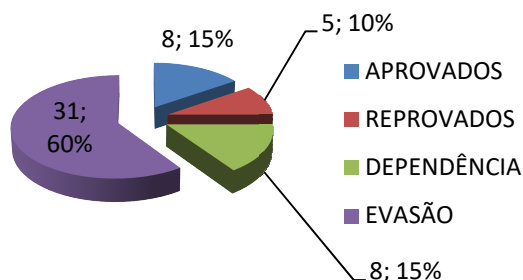
Indicadores que nos permitem avaliar comparativamente por períodos ou séries, por área, por disciplinas, e muitos outros. Este abaixo é o rendimento de 2018.



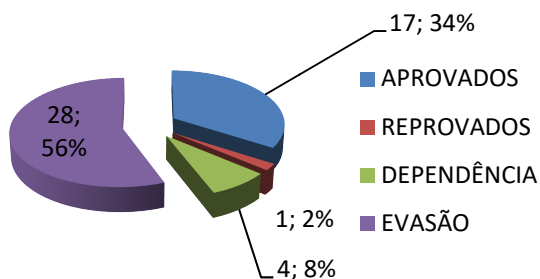
DIURNO 3º ANO



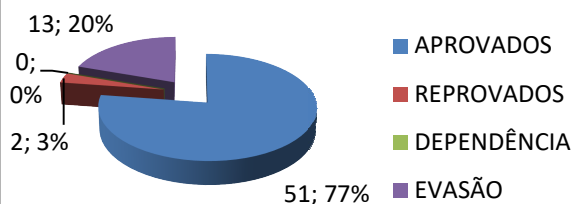
NOTURNO 1º ANO



NOTURNO 2º ANO



NOTURNO 3º ANO



3.5.1.4 Informações de matrícula

A partir deles podemos identificar defasagem de idade, regiões de moradia, escolas de origem, sexo, faixa etária, nos permitindo tanto adotar critérios estratégicos na montagem de turmas que favoreçam a diversidade quanto facilitar diagnósticos, bem como enturmação dos alunos ANEE.

3.5.1.5 Conselhos de Classe

As reuniões do Conselho de Classe não podem se resumir a uma conferência de notas, deve ser espaço de reflexões que expressem o pensamento de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem (indicador qualitativo).

3.5.1.6 Avaliação Institucional

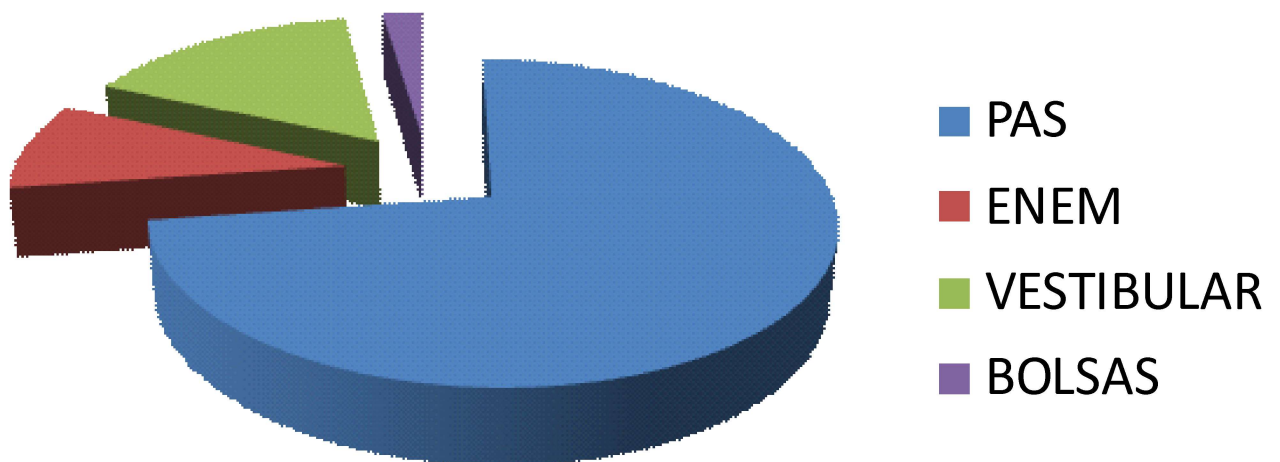
Realizada por meio de questionários, fórum de representantes, reuniões, dentre outros. Normalmente acontece com a associação de indicadores qualitativos e quantitativos.

3.5.1.7 Número de alunos inscritos em vestibulares

Levantamento realizado junto aos alunos e homologação de inscrições junto a Universidade de Brasília.

3.5.1.8 Meios de ingresso dos formandos em curso superior

APROVAÇÕES CURSOS UNIVERSITÁRIOS SEM CUSTO



3.5.2 indicadores externos

3.5.2.1 Avaliação diagnóstica, Simulado do Ensino Médio e outros utilizados pela SEE-DF

Apesar dessas avaliações serem propostas principalmente para uso da Rede Pública, os resultados obtidos podem servir como bons indicadores para fundamentar as ações voltadas para o desenvolvimento de competências e habilidade.

3.5.2.2 Indicador de Desenvolvimento de Educação Básica – IDEB

Relaciona as notas obtidas pelos alunos nas provas de nível nacional com taxas de aprovação e permanência na escola. Embora não leve em consideração a realidade da escola, é possível nos apropriar dele dando-lhe o olhar local. O índice varia de 0 a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões. Se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no SAEB ou na Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

3.5.2.3 ENEM

Os resultados do ENEM nos permitem tanto comparar a escola consigo mesma em termos absolutos quanto por áreas e redação.

Área do conhecimento	Nota média ENEM 2017	Nota média ENEM 2018
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	510,2	526,9
Ciências Humanas e suas Tecnologias	519,3	569,2
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	510,6	493,8
Matemática e suas Tecnologias	528,5	535,5

3.6 Gestão administrativa, pedagógica e financeira

Um dos grandes desafios da escola pública é não permitir que a gestão administrativa sobreponha-se à gestão pedagógica, sua atividade fim. Na essência as áreas administrativas e pedagógicas da escola são bem distintas. A segunda diz respeito aos processos e relações do ensino-aprendizagem, enquanto que a primeira preocupa-se com o suporte (a logística, os meios e recursos) para o êxito dos processos de ensino-aprendizagem. No entanto, mesmo tão discrepantes muitas ações e situações de uma área influenciam na outra, enquanto que funções/cargos, órgãos e setores escolares possuem atribuições tanto de ordem administrativa quanto pedagógica, o que pode explicar tal dificuldade. Buscar-se-á que estes trabalhem harmonicamente entre si, fundamentando suas ações nos princípios defendidos pela Gestão Democrática.

3.6.1. Órgãos e setores

Para a sustentabilidade da Gestão Democrática é necessário o trabalho em harmonia dos órgãos escolares, setores da escola e Equipe Gestora. A seguir descrição simplificada destes.

3.6.1.1 Equipe gestora

À equipe gestora, constituída pelo Diretor e Vice, com o apoio dos Supervisores e do Chefe de Secretaria compete cumprir o termo de compromisso assinado no ato da posse, que contemplará as competências da Gestão Democrática nos aspectos administrativo, pedagógico e financeiro além daquelas decorrentes do cargo.

A Equipe Gestora deve desempenhar ação participativa, motivadora, mobilizadora, capaz de superar tensões e conflitos e principalmente articular todos os segmentos, órgãos e setores da escola no sentido de cumprir o maior objetivo que é a qualidade do ensino/aprendizagem dos alunos. Desta forma, a Equipe Gestora é a responsável direta pelas áreas da gestão pedagógica, gestão de recursos humanos e

gestão administrativa, cabendo a ela responder legal e judicialmente pela escola e pedagogicamente por seus resultados.

3.6.1.2 Secretaria

Subordinada diretamente ao Diretor, à Secretaria cabe o planejamento e a execução de atividades de escrituração escolar, de arquivo, de expediente e de atendimento a alunos, a professores e aos pais em assuntos relativos à sua área de atuação.

Por escrituração escolar entende-se o registro sistemático dos fatos relativos à vida escolar do aluno e da instituição educacional, de forma a assegurar, a qualquer tempo, a verificação da identidade de cada aluno, da autenticidade de sua vida escolar, da regularidade de seus estudos, bem como do funcionamento da instituição educacional.

3.6.1.3 Conselho Escolar

O Conselho Escolar é um órgão consultivo, deliberativo, mobilizador e supervisor das atividades pedagógicas, administrativas e financeira da escola, exercendo apoio à gestão da instituição escolar garantindo a participação efetiva da comunidade escolar na mesma.

O CED 15 conta atualmente em sua estrutura organizacional com o Conselho Escolar constituído através de eleição direta. Todos os segmentos possuem garantia de representatividade conforme legislação. De acordo com o número de alunos e servidores, o Conselho Escolar deve ser composto por um membro nato, (diretor ou vice-diretor), três representantes do segmento Carreira Magistério, três representantes da Carreira Assistência, 3 representantes do segmento alunos e 6 representantes do segmento pais ou responsáveis, todos com mesmo número de suplentes eleitos.

Reunir-se-á nas dependências da própria escola bimestralmente em forma ordinária e extraordinária quando houver necessidade de convocação. O Conselho Escolar possui regimento próprio em acordo com legislação vigente.

3.6.1.4 Coordenação pedagógica

A Coordenação Pedagógica é formada por professores escolhidos pelo corpo docente da escola, em acordo com portaria vigente. É responsável, juntamente com a equipe gestora, pela formação continuada e articulação com Coordenação Local, por planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas constantes ou previstas nesta Proposta Pedagógica bem como outras que sejam julgadas necessárias pela avaliação dos resultados obtidos, junto ao corpo docente, principalmente.

A Coordenação Pedagógica desempenhará suas atividades junto ao Corpo Docente durante as reuniões de coordenação pedagógica, mas não restritas a estes momentos. As reuniões seguirão o cronograma a seguir, salvo alteração na legislação vigente.

Professores em regime de 40h, jornada ampliada, coordenarão em conjunto com a Coordenação Pedagógica no turno contrário totalizando 15h semanais, de acordo com portaria vigente, seguindo o cronograma:

- **Ciências da Natureza e de Matemática:** Participarão das coordenações pedagógicas por área nas terças, coletivas nas quartas e individualmente nos três dias restantes. Destes três dias, um obrigatoriamente deverá ser presencial e os outros dois dias destinados à formação continuada podendo ser realizada fora do ambiente escolar. O dia da coordenação individual presencial deverá ser comunicado à Supervisão Administrativa.

- **Códigos e Linguagens:** Participarão das coordenações pedagógicas por área nas quintas, coletivas nas quartas e individualmente nos três dias restantes. Destes três dias, um obrigatoriamente deverá ser presencial e os outros dois dias destinados

à formação continuada podendo ser realizada fora do ambiente escolar. O dia da coordenação individual presencial deverá ser comunicado à Supervisão Administrativa.

➤ **Ciências Humanas:** Participarão das coordenações pedagógicas por área nas sextas, coletivas nas quartas e individualmente nos três dias restantes. Destes três dias, um obrigatoriamente deverá ser presencial e os outros dois dias destinados à formação continuada podendo ser realizada fora do ambiente escolar. O dia da coordenação individual presencial deverá ser comunicado à Supervisão Administrativa.

Professores em regime de 20h coordenarão em conjunto com a Coordenação Pedagógica no turno de regência totalizando 8h semanais de acordo com portaria vigente, seguindo o cronograma:

- **Ciências da Natureza e de Matemática:** Participarão das coordenações pedagógicas por área nas terças e num outro dia realizarão sua coordenação individual que poderá ser realizada fora do ambiente escolar. O dia da coordenação individual será definido pela Equipe Gestora.
- **Códigos e Linguagens:** Participarão das coordenações pedagógicas por área nas quintas e num outro dia realizarão sua coordenação individual que poderá ser realizada fora do ambiente escolar. O dia da coordenação individual será definido pela Equipe Gestora.
- **Ciências Humanas:** Participarão das coordenações pedagógicas por área nas sextas e num outro dia realizarão sua coordenação individual que poderá ser realizada fora do ambiente escolar. O dia da coordenação individual será definido pela Equipe Gestora.

3.6.1.5 Caixa Escolar

A estrutura organizacional descrita é complementada pelo Caixa Escolar, instituição escolar sem fins lucrativos responsável pelo planejamento, aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros do FNDE e do PDAF segundo suas normas específicas e de outros recursos próprios, tais como rifas e doações voluntárias. Cabe também ao Caixa Escolar a doação dos bens adquiridos para que sejam tombados como patrimônio da escola.

Definida como unidade executora destes programas o Caixa Escolar é gerido por um presidente (diretor da unidade escolar), tesoureiro, 2º tesoureiro secretária, segunda secretária e um conselho fiscal. A diretoria possui mandato de 2 anos, podendo ser prorrogado ou não mediante decisão da assembleia.

A Escola não possui a Associação de Pais e Mestres, uma das associações tradicionais dentro do contexto escolar. Em substituição existe o Caixa Escolar que apresenta legalmente algumas das prerrogativas da APM, principalmente nos casos específicos de recebimento, aplicação e prestação de contas das verbas públicas.

3.6.1.6 Conselho de Classe

Inserido na estrutura escolar, sua legalidade se expressa através do Regimento das Escolas Públicas do Distrito Federal que delimita suas ações e prerrogativas (Art. 20 a 22). No CED 15 apresenta uma estrutura semiaberta, oportunizando formas de participação em diferentes etapas os diferentes membros da comunidade escolar.

As reuniões do Conselho ocorrem, de forma ordinária, bimestralmente, ou de forma extraordinária a qualquer tempo, para análise qualitativa e quantitativa do desenvolvimento dos alunos, dos aspectos disciplinares e de aspectos relacionados ao processo de ensino e de aprendizagem.

Assume também uma função de avaliação institucional na medida em que toda a escola também é avaliada, á partir de críticas e sugestões sobre o seu funcionamento e estrutura interna. O Conselho de Classe pode também ser convocado sempre que algum segmento perceba a necessidade e solicite a convocação não sendo, como consta do Regimento Escolar, necessário uma data ou um momento pré-determinado.

Ordinariamente em cada bimestre ocorre a primeira etapa, denominada pré-conselho, quando o professor conselheiro promove junto com o representante da turma a discussão sobre a turma junto com a própria turma e registra em ata própria. Nesta etapa a preocupação é colher a visão dos alunos sobre a turma, a escola e outros aspectos que o mesmo possa julgar relevantes.

Na etapa seguinte, denominada conselho propriamente dito, os professores e direção analisam a turma e o seu desenvolvimento durante o bimestre e outros aspectos da dinâmica escolar, inclusive considerando as opiniões dos alunos contidas nas atas do pré-conselho. Os resultados do pré-conselho podem ser transmitidos pelo professor conselheiro ou pelo representante da turma quando a situação assim exigir.

Na etapa final, denominada pós-conselho, os resultados das etapas anteriores são discutidos novamente com os alunos e em seguida com os pais, em reunião já determinada para este fim bimestralmente. Nesta etapa, são colhidas também junto aos pais as percepções relativas à escola e ao desenvolvimento do processo de ensino e das situações de aprendizagem, bem como o encaminhamento das providências, coletivamente junto à turma ou individualmente, segundo a necessidade, com os alunos ou pais, em casos específicos.

Os registros dos procedimentos descritos, além dos previstos na legislação, constarão de fichas de registros e atas indicando problemas levantados, soluções propostas e encaminhamentos realizados.

3.6.1.7 Grêmio Estudantil

O Grêmio Estudantil apresenta-se como proposta de protagonismo juvenil e o exercício de cidadania responsável na sociedade. O Grêmio Estudantil teve participação significativa na história do CED 15 (então CEF 17), sobretudo no período inicial de funcionamento da escola, quando teve participação decisiva em inúmeras conquistas. Após longo período inativo, em 2104 foram retomadas as atividades com o Grêmio Estudantil Filhos da Revolução. Atua como colegiado consultivo e deliberativo, a partir da qual os estudantes se organizam de modo sistemático. A diretoria será eleita sem influência da Equipe Gestora ou outros grupos escolares.

Dentre outras, podemos elencar algumas atribuições do Grêmio Estudantil: Articular momentos para discussão entre os alunos dos rumos da escola, acompanhamento da execução desta Proposta Pedagógica, planejamento de ações voltadas para conservação da escola e melhora na qualidade do ensino ofertado.

3.6.1.8 Sala de Recursos

A Sala de Recursos possui o objetivo atender alunos com necessidades Educacionais Especiais da escola proporcionando educação inclusiva. Além de auxiliar sanar dificuldades encontradas pelos alunos exerce função de suporte e orientação aos professores e demais servidores quanto a estratégias, métodos e adequações necessárias no trabalho pedagógico desempenhado junto a estes alunos.

Caracteriza-se como serviço de natureza pedagógica conduzido por professor especializado, que suplementa, no caso de alunos com altas

habilidades/superdotação, complementa, no caso de alunos com deficiência e transtorno global do desenvolvimento, o atendimento educacional realizado em classes comuns.

O acompanhamento pelos professores da Sala de Recursos será realizado prioritariamente no turno inverso à classe comum.

3.6.1.9 Serviço de Orientação Educacional

Integra-se ao trabalho pedagógico da instituição educacional e da comunidade escolar na identificação, na prevenção e na superação dos conflitos, colaborando para o desenvolvimento do aluno, tendo como pressupostos o respeito à pluralidade, à liberdade de expressão, à orientação, à opinião, à democracia da participação, à valorização do aluno como ser integral e orientação a sua formação profissional.

3.6.1.10 Fórum Permanente de Representantes (FPR)

Por iniciativa da Equipe Gestora, Grêmios e SOE, o Fórum Permanente de Representantes é formado pelos representantes de turmas, seus vices e Presidente do Grêmios Estudantil. Foi criado com o intuito de ser um espaço destinado ao debate constante sobre a escola com levantamento de necessidades e sugestões para a melhoria do ensino. Embora não tenha poder deliberativo, possui poder consultivo e busca ampliar canal de comunicação entre alunos e Equipe Gestora e agilizar tempo de resposta a anseios dos alunos.

3.6.1.11 Mecanografia

Setor da escola responsável pela reprodução de material impresso, monitoramento da carência de materiais como toner/tinta/papel e funcionamento dos

equipamentos apontando necessidade de consertos bem como acompanhamento de visitas de manutenção.

II - FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Um dos maiores desafios da escola é preparar para os desafios da vida, que vão além da continuidade de estudos e vida profissional. É necessário que sejamos cidadãos capazes de por em prática nossos deveres, direitos, responsabilidades para com a sociedade de forma autônoma. O CEd 15 de Ceilândia aceitou este desafio acreditando no poder formador e transformador que a Escola Pública tem. Compreende ainda como uma das funções da escola

“[...] prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade.” (Libâneo,1994, p.17).

No exercício e apropriação dessa função social da escola é imprescindível que o processo educativo realizado na escola leve em consideração o contexto social, econômico, cultural, histórico dos estudantes e até mesmo dos demais agentes da comunidade escolar onde está inserida. Quando, à luz da Psicologia Histórico-cultural (Vigotsky) e Pedagogia Histórico-crítica entendemos o homem como um ser que não aprende de forma solitária. Mesmo aqueles que sejam apontados como autodidatas aprendem a partir de materiais produzidos por outros, como livros ou tecnologias de informação. A educação deve ser construída em interação com o meio social.

Essa perspectiva faz coerência ao proposto no PPP Carlos Mota, adotado pela SEE-DF, quando defende que “A ação educativa deve ir além das aprendizagens de conteúdos formais, reconhecendo diferentes espaços, etapas, tempos e ferramentas educativas para que se consiga superar a distância entre o que se constrói dentro e fora da escola”. (PPP Carlos Mota, p.20).

Hoje não se pode mais olhar para a escola como única ou principal fonte de conhecimento para alunos. O acesso por vias de internet e outras tecnologias de informação e comunicação (TICs) além de facilitado, possui abrangência e velocidade

com a qual a escola não pode competir e nem deve. Cabe à escola, ainda conforme LIBÂNEO (1994), assegurar ao aluno “sólido domínio de conhecimentos e habilidades, o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, de pensamento independente, crítico e criativo”.

Conectar de forma prática os conhecimentos ao cotidiano do aluno faz parte também da função social da escola. Oportunizar aos estudantes vivências coletivas junto a outros indivíduos (alunos ou não) que contemplem ampla diversidade cultural, social, étnica, econômica, dentre tantas outras amplifica de modo virtuoso a formação de cidadãos conscientes e críticos capazes de transformar sociedade.

A exercer esta função social a escola auxilia o desenvolvimento do pensamento crítico do aluno, tornando-o capaz de pensar de forma autônoma com a capacidade de discernimento entre possibilidades. Deixa de ser agente passivo dos acontecimentos em sua sociedade, torna-se protagonista de transformações sociais a partir das transformações em si mesmo quanto indivíduo singular, não no intuito de se adequar à sociedade atual, mas de melhorá-la.

O CEd 15 de Ceilândia buscará em sua prática pedagógica inovar no uso dos espaços e tempos das atividades escolares desenvolvidas de modo que o conhecimento e a prática social estejam em sintonia. Desafio constante de tornar todos os projetos e cotidiano escolar uma prática indissociável.

III – CONCEPÇÕES TEÓRICAS / PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Por se tratar de uma instituição social capaz de reforçar ou transformar a sociedade por meio de suas práticas cotidianas, articulações de interesses, atitudes e valores (FRIGOTO,1999) é preciso termos em mente que todas ações pedagógicas desenvolvidas na escola refletem as concepções nas quais a Proposta Pedagógica da escola se apóia, independente de estarem explícitas ou não. Neste projeto as separamos em concepções legais e concepções teóricas.

1.1 Concepções da legislação

O Brasil aparece no cenário mundial como um dos países com mais rica legislação voltada para a educação, a frente inclusive de várias potências do 1º mundo. No entanto isto não tem sido o suficiente para fazer com que deixe de figurar entre aqueles com de qualidade de ensino muito abaixo dos padrões mínimos aceitáveis. Dentre elas podemos destacar a Constituição Federal e a Lei Nº 9.394, que por sua importância não podem deixar de ser contempladas neste documento. Torna-se um desafio, tanto para escola quanto para o Estado, converter essa legislação em aspectos concretos na educação brasileira. Apesar de termos algumas leis mais específicas, sobre temas como africanidades e povos indígenas, por exemplo, (respectivamente Leis 10.639/2003 e 11.645/2008), identificamos a seguir o tripé no qual essas Leis se apoiam bem como nossas concepções legais para a prática educativa aqui desenvolvida.

1.1.1 Constituição Federal

Promulgada em 1988, nossa Carta Magna apresenta um Capítulo exclusivo dedicado ao tem Educação. Em seu Artigo 205 é incisivo ao apontar a responsabilidade pela Educação não somente ao Estado, mas à família, indicando ainda qual o objetivo a que deve se propor.

Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Vale ressaltar a preocupação em contemplar dentro do plano de ação projetos que busquem conscientizar as famílias da necessidade e obrigação de sua participação na educação, que não pode se resumir a simples frequência em reuniões de entrega de resultados, exigindo uma participação mais efetiva, em acordo a uma real gestão democrática, hoje contemplada no modelo de Gestão Democrática estabelecida por lei nas escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Nos artigos seguintes temos referências para a organização do sistema educacional, cabendo destaque aos princípios basilares quanto ao ensino ministrado na educação básica.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de intuições públicas e privadas;

IV – gratuidade de ensino público nos estabelecimentos oficiais;

V – valorização dos profissionais de ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

VI- gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII- garantia de padrão de qualidade.

Importante ressaltar que alguns princípios são exclusivos das escolas públicas e que apesar do cumprimento de alguns exigirem ação governamental, é no cotidiano da escola pública que a maioria destes princípios necessitam ser buscados e defendidos.

1.1.2 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Reconhecendo que a Lei de Diretrizes e Bases promulgada em 1996 valoriza a autonomia e participação da Escola na definição de suas propostas, fundamentadas nas características e necessidades da comunidade que compõe o seu entorno. Determina ainda referências que devem ser observadas, visando sobretudo garantir o mínimo de coerência e unidade para com os princípios do sistema educativo nacional, tornando-se de fundamental importância que a Proposta Pedagógica contemplem estes aspectos.

A inclusão destas diretrizes, neste documento, objetiva sua divulgação, uma vez que constituem a base de referência para as ações desenvolvidas no processo educativo. É necessário o seu conhecimento por parte de todos os segmentos da comunidade escolar, constituindo instrumento disponível para necessárias consultas. Lei nº 9.9394, promulgada em 1996, estabelece as diretrizes e bases da educacional nacional, destacando-se para a educação básica os seguintes aspectos:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social;

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais da solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho,

Art. 22º - A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores;

Art. 26º - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte constituirá componente obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente obrigatório da educação básica (...);

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia;

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da 5ª série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição;

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais;

Art.35 – O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade as novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A LDB consolida a preocupação em não apenas ter o aluno na escola, mas em oferta-lhe ensino de qualidade; não apenas em formar alunos, mas formar cidadãos. Defende a interligação entre teoria e prática e ainda que não traga o termo de forma explícita, fica claro que o seu cumprimento contempla a ideia de uma formação por Educação Integral.

1.1.3 – Resolução nº 1/2012 – CEDF

Alterada em seus dispositivos pela Resolução nº1/2014-CEDF, estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, consonante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Constituição Federal. Dentre elas ressaltamos

Art. 3º A educação no Distrito Federal fundamenta-se nos seguintes princípios:

IV - respeito ao estudante, centro de toda ação educativa, como ser ativo e participante no seu processo de formação integral;

V - preservação dos valores mais significativos das tradições brasilienses e nacionais pela constante renovação do sistema de ensino, considerada a sua historicidade;

VI - coparticipação, pela qual família, instituição educacional e comunidade envolver-se-ão efetivamente na discussão e na definição de prioridades, estratégias e ações do processo educativo, como instrumento essencial de defesa da dignidade humana e da cidadania;

VII - singularidade do ser humano, pela qual o sistema de ensino contribuirá para a efetivação de um sistema de valores éticos livre de quaisquer sectarismos e preconceitos.

Importante também salientar a necessidade de mesmo pertencendo a uma imensa rede que é a Rede de Escolas Públicas do Distrito Federal a escola deve guardar a sua individualidade atentando para as necessidades e anseios de sua comunidade local, como pode ser visto a seguir.

Art. 171. A proposta pedagógica, orientadora da prática educativa, é o documento que define a identidade e a organização do trabalho pedagógico, construído e vivenciado pela instituição educacional.

§ 1º Na elaboração da proposta pedagógica, devem ser observadas as diretrizes e bases da educação nacional e do Sistema de Ensino do Distrito Federal.

§ 3º A elaboração da proposta pedagógica é de responsabilidade da instituição educacional, realizada com a participação dos docentes, demais profissionais e da comunidade escolar.

Art. 173. As instituições educacionais integrantes da rede pública de ensino devem elaborar suas propostas pedagógicas observando as diretrizes pedagógicas definidas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Além dessas temos ainda as Portarias que definem distribuições de carga, Coordenação dentre outros, anualmente.

1.2 Concepções Teóricas

Para o processo Ensino-Aprendizagem existem diferentes teorias e sendo ele a principal razão de ser da escola, é fundamental que haja clara compreensão de onde se embasará a prática pedagógica da escola, pois segundo Libâneo (1994, p.90) “a relação entre ensino e aprendizagem não é mecânica, não é uma simples transmissão do professor que ensina para um aluno que aprende”. Ensinar não pode ser reduzido a uma mera fonte de informação sobre a realidade existente, bem como aprender não pode ser entendido como acumular conhecimento ou entender o mundo que o cerca. Este processo se trata de preparar para transformar o mundo e a si próprio.

Ao refletirmos sobre nossa rotina escolar e ações já desenvolvidas é possível perceber que este processo está diretamente ligado às relações sociais entre os indivíduos envolvidos. Jamais acontece de forma solitária, pois ainda que alguém seja autodidata seu aprendizado ainda se dará a partir de material produzido por outros.

*"O processo de ensino-aprendizagem inclui sempre aquele que aprende aquele que ensina e a relação entre essas pessoas".
(Vygotsky)*

Em sintonia ao PPP Carlos Mota e ao Currículo em Movimento o CED 15 de Ceilândia entende a aprendizagem, diferente de uma atividade isolada, como um ato essencialmente social, fundamentada nas interações dos alunos entre si, com os docentes, familiares, com a natureza, com o ambiente onde se encontra. Vigotsky já apontava a importância destas colaborações e vivências de situações em que são protagonistas. Essa formação baseada nas relações sociais e interação com o mundo sustentam a Pedagogia Histórico-Crítica. Combinada à Psicologia Histórico-Cultural, que defende a relevância das práticas sociais e vivências do conteúdo pelo estudante como marco inicial no processo Ensino-aprendizagem.

Importante ainda atentar para a necessidade apontada por Levy (1999) de se considerar que o saber já não se dá de mesma forma, a rapidez com que se propagam e imensa gama de espaços onde são disponibilizados obrigam a que sejam

adotadas no Ensino práticas inovadoras apoiadas em novas TICs (tecnologias de informação e comunicação) como ambientes virtuais (PAIVA, 2010) inclusive e diversidade de instrumentos e experiências que não necessariamente envolvem grandes aportes financeiros. Convém ressaltar que Levy já nos alertava em 1999, quando nem se imaginava ter tantas tecnologias, aparelhos, espaços como os que hoje, 2 décadas depois, existem.

Por fim acreditamos que para ensinar a pensar de modo crítico faz-se necessário associar o que se ensina com a realidade do cotidiano dos alunos, deixando de se construir conhecimento reduzido a um fim em si mesmo de modo que possuam significação para que segundo Libâneo (1996) haja preparação para o mundo do trabalho, formação para cidadania crítica e preparo para participação social e formação ética.

O processo ensino aprendizagem visará “oportunizar participação, discussão, compreensão dos conteúdos científicos articulados ao contexto social mais amplo e à situação sociocultural” (VEIGA, 2011). Desta forma o CED 15 de Ceilândia, buscará desenvolver momentos articulados em que a experiência e prática social dos alunos estabeleçam o ponto de ignição do processo, onde o professor mediará a interlocução entre os saberes, abrindo caminhos para a construção de novos conhecimentos que dialogam entre si (SAVIANI, 2003).

Porém ao se preocupar em formar um cidadão crítico e autônomo capaz de transformar a sociedade onde está inserido, antes devemos olhá-lo, segundo Antunes & Padilha (2010), como um indivíduo capaz de mudar a si mesmo e isso não é possível sem considerá-lo em suas múltiplas dimensões, que vai além da cognitiva, concepção essa de educação integral.

Apesar de a Educação Integral exigir maior articulação de tempos e espaços para o seu êxito (ARROYO, 2012) cabe ressaltar que não se pode confundir-la com educação em tempo integral. Educação Integral não é garantida apenas por maior tempo na escola, não adianta ofertar mais do mesmo por mais tempo (PARO, 2009).

Trata-se tanto de à necessidade de contemplar todas as dimensões do indivíduo que se educa, quanto de integrar o aluno e seu processo educacional a tudo

que está e acontece em seu cotidiano. Para tanto precisa ser pensada além das paredes da sala de aula, onde a escola busque, segundo Arroyo, integrar-se com uma pluralidade de forças.

Ao prever uma formação integral do aluno deve-se também propiciar meios para realização de práticas educativas associadas à diversificada áreas de conhecimentos (desportiva, cultura, arte, tecnologia, etc.) no intuito de ampliar potencialidades específicas bem como suprir necessidades.

Esta perspectiva de Educação Integral remete ainda à necessidade de ser uma Educação Inclusiva, não apenas pelo respeito às diferenças marcadas por deficiências, etnia, condição econômica, orientações diversas, mas por reconhecer que esse respeito à diversidade constitui, além de valor humano e ético, oportunidade única de desenvolvimento dos estudantes em suas múltiplas dimensões. O entendimento que a individualidade de cada um é a base de construção da nossa maior riqueza enquanto humanidade.

Não é marcada apenas pelo atendimento aos alunos com atendimento em Sala de Recursos ou Serviço de Orientação Educacional, vai além, procurando alcançar a todos quantos ingressarem na escola. Incluir a todos como preocupação ante ao planejamento pedagógico, no sentido de proposição de adequações para que todos desenvolvam suas potencialidades de forma plena enquanto constroem seu conhecimento e formam-se cidadãos críticos e transformadores de suas vidas e da sociedade.

Para atender a estes anseios é fundamental que o Currículo leve em conta toda a realidade que permeia a vida dos alunos, desde contexto social a ambiente cultural onde estão inseridos, isto em nível local e global. Jamais poderá ser reduzido a uma mera lista de conteúdos, como uma série de tarefas a serem cumpridas num cronograma estabelecido. Ele precisa abranger todas as áreas de conhecimento, privilegiando: Contextualização, de modo que alunos percebam significado dos conhecimentos construídos em sua rotina de vida; interdisciplinaridade para que os saberes não sejam vistos de forma isolada, mas capazes de dialogarem entre si; prática aliada à teoria favorecendo compreensão crítica capaz de gerar

mudanças, flexibilidade que torne possível corrigir caminhos ante as observações ou necessidades encontradas.

Em 2015, adotamos os conteúdos presentes no Currículo em Movimento da Educação Básica no Ensino Médio, os objetos de conhecimento utilizados no desenvolvimento das competências e habilidades citadas anteriormente. O Currículo em Movimento distribui os conteúdos agrupados em dimensões e incita a uma prática pedagógica interdisciplinar, pois todas essas dimensões possuem conexões entre si.

Porém é fato que por diversas situações não é possível trabalharmos toda essa carga de conteúdos, fazendo-se necessária uma reestruturação de conteúdos no currículo adotado na escola para definição das aprendizagens mais necessárias e significativas para a comunidade escolar do CEEd 15 de Ceilândia, eis um dos grandes desafios.

A realidade da escola moderna aponta, além da existência de currículo com conteúdos significativos, a necessidade de um currículo integrado que se apoie na transposição didática, interdisciplinaridade e contextualização e seja capaz de interligar Cidadania, Diversidade, Sustentabilidade e Tecnologias como eixos primordiais.

O uso deste currículo tende a ser potencializado pela Pedagogia de Projetos, pois para desenvolver competências é preciso trabalhar por problemas e por projetos, propor tarefas que desafiem e motivem os alunos a mobilizar os conhecimentos que já possuem e a buscarem novos conhecimentos.

É válido ressaltar que o Currículo em Movimento não apresenta fórmula ou lista de conteúdos a serem ministrados de forma obrigatória. Ainda é de responsabilidade da escola definir sua proposta e matriz curricular englobando conteúdos, estratégias, tempos, espaços de aprendizagem, processos avaliativos.

Antes de prosseguir cabe ressaltar aqui o conceito de competência, segundo PERRENOUD, que é a capacidade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, habilidades, informações) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. Por sua vez, o desenvolvimento dessas

competências dependerá da apropriação de saberes, habilidades, objetos de conhecimento –conteúdos- nas áreas afins.

Ao adotar a Matriz de Referência do PAS UnB, não se exclui a Matriz de referência do ENEM, é possível perceber que o saber fazer (as habilidades) evidenciado na Matriz de Referência do PAS UnB é mais genérico, ao passo que as previstas pelo ENEM são mais específicas. Um dos motivos desta opção ainda é a maior possibilidade de ingresso no Ensino Superior por meio do PAS – UnB.

As habilidades evidenciadas podem, a critério de didática, serem divididas em habilidades de interpretação, planejamento, em habilidades de interpretação, planejamento, execução e crítica. Apesar de inicialmente essa matriz parecer ser completamente diferente da Matriz de referência do PAS, por exemplo, elas guardam semelhanças significativas e fundamentais entre si. Os eixos cognitivos apontados no ENEM são as mesmas competências apontadas pelo PAS como essenciais. Sejam elas:

- **Dominar linguagens (DL):** dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.
- **Compreender fenômenos (CF):** construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos históricos geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
- **Enfrentar situações-problema (SP):** selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
- **Construir argumentação (CA):** relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
- **Elaborar propostas (EP):** recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Essa integração permite que o currículo fortaleça a proposta de formação de cidadãos críticos em meio a interações sociais, com a natureza e consigo mesmo, este é o fundamento do Currículo em Movimento, adotado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal que tem como alicerces a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural.

Para identificar acertos ou falhas encontradas nas ações pedagógicas desenvolvidas na escola é preciso avaliar não apenas resultados, mas também processos.

Torna-se imperativo que as práticas pedagógicas, planejamentos e instrumentos de avaliação utilizados pelos professores e escola, estejam em consonância com a Proposta Pedagógica e as Diretrizes de Avaliação Educacional das Escolas Públicas do Distrito Federal como também com as concepções teóricas deste Projeto.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem (não apenas do aluno) será diagnóstica, formativa, contínua, multidimensional. Essas ideias, presentes no papel e no discurso formal de muitos docentes ainda precisam, porém, concretizarem-se e desenvolverem-se para modificar as práticas cotidianas (as quais, muitas vezes, infelizmente divergem do discurso e dos papéis) para uma direção inovadora que traga um aumento da qualidade do ensino.

A avaliação diagnóstica aponta potencialidades e fragilidades do aluno. Permite identificar competências e habilidades para nortear as práticas pedagógicas a serem adotadas. Será fundamentada principalmente na observação do cotidiano, da realização de atividades, mas também pelas observações sobre o ano anterior do aluno quando este tiver cursado também no CEd 15. O Conselho de Classe passa a exercer papel essencial no compartilhar de olhares diferenciados de cada professor. Essa mesma diagnose se dará aos alunos portadores de necessidades especiais dando suporte para que sejam feitas as devidas adequações curriculares capazes de garantirem sua inclusão.

Avaliação será formativa quando for utilizada para o desenvolvimento das competências e habilidades do aluno, seja como feedback seja como redirecionamento ou revisão de práticas e ensino, não apenas apontar seu

rendimento para fins de aprovação ou reprovação. Erroneamente é comum se ouvir que avaliação formativa é toda forma de avaliar que não seja uma prova ou teste escrito. O que determina se ela formativa ou não é o seu uso e não o instrumento utilizado (seminário, auto-avaliação, prova escrita, estudo dirigido, apresentação artística, pesquisa, etc.).

Perrenoud (1999), constitui uma importante referência na medida em que seus estudos considera-se avaliação formativa

(...) toda prática de avaliação continua que pretenda contribuir para melhorar as aprendizagens em curso, qualquer que seja a extensão concreta da diferenciação de ensino.

Continua de ser constante. Não existe um momento único de avaliação. Ela processual, ou seja, ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem e não requer uma mensuração em notas. Os valores das notas devem servir como indicadores de modo a facilitarem a observação do alcance dos objetivos propostos no ensino aprendizagem e não meramente classificatórios ou determinantes para análise quanto a progressão ou não do discente.

Por fim necessitará ser multidimensional para contemplar as diversas manifestações de inteligências múltiplas, necessidades especiais e algumas situações, até condições especiais pelas quais passem os estudantes.

Ao delinear, no campo teórico, caminhos e roteiros para nortear a prática pedagógica coletiva do CED 15, torna-se necessário proceder a análise de concepções pedagógicas que, aliadas às previstas no PP e do Currículo em Movimento da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal irá legitimar as ações inseridas no processo de ensino, na organização do cotidiano escolar e nos processos de gestão. Destacamos as seguintes:

- A. Relatório Delors
- B. Códigos da Modernidade
- C. 10 Novas competências para ensinar
- D. Inteligências Múltiplas
- E. Pedagogia de Projetos

1.2.1 - Os Quatro Pilares da Educação

Em resposta ao desafio de repensar a educação do século XXI, a Conferência de Jomtiem produziu o Relatório Delors que destaca os quatro pilares básicos essenciais a um novo conceito de educação. Estes pilares do conhecimento encontram-se interligados, não sendo possível pensá-los de maneira isoladamente estão caracterizados da seguinte forma:

a) Aprender a conhecer

Consiste na mudança da intencionalidade das práticas educativas, centradas, sobretudo em garantir ao aluno as ferramentas básicas para buscar e se relacionar com o conhecimento cada vez mais disponível. Neste sentido é importante perceber que

... como o conhecimento é múltiplo e evolui em ritmo incessante, torna-se cada vez mais inútil tentar conhecer tudo. Além disso os tempos presentes demandam uma cultura geral, cuja aquisição poderá ser facilitada pela apropriação da metodologia do aprender. Como disse Laurent Schwartz, um espírito verdadeiramente formado, hoje em dia, tem a necessidade de uma cultura geral vasta e da possibilidade de trabalhar em profundidade determinado número de assuntos. Deve-se do princípio ao fim do ensino, cultivar simultaneamente estas duas tendências. Daí a importância dos primeiros anos da educação que, se bem sucedidos, podem transmitir as pessoas a força e as bases que façam com que continuem a aprender ao longo da vida. (UNESCO,2001:p.8)

Nos levantamentos realizados, a clientela do CED 15 apresenta relativa defasagem de aprendizagem, não apenas nos aspectos relacionados aos conteúdos, como também a deficiência de hábitos escolares e de perspectivas positivas frente a incorporação dos saberes e suas conseqüências positivas para a melhoria da qualidade de vida, para o ingresso no campo de trabalho e para a continuidade dos estudos. É necessário repensar as práticas pedagógicas coletivas e individuais, eliminando-se processos tradicionais e concentrar-se na aquisição das competências e habilidades do aprender a aprender.

b) Aprender a Fazer

Indissociável do aprender a conhecer, está relacionado à educação profissional e a utilização prática dos conhecimentos adquiridos. Devido às constantes transformações da sociedade contemporânea, sobretudo no mundo do trabalho

... o aprender a fazer não pode continuar a ter o mesmo significado de preparar uma determinada pessoa para uma tarefa específica. O avanço tecnológico está modificando as qualificações. As tarefas puramente físicas estão sendo gradualmente substituídas por tarefas de produção mais intelectuais, mais mentais, como o comando das máquinas, por exemplo. A medida que as máquinas se tornam mais 'inteligentes' o trabalho se 'desmaterializa'. Além da competência técnica e profissional, a disposição para o trabalho em equipe, o gosto pelo risco e a capacidade de tomar iniciativas constituem fatores importantes no mundo do trabalho. Acrescente que a criação do futuro exige uma polivalência, para o que, o desenvolvimento da capacidade de aprender é vital. (UNESCO,2001:p.8)

É fundamental que, em nossa realidade, o foco das práticas pedagógicas se voltem para o aprender a fazer, ligado à educação profissional, sobretudo pelas deficiências socioeconômicas e as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho principalmente para os jovens. Valorizar neste contexto a abertura de oportunidades para que os alunos possam exercitar o saber fazer, através de transferências contextualizadas dos saberes aprendidos para vivências que lhes permitam a aquisição e o desenvolvimento de competências que lhes serão úteis para sobrepor às dificuldades.

c) Aprender a conviver

Relaciona-se a um dos grandes desafios da educação na atualidade apresentando-se como solução para problemas ligados a solução de conflitos e da violência, sempre presentes na história humana, buscando alternativas para evitar essas situações, ou resolvê-las de maneira pacífica, desenvolvendo o conhecimento dos outros, das suas culturas e da sua espiritualidade. para estes problemas. Neste sentido, o relatório Delors afirma que

... a tarefa é árdua, porque os seres humanos tem tendência para sobrevalorizar as suas qualidades e as do grupo a que pertencem e a alimentar preconceitos desfavoráveis em relação aos outros. Da mesma forma, o clima de elevada competição que se apoderou dos países agrava a tensão entre os mais favorecidos e os pobres. A própria educação para a competitividade tem contribuído para aumentar esse clima de tensão, devido a uma má interpretação da idéia de emulação. Para reduzir o risco, a educação deve utilizar duas vias complementares a descoberta progressiva do outro e o seu reconhecimento e a participação em projetos comuns. (educação para a solidariedade). (UNESCO,2001:p.9)

No cenário do entorno escolar, descrito neste documento, onde as relações no meio comunitário são tensas e refletem toda a problemática dos déficits sociais e econômicos, marcado principalmente pelo grande presença de fatores de risco e alta vulnerabilidade dos jovens para problemas da violência e outros aspectos agregados como a droga, gravidez precoce, criminalidade, torna-se prioridade a inserção de mecanismos e ações que possibilite o enfrentamento desta conjuntura de maneira individual e coletiva.

d) Aprender a ser

Inserir-se neste contexto o reconhecimento do aluno como autor de sua existência de forma crítica e participativa, capaz de formular seus próprios valores, desenvolvendo a capacidade de discernimento e de como agir em diferentes circunstâncias da vida. Destaca o relatório que

... a educação precisa fornecer a todos, forças e referências intelectuais que lhes permita conhecer o mundo que os rodeia e agir como atores responsáveis e justos. Para tanto, é imprescindível uma concepção de desenvolvimento humano que tenha por objetivo a realização plena das pessoas, do nascimento até a morte definindo-se como um processo dialético que começa pelo conhecimento de si mesmo para se abrir, sem seguida, à relação com o outro. Neste sentido, a educação é antes de mais nada, uma viagem interior, cujas etapas correspondem às da maturação contínua da personalidade. É urgente que esta concepção de educação seja trabalhada por todos, pela escola, pela família e pela sociedade civil que juntos se disponham explorar e descobrir as ricas potencialidades que se escondem em todas as pessoas. (UNESCO,2001:p.10)

São necessárias constantes e diferentes formas de intervenção que possam oportunizar aos nossos alunos a melhoria da autoestima, da criação de perspectiva positiva do uso do conhecimento para a sua vida presente e futura e ainda, de espaços físicos e temporais para o desenvolvimento de suas potencialidades, de reflexão e expressão da sua personalidade.

Os Quatro Pilares da Educação do Relatório Delors (2000) ampliados pelos participantes da Cúpula Mundial de Educação com o comprometimento de alcançar os objetivos e metas de Educação para Todos para cada cidadão e cada sociedade e tendo como Marco de Ação o compromisso coletivo para a ação e a obrigação dos governos em assegurar que os objetivos e metas de EPT, sejam alcançados em cada país, sendo reafirmado

...a visão da Declaração Mundial de Educação Para Todos (Jomtien,1990), apoiada pela Declaração Universal de Direitos Humanos e pela Convenção sobre os Direitos da Criança, de que toda criança, jovem e adulto têm o direito humano de se beneficiar de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser. É uma educação que se destina a captar os talentos e potencial de cada pessoa e desenvolver a personalidade dos educandos para que possam melhorar suas vidas e transformar suas sociedades.(Dakar, Senegal: 2000)

1.2.2 - Códigos da Modernidade

Partindo de sua visão sobre as realidades social, cultural e econômica, Toro elaborou uma lista onde identifica as sete competências que considera necessário desenvolver nas crianças e jovens para que eles tenham uma participação mais produtiva no século XXI.

Bernardo Toro, Colombiano, pensador com uma atuação marcante no cenário educacional, proporciona oportunidades para desencadear reflexões sobre o cenário internacional como também, evidencia questões muito próximas das necessidades vivenciadas no CED 15, ao afirmar que

(...) escola tem a obrigação de formar jovens capazes de criar, em cooperação com os demais, uma ordem social na qual todos possam viver com dignidade. (...) Para que seja eficiente e ganhe sentido, a educação deve servir a um projeto da sociedade como um todo. (...) a prioridade deve ser o convívio na democracia, cuja base é a tolerância.

São os Códigos da Modernidade:

- 1) Domínio da leitura e da escrita;
- 2) Capacidade de fazer cálculos e resolver problemas;
- 3) Capacidade de analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e situações;
- 4) Capacidade de compreender e atuar em seu entorno social;
- 5) Receber criticamente os meios de comunicação;
- 6) Capacidade de localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada;
- 7) Capacidade de planejar, trabalhar e decidir em grupo.

1.2.3 - 10 Novas Competências para ensinar

Embora o público alvo do estudo realizado por Philippe Perrenoud (2000) sejam professores do Ensino Fundamental, acreditamos que os resultados também tenham validade para o Ensino Médio. Ele apresenta o agrupamento das diversas competências que o professor deve desenvolver para atender as exigências da educação contemporânea. A reflexão sobre estas práticas constitui passo importante para a concretização de um ensino de qualidade, alicerçado no aprimoramento das práticas pedagógicas, desenvolvimento curricular, organização do cotidiano escolar e processo de gestão. Relacionam-se a dez domínios de competências reconhecidas como prioritárias na formação contínua do corpo docente.

Destacam-se no presente estudo dois aspectos que devem merecer a atenção dos educadores, coordenadores e direção: O primeiro relaciona-se a

importância dada pelo autor à formação continuada na aquisição das “novas competências” e, em segundo, a reflexão constante sobre o conjunto de competências. Justifica-se a inserção do estudo nesta Proposta Pedagógica pela significância do mesmo como ponto de reflexão, avaliação e referencial para o corpo docente e administrativo do CED 15:

1. Organizar e dirigir situações de aprendizagem
2. Administrar a progressão das aprendizagens.
3. Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação.
4. Envolver os alunos em sua aprendizagem e em seu trabalho.
5. Trabalhar em equipe.
6. Participar da administração da escola.
7. Informar e envolver os pais
8. Utilizar novas tecnologias
9. Enfrentar os deveres e dilemas éticos da profissão
10. Administrar sua própria formação continuada

Cabe ressaltar a necessidade de Equipe Gestora e Coordenação envidarem esforços no sentido de que corpo docente vivencie essas competências cotidianamente, não esperando que apenas Secretaria de Estado de Educação se preocupe com essa formação continuada, fazendo do espaço nas coordenações pedagógicas fórum permanente de discussão e troca de experiências, inclusive com outras escolas.

1.2.4 – Pedagogia de Projetos

Embora tenhamos várias definições para o termo projeto, duas em especial possuem uma relação mais próxima ao nosso contexto escolar. O conceito de projeto como sendo atividade organizada com o objetivo de solucionar um

problema e o desenvolvimento de ações articuladas com sequência definida para atingir objetivos específicos.

O conceito de Pedagogia de Projetos foi idealizado pelo norte-americano John Dewey a partir da concepção que “educação é um processo de vida e não uma preparação para a vida futura e a escola deve representar a vida presente...” (DEWEY, 1897). De modo simplista a Pedagogia de Projetos defende o aprender durante a participação, a vivência, as atitudes tomadas ante problemas propostos de modo que não se ensina apenas pelas respostas dadas, mas valorizam-se as experiências proporcionadas durante a execução dos projetos. Não se restringe a uma técnica de ensino, mas uma postura pedagógica.

Cabe aos docentes a proposição de projetos que visem além da cooperação entre professores e alunos a resolução de problemas relacionados às experiências cotidianas. Bem como o acompanhamento das atividades desenvolvidas ao longo do projeto.

Na escola, além de projetos menores, existe o que chamamos de mega projetos. Assim chamados por envolverem os alunos em um tempo relativamente longo com realização de culminância: POP 15, Semana Cultural, Jogos Interclasses, FECIMAT, CURTAS 17. Nestes projetos a dinâmica de construção dos conhecimentos deve ser um ato de aprendizagem real, significativa e interessante desde a sua apresentação, passando pela atribuição de funções a exposição de resultados. Outros acontecem durante todo o ano, como Grupos de Interesses, LIRA, Texto e contexto sem pretexto (apoiando-se na Sala de Leitura), dentre tantos outros.

Como perspectivas positivas à Pedagogia de Projetos podemos citar o fato dos alunos enxergarem-se como sujeitos da aprendizagem, o ensino é contextualizado, há uma maior interação entre os conteúdos e o seu uso social. Há um desenvolver de competências trabalhadas por problemas e por projetos, propor tarefas que desafiem e motivem os alunos a mobilizar os conhecimentos que já possuem e a ir a busca de novos conhecimentos. As Competências se desenvolvem sempre em “situação”, em um contexto. Trata-se segundo Philippe Meirieu (1996) “aprender, fazendo, o que não se sabe fazer”.

1.2.5 – Inteligências Múltiplas

Gardner (1996) aponta a inteligência como a capacidade de resolver problemas e elaborar produtos de valor num ambiente cultural ou comunitário. Ela se manifesta sob linguagens diferentes, porém inter-relacionadas por suas competências. Esta concepção foi batizada de Inteligências Múltiplas. Embora os estudos hoje apontem para a existência de várias dessas manifestações, Gardner destaca as seguintes:

Abstrata Lógico-Matemática	Caracterizada pelo raciocínio dedutivo na resolução de problemas matemáticos.
Lingüística	Característica daqueles que manejam as palavras de maneira criativa se expressando de maneira clara e objetiva.
Concreta Pictórica	Capacidade de reproduzir, pelo desenho, situações reais ou mentais, de organizar elementos visuais de forma harmônica;
Espacial	Permite formar um modelo mental preciso de uma situação espacial, utilizando-o para fins práticos, como localizar-se no espaço.
Emocional	Formada por outras duas, a interpessoal (capacidade de compreender e interagir com outras pessoas) e a intrapessoal (capacidade de lidar com seus próprios sentimentos).
Musical	Capacidade de entender a linguagem sonora e de se expressar por meio dela, não sendo dependente de ensino formal.
Cinético-Corporal	Característica daqueles que possuem a capacidade de usar o próprio corpo para se expressar. Inclui habilidades como coordenação, equilíbrio, flexibilidade, força, velocidade e destreza.

As Inteligências Múltiplas não devem ser entendidas como um método de ensino, mas como uma perspectiva para contemplarmos os alunos e o processo

educacional. Remete-nos à revisão de conceitos sobre o ensino de modo a tentar desenvolver em nossos alunos suas reais aptidões.

Buscar-se-á valorizar as demais linguagens além da verbal e matemática. Evitando que sacrifiquemos um Cândido Portinari por não ter habilidade com equações, ou um Einstein por não escrever poesias, ou ainda um Carlos Drummond de Andrade por não ser capaz de aprender uma coreografia, ou até um Edson Arantes, Pelé, por não ser capaz de desenhar. Todos eles possuem manifestações de todas as inteligências, só que em diferentes graus de desenvolvimento. Cada um deles é considerado um gênio não por dominarem com maestria todas as linguagens, mas por serem brilhantes na linguagem que dominam.

Casa-se bem com a Pedagogia de Projetos numa perspectiva de que esta possibilita diferentes formas de construção do conhecimento ao longo do processo de execução dos projetos. Como exemplo, temos os alunos que não conseguem se expressar bem por meio de uma apresentação de seminário mas desempenham com destaque o papel de liderança ao longo dos projetos, em especial os mega projetos.

IV - OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

1.1 Gestão Pedagógica e Gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais

Objetivo	Reduzir evasão escolar.
Estratégia	<ol style="list-style-type: none">1- Acompanhar com mais precisão a frequência dos alunos.2- Agilizar contato com pais ou responsáveis.3- Acionar conselho tutelar quando necessário.4- Implementação do Projeto Cadê Você? (Visa sistematizar ações voltadas ao combate da evasão escolar).5- Ampliar Projeto Grupos de Interesses.

Objetivo	Aumentar número de aprovados em Universidades.
Estratégia	<ol style="list-style-type: none">1- Por meio do Projeto POP 15 incentivar inscrições e acompanhar todo o processo.2- Ampliar aulas preparatórias ao vestibular e ENEM.3- Atualizar toda equipe docente sobre provas vestibulares (incluindo ENEM).

Objetivo	Aumentar aprovação escolar.
Estratégia	<ol style="list-style-type: none">1- Realizar ações de mobilização de pais quanto ao acompanhamento dos filhos.2- Disponibilizar ao corpo docente maior variedade de recursos didáticos.3- Trabalhar autoestima e novas perspectivas com alunos.4- Realizar práticas pedagógicas diversificadas.5- Diversificar métodos avaliativos.6- Fortalecer Projeto LIRA.7- Fortalecer Projeto Exatas.8- Realizar ao menos uma atividade prática contextualizada ao longo bimestre.

1.2 Gestão Participativa e de Gestão de Pessoas

Objetivo	Reduzir número de conflitos entre alunos.
Estratégia	<ol style="list-style-type: none">1- Divulgar e conscientizar alunos a respeito do Regimento interno das escolas2- Trabalhar ações de inclusão.

Objetivo	Fortalecer órgãos colegiados existentes na escola.
Estratégia	<ol style="list-style-type: none"> 1- Incentivar participação da comunidade no cotidiano escolar. 2- Melhorar a comunicação entre escola e todos os seus segmentos, especialmente pais.

Objetivo	Cumprir e dar publicidade à Proposta Pedagógica.
Estratégia	<ol style="list-style-type: none"> 1- Realização de acompanhamento periódico. 2- Reuniões periódicas. 3- Uso de TICs na divulgação.

1.3 Gestão Administrativa e Financeira

Objetivo	Garantir condições de participação.
Estratégia	<ol style="list-style-type: none"> 1- Fortalecimento e divulgação de canais de comunicação e reuniões periódicas com comunidade escolar não vinculadas a entrega de resultados.

Objetivo	Propiciar condições favoráveis à prática pedagógica.
Estratégia	<ol style="list-style-type: none"> 1- Estabelecer internet confiável em todas as salas de aulas. 2- Realizar melhorias nas salas especiais e laboratórios.

Objetivo	Gerir recursos de forma eficiente.
Estratégia	<ol style="list-style-type: none"> 1- Aumentar participação nas decisões sobre uso dos recursos. 2- Buscar parcerias e adesão a programas que possibilitem recursos, sem ferir autonomia da escola. 3- Cumprir prazos de entregas de solicitações e prestações de contas.

Objetivo	Garantir os espaços e tempos do processo ensino aprendizagem.
Estratégia	<ol style="list-style-type: none"> 1- Conscientização de pais e alunos sobre importância de assiduidade e pontualidade. 2- Minimizar os momentos em que alunos ficam sem aulas. 3- Proporcionar condições de as coordenações pedagógicas terem para formação continuada e planejamento voltado a Proposta Pedagógica da Escola.

Eis algumas metas para o período vigente deste PP.

Nº	METAS	2019	2020	2021
01	Reduzir reprovação a 10%.		X	
02	Reduzir evasão a menos que 8%		X	
03	Aumentar aprovados ingressos em Ensino Superior em 20%.			X
04	Projeto Cadê Você? em pleno funcionamento.	X		
05	Equipar adequadamente Laboratórios de Ciências Exatas.		X	
06	Sala de Artes equipada.		X	
07	Sala de vídeo equipada de forma adequada.	X		
08	Laboratório de Informática modernizado.			X
09	Revisão anual da PP anualmente.	X	X	X
10	Conquista de prêmios externos.	X	X	X
11	Informatizar serviços da Sala de Leitura em 100%.		X	
12	Aumentar em 10% acervo da Sala de Leitura.		X	
13	Ter mínimo de 10 grupos de interesses ativos.		X	
14	Construção de auditório (iniciar)			X
15	Aumentar número de alunos do noturno em 50%.		X	
16	Implantar provas interdisciplinares noturno.			X
17	Produção de material didático para atividades de laboratório.	X		

V - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

1. Organização escolar: regime, tempos e espaços

A Escola oferece o Ensino Médio em regime de semestralidade e utiliza o Currículo em Movimento, definido pela legislação atual e a parte diversificada, definida em forma de projetos interdisciplinares com foco nas principais necessidades do corpo discente, suas dificuldades referentes a competências e habilidades ligadas a Área de Exatas e Letramento. Visando este fim as duas aulas destinadas a projetos interdisciplinares foram divididas em 1 aula para o projeto LIRA E 2 aulas para o Projeto Exatas definidas em seus blocos (ambos em anexo).

A oferta ocorrerá nos três turnos, distribuindo as turmas de cada turno em 2 blocos, sendo

Bloco 1 formado por: Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Química, Biologia, Educação Física, Filosofia, História e PD (Letramento).

Bloco 2 formado por: Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, Espanhol, Física, Geografia, Sociologia, Arte, Física, PD (Letramento), PD (Exatas).

Apesar de ser Semestralidade, o regime ainda se enquadra como anual, uma vez que ao final do semestre ainda não é definido o resultado quanto à promoção ou não do aluno, o que ocorre, por exemplo, na EJA.

Importante esclarecer que o uso das aulas de PD para aprofundamento em Língua Portuguesa e Matemática é fruto de avaliação diagnóstica identificar fragilidades no processo de formação dos alunos. No entanto a sua execução ainda fica condicionada a recursos humanos aprovados e liberados pela Secretaria de Estado de Educação, que são professores específicos para os mesmos. Hoje a escola não cumpre essa previsão pelo fato de não ser permitida a lotação de professores na escola com esta destinação específica. Por questões externas à escola essa carga horária acaba sendo distribuída entre vários professores, inviabilizando o funcionamento destes projetos conforme idealizados. No caso do

Projeto LIRA (Leitura, interpretação e redação aplicadas) ainda é possível se fazer algo próximo ao plano original pela distribuição dessas aulas entre docentes das Línguas Portuguesa, Espanhola e Inglesa, o que já não ocorre no Projeto Exatas. Outro fator que prejudica é fato destes projetos não poderem ser distribuídos em sua carga horária para professores em regime de contrato temporário.

Em termos práticos, a existência desses projetos interdisciplinares na matriz curricular sempre dependerá das condições apresentadas a cada ano. O número de turmas por série e a modulação aprovada para o ano são os fatores que realmente influenciam e definem o projeto a ser realizado nessas aulas, ao contrário do previsto no art. 14 da resolução nº 01/2003 do CEDF que afirma

(...) a Parte Diversificada do currículo, de escolha da instituição educacional, deverá estar em consonância com a sua Proposta Pedagógica, integrada e contextualizada nas áreas de conhecimento, contemplando um ou mais componentes curriculares, por meio de disciplinas, atividades ou projetos interdisciplinares, coerentes com o interesse da comunidade escolar.

Pela carga horária menor, não temos as aulas de projeto interdisciplinares na matriz curricular do Ensino Médio Noturno. De igual modo há também redução do número de aulas semanais nos componentes curriculares da área de Códigos e Linguagens, à exceção de Língua Portuguesa.

No caso do Noturno, busca-se a maior interdisciplinaridade possível até como uma forma de compensar a ausência destas aulas na formação dos alunos.

A seguir temos a matriz curricular adotada (aqui elencada ainda considerando o cômputo final de carga horária por disciplina, independente do bloco, já descrito anteriormente). Esta deverá ser alterada gradualmente para adequar-se a Base Nacional Curricular Comum, prevista para efetivação até o ano de 2022.

Matriz Curricular Ensino Médio Diurno

Instituição: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL					
Etapa: Ensino Médio Modalidade: Regular Regime: Semestralidade/ Anual					
Módulo: 40 semanas Turno: Diurno					
PARTES DO CURRÍCULO	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA SEMANAL		
			SÉRIES		
			1 ^a	2 ^a	3 ^a
	Linguagens, códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	4	4	4
		Educação Física	2	2	2
		Arte	2	2	2
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Matemática	3	3	3
		Física	2	2	2
		Química	2	2	2
		Biologia	2	2	2
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	2	2	2
		Geografia	2	2	2
		Filosofia	2	2	2
		Sociologia	2	2	2
	PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira-Inglês	2	2	2
Língua Estrangeira-Espanhol		1	1	1	
Projetos Interdisciplinares		2	2	2	
TOTAL DE MÓDULOS-AULA SEMANAIS			30	30	30
TOTAL DE CARGA HORÁRIA SEMANAL (hora-relógio)			25	25	25
TOTAL SEMESTRAL (hora-relógio)			500	500	500
TOTAL ANUAL (hora-relógio)			1000	1000	1000

Matriz Curricular Ensino Médio - Noturno

Instituição: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Etapa: Ensino Médio

Modalidade: Regular

Regime: Anual

Módulo: 40 semanas

Turno: Noturno

PARTES DO CURRÍCULO	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA SEMANAL		
			SÉRIES		
			1 ^a	2 ^a	3 ^a
	Linguagens, códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	4	4	4
		Educação Física	1	1	1
		Arte	1	1	1
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Matemática	3	3	3
		Física	2	2	2
		Química	2	2	2
		Biologia	2	2	2
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	2	2	2
		Geografia	2	2	2
		Filosofia	2	2	1
		Sociologia	2	2	2
	PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira - Inglês	1	1	1
Língua Estrangeira - Espanhol		1	1	1	
Ensino Religioso		--	--	--	
TOTAL DE MÓDULOS-AULA SEMANAIS			25	25	25
TOTAL DE CARGA HORÁRIA SEMANAL (hora-relógio)			20	20	20
TOTAL SEMESTRAL (hora-relógio)			400	400	400
TOTAL ANUAL (hora-relógio)			800	800	800

No entanto a prática pedagógica não deve ficar restrita apenas às aulas dentro da grade horária, acrescentamos ainda outros momentos (tempos) como projetos desenvolvidos no contra turno, atividades de campo e até mesmo realização de atividades à distância.

Quanto aos espaços utilizados, eles também precisam extrapolar as paredes da sala de aula. O uso de espaços como as salas especiais – laboratórios, sala de leitura, quadra poliesportiva, sala de vídeo – e mesmo espaços não formais como pátios e jardins, podem e devem ser aproveitados para o desenvolvimento de práticas pedagógicas. Inserem-se ainda possibilidades além dos muros da escola, tais como museus, teatros, cinema, praças desportivas e até mesmo a própria comunidade.

De mesmo modo, o planejamento e acompanhamento pedagógico, objetivo das coordenações pedagógicas, requer uma preocupação em se fortalecer o tempo conquistado para que elas ocorram, de modo que seja significativa e não uma formalização de cumprimento de carga horária. Há também de existir sempre intenção de proporcionar espaços dentro da escola para que haja ambiente propício ao planejamento individual e coletivo.

2. Direitos Humanos, Educação Inclusiva e Diversidade

O CED 15 procurará garantir não apenas o ingresso e permanência de seus alunos, mas também que o ensino ofertado venha a ser de qualidade, atingindo seu propósito de formação de cidadãos críticos capazes de exercer seus direitos. Esta garantia se estenderá a todos, independente de qualquer condição social, econômica, credo, etnia, ou orientação qualquer que seja. Valorizando inclusive a diversidade como forma de construção mais ampla de conhecimento numa perspectiva de interação social. Descrever, em linhas gerais a organização das aprendizagens no sentido de garantir o acesso ao currículo e a operacionalização da progressão curricular generalista/específica. Cada estudante independentemente de sua etnia, gênero, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação, tem direito ao acesso, permanência na unidade escolar e uma aprendizagem significativa.

3. Organização Curricular

Ao realizar sua organização curricular, fundamentado nas concepções teóricas e legais apresentadas anteriormente aqui, o CED 15 de Ceilândia compreende a necessidade que o seu resultado seja flexível, adaptável à realidade que se apresentar durante o ano letivo. Ainda conforme explanado no perfil e histórico da escola, as turmas são essencialmente heterogêneas (principalmente na 1ª série), o que na maioria das vezes implica a necessidade de se repensar conteúdos ministrados sob o risco de burocraticamente cumprir um planejamento curricular sem que os alunos de fato tenham aprendido.

Outra preocupação é que seja de fato planejado, pensado para a realidade dos alunos do CED 15, fugindo do caráter aleatório fundamentado em preferências docentes ou na ordem de capítulos dos livros. O fato de ser flexível de modo algum pode eximir da necessidade de planejamento.

Apesar de adotar como base a Matriz Curricular do Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília – PAS UnB - por contemplar maiores possibilidades de ascensão ao Ensino Superior, ela ainda precisa ser “enxuta” o suficiente para que possa ser trabalhada de forma que o ritmo seja ditado pelos avanços e não apenas pelo tempo. Além de a carga horária ser insuficiente para concluir tudo aquilo previsto nela, é preciso ainda que haja significação da mesma para os alunos.

Por fim, após definição de conteúdos a serem abordados segue-se o que tem a mesma ou ainda maior relevância, a forma com que serão trabalhados. Deverá ser diversificada, enfocando os aspectos multi e interdisciplinares, possibilitando uma integração que favoreça a construção de estruturas cognitivas hierárquicas responsáveis pelo desenvolvimento de competências e habilidades. A contextualização deverá ser uma marca indelével na execução da matriz curricular, bem como a unicidade entre teoria e prática.

A concentração dos conteúdos nas áreas de conhecimento presentes na grade horária (Linguagens, Códigos e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Matemática e Ciências Humanas e suas tecnologias) serão expandidas

ao se relacionarem entre si diante de temas transversais e ainda mais quando são trabalhados na resolução de problemas e situações reais, à luz da Pedagogia de Projetos.

No momento a organização curricular do CED 15 encontra-se em processo de construção de acordo com os documentos norteadores, mas ciente que em breve deverá aguardar definições quanto à reestruturação necessária em atendimento a recém-aprovada Base Nacional Curricular Comum do Ensino Médio. No entanto, há que se garantir que o aluno procure se superar e desenvolver competências que lhe possibilitem autonomia em sua situação de vida diária, e também em situação de trabalho que lhe favoreça resgatar a sua dignidade e o exercício pleno de sua cidadania.

4. Projetos Interdisciplinares

FECIMAT- Elaboração e exposição de projetos científicos na área de Ciências Naturais, Matemática e suas tecnologias. O tema adotado é sempre o mesmo da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Privilegia a sistematização do método científico e resolução de problemas por meio da Ciência.

SEMANA CULTURAL- Semana onde todas as turmas desenvolvem apresentações envolvendo manifestações artísticas de gêneros previamente definidos e voltados à construção de conhecimento. Acontece nos três turnos da escola, sendo que no diurno o pano de fundo são obras do PAS e noturno temas definidos a cada ano.

SEMIN- Culminância de processo de inclusão de alunos, atendidos na Sala de Recursos, SOE ou não. Além do trabalho de conscientização realizado ao longo do ano, neste momento estes alunos apresentam construções artísticas e reflexivas aos demais colegas e comunidade.

GRUPOS DE INTERESSE- É fundamentado no interesse comum de grupos de alunos ou professores ou servidores, que se reúnem para prática ou aprendizado em comum, sem que valha nota e que aconteça fora do ambiente de

sala de aula (tempos e espaços diferentes). Já existem grupo de leitura, equipes desportivas, clubinho cristão, oficina de redação, oficina de desenho, oficina de teatro.

CURTAS 17- Festival de curta metragem onde os alunos devem produzir filmes de até 5min estabelecendo links entre três obras do PAS com gêneros textuais diferentes. Ao final, além de serem avaliados é realizada cerimônia solene de premiação, ao estilo entrega do Oscar. Exclusivamente realizado no noturno, embora a cerimônia de encerramento seja aberta a todos..

JOGOS INTERCLASSES- Ocorrendo nos três turnos promove a competição saudável e interação entre alunos buscando valorização dos conceitos éticos inerentes ao esporte.

BLACK POWER NIGHT- Apesar de ser trabalhado ao longo do ano letivo inserido nas práticas de sala de aula em momentos diversos, ocorre uma culminância com apresentações artísticas, culturais, desfiles e de conhecimentos sobre cultura negra. Embora no diurno ocorra iniciativas mais flexíveis, esta sistemática já ocorre no noturno.

HALLOWEEN DE LOS MUERTOS- Festa com temática cultural abrangendo competências e habilidades previstas para a área de Códigos e Linguagens, em especial Inglês e Espanhol. Funde os conceitos de Halloween e Festa de Los Muertos. Tem como público alvo o noturno.

POP 15 – Projeto de Orientação Educacional voltado para todos s alunos da escola e atendendo ainda alunos do nono ano das escolas que potencialmente estudarão no CED 15. Apesar de iniciar junto com o ano letivo, é na Semana de Educação para a vida que se apresenta com mais vigor durante a feira de profissões que acontece na escola, soma-se ainda visitas a UnB, faculdades particulares, palestras, aulões, dentre outros.

OLIMPIADAS – Participação em Olimpíadas de Matemática, Língua Portuguesa, Física, Astronomia, competições desportivas escolares, dentre outras. .

LIRA – O LIRA é a sigla de Leitura, Interpretação e Redação Aplicadas. Busca desenvolver multiletramentos textuais tendo como pano de fundo, tanto obras adotadas do PAS, quanto textos dentro da atualidade ou clássicos. Normalmente ao

fim de cada bimestre realizam uma produção textual nos moldes do ENEM ou do PAS. Ocorre em toda escola.

EXATAS – Visando sanar dificuldades encontradas na formação na área Matemática, são destinadas aulas do PD para revisão de conceitos fundamentais da Matemática, identificando sua aplicação nas áreas de Exatas e até outras áreas. Apenas no diurno por conta da carga horária de PD.

TEXTO E CONTEXTO SEM PRETEXTO – Tem por finalidade o incentivo à leitura. Apesar de necessitar de uma participação coletiva de toda a escola, é direcionado pela Sala de Leitura. Por estratégia iniciar o aluno em leituras mais acessíveis pelo seu interesse e gradualmente ampliar seu repertório de leitura.

5. Projeto de Transição entre Etapas e Modalidades

Por se tratar de uma escola sequencial, o CED 15 de Ceilândia vivencia algumas transformações em nossos alunos do 1º ano que se não observadas adequadamente podem configurar problemas em potencial. Além do fato de serem alunos de várias escolas diferentes, há uma mudança também significativa quando levamos em conta que não são mais “maiorais” da escola, como são vistos ao formarem no Ensino Fundamental. É uma nova caminhada, são muitas mudanças, seja geográfica, seja com os colegas que acompanhavam desde anos, as incertezas quanto ao Ensino Médio, a heterogeneidade entre competências e habilidades desenvolvidas tendem a gerar tensões que precisam de um olhar de feedback o mais rápido possível.

Algumas ações desenvolvidas, que tendem a formar um projeto mais amplo de recepção destes alunos, são: Realização de avaliação diagnóstica, cuidados no momento de montar turmas garantindo diversidade, abertura e convite para participação desses alunos ainda estando no nono ano em atividades da escola, questionário no ato da matrícula buscando traçar um perfil para a família que passará integrar a escola, apresentação da escola e seus projetos ao início do ano, divulgação em redes sociais do trabalho desenvolvido.

6. Relação escola-comunidade

Entendendo a importância da participação da família na formação do aluno e da comunidade como um todo se envolvendo e respaldando a prática pedagógica exercida na escola, buscar-se-á oportunizar e incentivar momentos em que esta interação possa ocorrer de forma sistemática até que seja natural.

Algumas ações já existentes são:

Reuniões com pais: Sempre procurando não se limitar a mera entrega de boletins.

Dias letivos temáticos: Normalmente propondo discussões sobre os rumos da escola e buscando propostas e soluções, realização de planejamento, avaliações institucionais, etc.

Assembleias para apresentação e apreciação de prestações e contas dos recursos recebidos pela escola.

Jogos: Competições entre escolas com a abertura à comunidade para acompanhar e torcer.

Treinos desportivos: Abertos à participação da comunidade.

Festival de cinema: Com cerimônia de premiação e projeção dos filmes.

Atividades de formatura: Com a participação de familiares e amigos dos alunos membros da comunidade escolar.

Semana de inclusão – Comunidade escolar convidada a participar sempre.

Feira de Ciências: Reúne não apenas comunidade, mas os três turnos da escola em mega exposição de projetos interdisciplinares sob a temática de Ciências Naturais.

Recital de fim de ano: Também aberto a toda comunidade, onde se celebra o fim de ano e conquistas realizadas ao longo do ano que se encerra.

Estas são algumas das já existentes, sempre com abertura a novas possibilidades de ações e estratégias a serem desenvolvidas. Infelizmente ainda é baixo o número de participantes quando a proposta é de discussão sobre as práticas pedagógicas, mas eleva-se consideravelmente quando diz respeito a atividades vinculadas a projetos e suas culminâncias.

VI - PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM

Quem procura um médico está em busca de pelo menos duas coisas, um diagnóstico e um remédio para seus males. Imagine sair do consultório segurando nas mãos, em vez da receita, um boletim. Estado geral de saúde nota 6, e ponto final. Doente nenhum se contentaria com isso. E os alunos que recebem apenas uma nota no final de um bimestre, será que não se sentem igualmente insatisfeitos? Se a escola existe para ensinar, de que vale uma avaliação que só confirma "a doença", sem identificá-la ou mostrar sua cura?

Assim como o médico, que ouve o relato de sintomas, examina o doente e analisa radiografias, você também tem à disposição diversos recursos que podem ajudar a diagnosticar problemas de sua turma. É preciso, no entanto, prescrever o remédio. "A avaliação escolar, hoje, só faz sentido se tiver o intuito de buscar caminhos para a melhor aprendizagem", afirma a consultora Jussara Hoffmann.

O processo avaliativo, seja da aprendizagem ou da instituição, deverá ir além de identificar rendimento, potencialidades ou deficiências. Ele não pode ser visto como um fim em si mesmo. Ele é importante instrumento na análise, reorganização, reorientação da Proposta Pedagógica da escola. A avaliação deve fundamentar metas, planejamento e ações no sentido de melhoria do ensino-aprendizagem na escola. Consideraremos aqui as avaliações de aprendizagem, institucional e externa (ou larga escala).

Neste sentido, faz-se necessário uma reflexão mais profunda sobre a prática avaliativa do CED 15, visando o aperfeiçoamento ou introdução de práticas que façam parte do processo de ensino e de aprendizagem bem como redefinir aquelas que consciente ou inconscientemente restringem-se apenas a necessidade do aluno ter nota, ser classificado.

Inserir nesta Proposta Pedagógica estas reflexões objetiva explicitar sua preocupação e a proposta de uma prática reflexiva constante sobre a avaliação e o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Busca estabelecer um processo contínuo de reflexão sobre suas práticas, sobretudo no sentido de caminhar para sua reestruturação e avanços.

Serão adotadas práticas avaliativas que privilegiem procedimentos diversificados buscando alcançar as múltiplas inteligências, interações sociais, protagonismo do estudante na construção do seu conhecimento, capacidade crítica transformadora e que preferencialmente envolvam mais que um único componente curricular. Como exemplo, temos provas, autoavaliação, projetos desenvolvidos, seminários, portfólios, etc.

Paralelo ao processo avaliativo estará sempre o processo de recuperação contínua. A recuperação contínua não implica necessariamente recuperação de notas, mas de aprendizado. O aluno deve, a qualquer momento que verificada a deficiência em competências e habilidades relacionadas a um conteúdo, ser oportunizado de retomar o processo de ensino aprendizagem para correção dessa falha. Ocorrerá mesmo que o professor não tenha mais contato direto com o aluno por conta de mudança de bloco.

Ao final do ano letivo, para efeitos de promoção à série seguinte será exigido média igual ou superior a 5,0 e ter frequência superior a 75%. Ao final dos 4 bimestres, aqueles que não obtiverem nota mínima serão submetidos à recuperação final, que acontecerá uma única vez ao final do processo anual e que requer uma nota, tendo em geral caráter somativo e classificatório. No entanto, ainda que não se obtenha êxito, é realizada ainda uma avaliação por todo o Conselho de Classe, em caráter formativo contemplando o ano escolar do aluno, levando em conta todo processo ensino-aprendizagem realizado ao longo do ano letivo.

Em alguns casos essa recuperação ainda pode ocorrer no ano seguinte sem impedimento do aluno avançar nos estudos. Recebe o nome de Recuperação Paralela ou Dependência, como é mais conhecida. Faculta o direito de promoção para a série seguinte e, paralelamente, promovem estudos de recuperação em até dois componentes curriculares, excetuando-se a última série do Médio. Deverá constituir uma forma de recuperação dos conteúdos que não foram apreendidos pelo aluno no ano anterior, deixando de ser mero ritual para que o aluno seja promovido à série seguinte sem, no entanto, ter a oportunidade de rever os conteúdos perdidos.

Nos últimos anos passou-se a dar extrema importância a resultados obtidos pelas escolas em avaliações em larga escala, como o Índice de

Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Infelizmente muitas vezes esses resultados passaram a ser utilizados como forma de ranquear escolas. Nessa perspectiva muitas escolas mudaram sua identidade passando a terem suas ações e planejamento em função dessas avaliações externas, chegando muitas vezes ao extremo de ensinarem apenas para realização dessas provas. O outro extremo é desmerecer resultados obtidos nessas avaliações sob o pretexto de que não levam em consideração os aspectos individuais da realidade de cada escola.

Nos dois casos a escola abre mão de uma oportunidade de reavaliar seu desenvolvimento e planejamento. O CEd 15 buscará apropriar-se desses resultados identificando avanços e retrocessos. Conferindo o peso que deve ser realmente dado, sempre comparando a escola consigo mesma, ainda que busque conhecer e adequar realidades de escolas que apresentem índices satisfatórios, mas sem perder sua identidade expressa nessa Proposta Pedagógica

De igual modo servem também como referências externas a participação da escola em eventos promovidos pela Secretaria de Educação e outras instituições como Olimpíadas, concursos, vestibulares, competições dentre outros. Esses referenciais são importantes quando lembramos que parte da missão da escola é a capacitação para continuidade dos estudos e o mundo do trabalho, o que implicitamente envolve a competição com outros alunos de outras realidades e escolas.

VII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Tão ou mais importante que a avaliação do processo ensino-aprendizagem é a avaliação da instituição como um todo, refletida na avaliação da Proposta Pedagógica. A própria LDB evidencia em vários artigos a necessidade da escola se esmerar em garantir a oferta de educação de qualidade por meio dos seus serviços prestados. A avaliação da organização escolar, seu desenvolvimento administrativo e pedagógico é de suma importância para traçar metas e ações com este fim. Essa avaliação, que deve ser feita pelos integrantes da própria comunidade escolar recebe o nome de Avaliação Institucional.

Ela apresenta-se como forma de conhecer e reconhecer os pensamentos dos segmentos componentes da escola. Dessa forma, obviamente, essa avaliação não deve ser restrita a pequenos grupos, mas oportunizada a todos. Cabe ao gestor garantir esta representatividade na avaliação institucional e mais importante ainda, apropriar-se dos resultados obtidos para articular os recursos da escola para aprimorar as potencialidades e corrigir fragilidades.

Um ponto importante a ser ressaltado é que a avaliação institucional na verdade é uma autoavaliação. Vai muito além do apenas apontar falhas ou encontrar culpados. Trata-se de fundamentar planejamento para intervenções, metas, indicadores e atribuições de responsabilidades. Precisa levar a uma reflexão de ações e muitas vezes até de anseios e convicções sobre educação e o papel da escola.

Na escola essa avaliação acontecerá em menor escala, continuamente por meio das discussões coordenações pedagógicas, avaliações dos projetos realizados, no pré-conselho, no conselho de classe das turmas, nas reuniões do conselho de representantes de turmas, nas reuniões do Conselho Escolar, nas reuniões de pais e de avaliação e planejamento bimestral e análises de gráficos de rendimento e ouvidorias. E em larga escala, uma vez ao ano, com uso de questionários de avaliação para coleta de dados e tratamento mais objetivo e científico. Nesta avaliação institucional a Proposta Pedagógica deve ser reavaliado para adequação à realidade e desafios atuais que a Escola encontrar.

VIII- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ângela; PADILHA, Paulo Roberto. Educação Cidadã: Educação Integral: Fundamentos e práticas / Ângela Antunes; Paulo Roberto Padilha. – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

ANTUNES, CELSO, Inteligências Múltiplas, São Paulo, SP: Editora Salesiana, 2003.

ARAUJO, Paulo. “Na Expansão, boné, bermuda e oitão” in Correio Braziliense, Brasília: 25/08/86

ARROYO, M. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias, Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ARROYO, Miguel G. Ofício de mestre: Imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes. 5ª ed. 2002..

BARDAGI, M.P. LASSANCE, M. C. S. PARADISO, A C. (2003). Trajetória acadêmica e satisfação com a escolha profissional de universitários em meio de curso. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 4, 153-166.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2018. MATRIZ DE REERÊNCIA DO ENEM: guia do participante. Brasília: INEP/MEC.

CARNEIRO, Moaci. Os projetos juvenis na escola de ensino médio. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. 2ed. São Paulo: Cortez Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

DISTRITO FEDERAL. Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota. Brasília: SEEDF, 2012.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressupostos Teóricos. Brasília, 2014.

FILIPOUSKI, Ana Mariza Ribeiro; MARCHI, Diana Maria; SCHÄFFER, Neiva. (Orgs.) Teorias e fazeres na escola em mudança. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

FREIRE, *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 17ª ed. 1987.

FRIGOTTO, G. Políticas para o ensino técnico-profissional. In: OLIVEIRA, M. N. (Org.). *As políticas educacionais no contexto da globalização*. Ilhéus: Editus, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1999

GADOTTI, Moacir. *Reinventando Paulo Freire no Século 21*. São Paulo: Livraria e Instituto Paulo Freire, 2008.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GANDIN, Danilo. *Planejamento como prática educativa*. 8º ed. São Paulo: Edições Loyola. 1995. GUARESCHI, Pedrinho. *Sociologia Crítica alternativas de mudanças*. Porto Alegre, Mundo Jovem, 1998.

GARDNER, H. (1997, Setembro). Sobre as várias inteligências: *Nova Escola*, n. 105. (pp. 42-45). São Paulo.

LAJOLO, Marisa. *Leitura em crise na escola*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

LEHMAN, Y. P. (2005, outubro 18) *Má escolha é a maior causa de evasão*. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 06-07. Recuperado em 8 de julho, 2008, de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17930.html>

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, J. C. *O processo de ensino na escola*. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. *Os métodos de ensino*. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos para quê?* 12 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da Aprendizagem na escola e a questão das representações sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LUCK, Heloísa. *Metodologia de Projetos: Uma ferramenta de planejamento e gestão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MARIN, J. *Globalização, diversidade cultural e prática educativa*. Curitiba: Revista Diálogo Educacional, v.4, nº 8, 2003.

NOGUEIRA, N. R. *Pedagogia dos projetos. Uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências*. São Paulo: Érica, 2003.

- NOGUEIRA, Nildo Ribeiro. Pedagogia de projetos. São Paulo: Ática, 2001.
- NOVA ESCOLA Edição 254, AGOSTO 2012. Título original: "Os jovens leem e escrevem bastante, mas têm pouco contato com os livros"
- PAS / UnB. CESPE. Coordenadoria de Pesquisa em Avaliação. – Brasília 2018
- PERRENOUD, Philippe et al. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio de avaliação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.
- PERRENOUD. Philippe. Construir as competências desde a Escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes. 18ª ed. 1996. PARO, Vítor Henrique. Qualidade do ensino: À Contribuição dos Pais. São Paulo: Xamã, 3ª ed. 2007. 128 p. _____. Gestão democrática na escola pública. São Paulo: Ática, 2001.
- SANTOS, Oder José dos. Pedagogia dos Conflitos Sociais. Campinas, Papyrus. 1992.
- SAVIANI, Demerval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SAVIANI, D. Educação: Do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores Associados, 2000a. _____. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2000b.
- SERAFIM, M.C. A Falácia da Dicotomia Teoria-Prática Rev. Espaço Acadêmico, 7. Acesso em 04.out.2011. Disponível em: www.espacoacademico.com.br, 2001.
- TANAMACHI, E. R; PROENÇA, M; ROCHA, M. Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- THULER, Mônica. Inovar no interior da Escola. Porto Alegre: Artemed, 2001.
- TORO, J. B. Transformações na educação e códigos da modernidade. IN: Dois Pontos N. 27. Belo Horizonte: Pitagorás, 1996.
- VALENTE, J.A. Formação de Professores: Diferentes Abordagens Pedagógicas. In: J.A
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad Editora, 2004.
- VEIGA, I. P. A. Técnicas de ensino: por que não? Campinas, SP: Papyrus, 2011.
- VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WANDERLEY, E. C. Feiras de Ciências enquanto espaço pedagógico para aprendizagens múltiplas. (Dissertação de Mestrado em Tecnologia) Belo Horizonte: CEFET MG-1998

ANEXOS

PROJETO TEXTO E CONTEXTO SEM PRETEXTO

INTRODUÇÃO

Em sua abordagem sobre a leitura no Ensino Médio, PETIT (2008) aponta o fato que os jovens, em sua maioria, não se identificam com o hábito de leitura de livros e elenca como possíveis motivos o desinteresse causado por leituras obrigatórias, a ausência dessa prática no seio familiar e falta de acesso a títulos literários. Essa falta de leitura no cotidiano do aluno provoca prejuízo ao seu aprendizado e socialização à medida que não há desenvolvimento das aptidões adquiridas relacionadas a este estímulo tais como oralidade, escrita, interpretação, articulação de ideias, dentre outros.

Segundo ANDRADE (2009), é por meio da leitura que se consegue despertar a sensibilidade e a imaginação, ampliar o vocabulário e fortalecer o pensamento. Partindo do princípio que a leitura vai além do decodificar o que está escrito atribuindo-lhe significado, é de suma importância que a escola tenha um olhar voltado para a formação de “leitores maduros”¹.

No entanto o hábito de ler nem sempre representa atividade prazerosa, é decorrente do exercício, da prática contínua. Faz-se necessário muitas vezes recorrer a estímulos, incentivos para introduzir ou fortalecer o hábito de leitura junto aos alunos bem como *criar condições para que os alunos realizem suas próprias leituras, de acordo com suas motivações e necessidades pessoais*. Martins (1993).

Para grande parte dos alunos de escola pública a mesma é o principal ou único meio de ter em mãos livros que não os didáticos. Um espaço com características próprias voltadas para proporcionar facilidade na consulta, acesso, manuseio e fruição de obras literárias diversas é imprescindível a uma escola que pretenda fomentar a leitura. O presente projeto se propõe não apenas a tornar a Sala de Leitura e Biblioteca do CEd 15 de Ceilândia esse espaço, mas desenvolver atividades que despertem, incentivem, fortaleçam o hábito da leitura.

¹ Conforme Lajolo (1997), leitor maduro é aquele sujeito capaz de, em contato com o novo texto, atribuir significados a este de acordo com o significado de suas leituras anteriores, além de ter a capacidade de fazer uma leitura crítica, reflexiva a respeito das interpretações possíveis.

JUSTIFICATIVA

A tarefa de incentivar a leitura no Ensino Médio de alunos que não adquiriram o prazer pela leitura nas séries iniciais da educação básica não é simples. A experiência mostra que a exigência de literatura clássica nos exames vestibulares torna a tarefa ainda mais árdua, pois maioria deles, mesmo que leiam tais obras literárias não carregarão consigo o hábito de leitura, PETIT (2008).

Quando falamos de leitura, não restringimos a mesma apenas a textos impressos. Vale lembrar que nos dias atuais o acervo literário de uma escola não pode se valer somente destes. Muitos são registrados numa imensa gama de suportes, gráficos ou não (revistas, livros, fotografias, filmes, CDs, DVDs, mapas, infográficos, etc), abrangendo imagens e sons, tudo isso potencializado pelo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Uma biblioteca com acervo equilibrado (considerar também TICs), mobiliário adequado aos aspectos funcionais e conforto de quem a frequenta, apresenta-se como instrumento motivador à prática da leitura, mas não é o que encontramos na maioria das escolas públicas. Sobre o uso da biblioteca escolar, Cardoso (2006, p. 181-182) relata que: não há uma valorização, que a mesma não tem conseguido atuar eficazmente como mediadora de leitura, pois sua utilização restringe-se à pesquisa de conteúdos, não sendo prestigiada naquilo que tem de mais importante – as oportunidades de leitura de obras de literatura. [...] o fato agravante é a própria condição da biblioteca, que é pobre, não pode ter um grande acervo e também não conta com verbas para isso,...

Porém não basta um espaço apropriado para leitura. Sem a participação ativa e constante dos professores, a dinamização da biblioteca escolar dificilmente será viabilizada no cotidiano escolar. Tende a se tornar um depósito de livros, local de pesquisa de deveres passados pelos docentes, local de permanência em horário vago, subutilizando o potencial do mesmo. A participação dos professores, independentemente da área de conhecimento, incentivando, orientando, mediando o processo de ampliação de conhecimentos por meio da leitura é imprescindível.

A escola precisa fazer uso de estratégias para proporcionar aos alunos oportunidades de lazer, desenvolvimento e enriquecimento social, cultural e cognitivo

através da leitura. Yolanda Reyes, em entrevista a Revista Nova Escola, quando abordada sobre o motivo pelo qual o sucesso de livros como O Senhor dos Anéis de Tolkien, Harry Potter de J.K. Rowling, Crepúsculo de Stephenie Meyer, Percy Jackson de Rick Ryordan, Jogos Vorazes de Suzanne Collins, entre o público juvenil (mesmo junto àqueles que não têm o hábito de ler) não impulsionam a leitura de outros títulos, afirma que “os adolescentes querem ler, encaram muitas páginas sem reclamar e deixam claro do que gostam. A escola tem de usar tudo isso para fazê-los acessar outros títulos, mais complexos e desafiadores.”

Diante do exposto, percebemos que o incentivo a leitura no ensino médio está apoiado no tripé: espaço apropriado, acervo diversificado e mediação dos professores. O **PROJETO TEXTO E CONTEXTO SEM PRETEXTO** propõe-se a aliar estes três integrando-se a sala de aula, a serviço da formação de *leitores maduros*.

OBJETIVO GERAL

Formação de leitores maduros.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Participação em sarau realizado na escola;
- Construir espaços de leitura;
- Realização de eventos culturais;
- Desenvolver o prazer e hábito de leitura de diferentes gêneros;
- Revitalizar Sala de leitura / Biblioteca;
- Renovar acervo de livros em no mínimo 5% a cada ano;
- Fazer uso de títulos usando as novas tecnologias da informação e comunicação;
- Trabalhar leitura e interpretação de livros e autores clássicos;
- Familiarizar os alunos com os diversos tipos de textos;
- Promover o hábito da leitura para o crescimento pessoal, profissional e acadêmico;
- Favorecer a interação entre alunos;
- Conhecer e realizar eventos com autores locais.

METODOLOGIA

De modo geral o projeto usará como estratégia tornar a Sala de Leitura/Biblioteca um lugar mais acolhedor e propício à prática da leitura, usar de livros comerciais e histórias em quadrinhos como atrativos abrindo portas para leituras mais complexas, formação continuada com professores sobre o tema leitura, avaliação do projeto para possíveis correções de estratégias.

Podemos separar o projeto nas seguintes etapas:

Manutenção do funcionamento- A Sala de Leitura/ Biblioteca deverá continuar funcionando enquanto as demais etapas são iniciadas ou concluídas.

Atualização do acervo – Realizar levantamento de todo o acervo disponível na biblioteca e digitalizá-lo, identificando ainda livros que sejam passíveis de serem doados ou descartados.

Ampliação do acervo- Por meio de parcerias, doações da comunidade escolar, aquisições com os recursos financeiros disponíveis à escola para este fim, ampliar o acervo da escola, diversificando em “livros da moda”, HQ (histórias em quadrinhos), clássicos, livros digitalizados.

Destinação de espaço para guarda de livros didáticos- Providenciar espaço para guarda dos livros didáticos que não são entregues e ocupam espaço na Sala de Leitura/Biblioteca.

Revitalização da Sala de Leitura/Biblioteca- Colocação de ar condicionado, sistema de internet, colocação de estantes, aquisição de cadeiras estofadas e mais mesas para leitura.

Criação de espaços para leitura- Aproveitar espaços na escola para criação de pontos espalhados pela escola onde alunos, professores e servidores possam fruir de leitura do seu interesse, nos mesmos moldes das bibliotecas existentes em algumas paradas de ônibus, com livros que passam a pertencer a todos.

Intercâmbio literário- Troca de impressões e sugestões literárias entre os alunos, professores e servidores por meio de painéis, sugestões personalizadas por professores e funcionários e famosos, página ou grupo nas redes sociais.

Sarau Literário – Realização periódica com convite a escritores locais.

Mediação dos professores – Promoção de situações que incentivem a leitura por parte dos professores independente da área de conhecimento, incluindo formação continuada junto aos professores. Seja recomendando livros, acompanhando a leitura dos mesmos ou outras estratégias que julgarem válidas. Decididas individualmente ou em grupo nas coordenações.

Avaliação – Tal como todo projeto, deverá ser avaliado para reforçar, flexibilizar ou alterar estratégias adotadas, levando em conta aspectos qualitativos e quantitativos.

AVALIAÇÃO

Apesar de possuir objetivos subjetivos em sua essência, projeto será submetido à avaliação periódica quanto aos resultados obtidos. Um dos mecanismos para avaliar o projeto é a ouvidoria interna da Sala de Leitura/Biblioteca. Além dela temos ainda os indicadores que dividimos em qualitativos e quantitativos.

Quantitativos- Verificar o número de leitores que farão uso dos livros disponíveis e com que frequência o fazem. Verificar o número de participações dos alunos no Intercâmbio Literário. O levantamento destes dados será, prioritariamente, de responsabilidade dos professores lotados na Sala de Leitura / Biblioteca. A partir dessas informações será possível identificar se o número de usuários dos livros da escola está aumentando e se está sendo uma atividade além do modismo.

Qualitativos- O Corpo Docente, acompanhado pela Coordenação e Equipe Gestora, verificarão a evolução de habilidades relacionadas à prática da leitura, não necessariamente ligadas a notas obtidas.

RECURSOS

Dividimos recursos necessários ao êxito do PROJETO TEXTO E CONTEXTO SEM PRETEXTO em 4 modalidades: físicos, humanos, serviços e financeiros.

Recursos físicos: Subdividimos em dependências, material de custeio e equipamentos/mobiliário.

- Dependências: Sala de leitura/biblioteca, espaços
- Material de custeio: Livros, revistas, mídias em DVD, materiais de expediente diversos.
- Equipamentos/mobiliário: Computadores, aparelhos de som, ar condicionado, DVDs, estantes, prateleiras, cadeiras estofadas, puffs, dentre outros .

Serviços: Internet, gráfica, reparos e manutenção de mobiliário e dependências físicas, marcenaria.

Recursos financeiros: Para suprir a demanda financeira, preferencialmente, serão utilizados os recursos advindos do PROEMI - Programa Ensino Médio Inovador, repassado pelo Governo Federal. Complementarmente usaremos ainda os valores provenientes do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, do Distrito Federal.

Recursos humanos: Embora todo o corpo docente, coordenadores e equipe gestora sejam protagonistas do Projeto TEXTO E CONTEXTO SEM PRETEXTO, desempenha papel de suma importância os professores lotados na Sala de Leitura/Biblioteca. A escola dispõe de dois professores, um professor readaptado e outro professor de matéria extinta. Dentre outras atribuições são responsáveis pela guarda e monitoramento do acervo e espaço, acompanhamento aos alunos quando na Sala de Leitura e indicação de obras.

AVALIAÇÃO

Apesar de possuir objetivos subjetivos em sua essência, projeto será submetido à avaliação periódica quanto aos resultados obtidos. Um dos mecanismos para avaliar o projeto é a ouvidoria interna da Sala de Leitura/Biblioteca. Além dela temos ainda os indicadores que dividimos em qualitativos e quantitativos.

Quantitativos- Verificar o número de leitores que farão uso dos livros disponíveis e com que frequência o fazem. Verificar o número de participações dos

alunos no Intercâmbio Literário. O levantamento destes dados será, prioritariamente, de responsabilidade dos professores lotados na Sala de Leitura / Biblioteca. A partir dessas informações será possível identificar se o número de usuários dos livros da escola está aumentando e se está sendo uma atividade além do modismo.

Qualitativos- O Corpo Docente, acompanhado pela Coordenação e Equipe Gestora, verificarão a evolução de habilidades relacionadas à prática da leitura, não necessariamente ligadas a notas obtidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida e MEDEIROS, João Bosco. Comunicação em Língua Portuguesa, São Paulo. Editora Atlas, 5ª edição, 2009.

CARDOSO, Rosimeiri D. Livrarias e escolas: espaços de mediação. In: AGUIAR, Vera T.; MARTHA, Alice A. (orgs.) Territórios da leitura: da literatura aos leitores. Ed. Cultura Acadêmica; Assis, São Paulo, 2006.

LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. 3ª ed. São Paulo. Ática, 1997.

MARTINS, Maria Helena. O que é leitura. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção: Primeiros Passos: 74).

NOVA ESCOLA Edição [254](#), AGOSTO 2012. Título original: "*Os jovens leem e escrevem bastante, mas têm pouco contato com os livros*"

PERRENOUD, Philippe et al. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio de avaliação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

PETIT, Micheli. Os Jovens e a Leitura: uma nova perspectiva. 1 ed. São Paulo: Ed. 34, 2006.

RANGEL, Mary. Dinâmicas de leitura para sala de aula. Petrópolis, Rio de Janeiro:1990.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Leitura na escola e na Biblioteca. 5ª Ed Campinas, SP: Papyrus, 1995.

Soares, M. B. (1998). Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica.

VASCONCELOS, Celso dos santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Liberal Editora, 2004.

SEMANA CULTURAL

INTRODUÇÃO

Edward B. Tylor apresenta uma definição clássica para cultura: “aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. De modo simplista o que é concernente ao modo de ser e de viver de um grupo social vai construindo sua cultura.

Na escola reúnem-se pessoas permeadas por diferentes culturas, produzindo grande diversidade cultural que influencia no processo de ensino-aprendizagem. Paulo Freire aponta a valorização da cultura de cada indivíduo como essencial no processo de aprendizagem. Não apenas por resistências encontradas nos enfrentamentos de estereótipos construídos pela sociedade, mas principalmente pelo ganho em saber o que o aluno conhece e mais ainda, a exploração a partir do seu senso comum até uma visão crítica.

No entanto a diversidade cultural não tem sua importância restrita ao modo como influencia o ensino aprendizagem, ela própria traduz formas diferenciadas de sentimento, percepção, atribuição de valores às variadas relações sociais e portanto necessita estar incluída na formação do indivíduo a que se propõe a escola. Ela passa a ser um princípio educativo, constituindo mola propulsora no desafio de repensar as relações sociais (etnia, gênero, religião, deficiência, etc), políticas, culturais, econômicas de modo responsável, crítico, investigativo e transformador.

A pluralidade e globalização vivenciadas pela sociedade remetem a um cuidado com a diversidade cultural no sentido de que a mesma vá além da cultura produzida pela indústria da mídia -Cultura de massa- que encontra nos jovens, receptores que a absorvem, em sua maioria, sem avaliação crítica. É preciso que a juventude vivencie perspectivas culturais diferentes, tanto populares quanto cultas, das quais está habituado e a escola propõe-se a apresentá-las num formato

interdisciplinar onde os alunos são sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento.

JUSTIFICATIVA

Segundo Marin (2003) à educação cabe proporcionar vivências que possibilitem a preservação da diversidade cultural, criar espaços democráticos, favorecendo a convivência e diálogo entre as diversas culturas.

Não é fácil para a escola equilibrar a preparação para continuação dos estudos e formação de cidadãos críticos e autônomos. Neste contexto a abordagem da diversidade cultural tende a ser apenas um momento com fim em si mesmo como uma data comemorativa ou cumprimento protocolar como a citação durante uma aula. A diversidade cultural não pode ser inserida de forma forçada ou estanque, precisa ser algo que permeie a prática pedagógica cotidiana, não por ser obrigatório, mas por ser essencial à formação do cidadão.

Esses saberes culturais perdem o significado quando vistos isoladamente, dentro das “caixinhas” de conhecimento de um ensino fragmentado. Como defende MORIN (2001), quando isto é feito temos o prevailecimento de acúmulo de saber, sem estrutura para atribuir-lhe sentido. Em contrapartida, quando a prática pedagógica tem a interdisciplinaridade e contextualização como bases, todos conhecimentos dialogam, interagem entre si, conferindo-lhes aplicabilidade e relevância. É o que se espera da integração da diversidade cultural ao processo educativo da escola.

O Projeto Semana Cultural, mesmo tendo um momento culminante, não pretende ser um evento dissociado da prática cotidiana da escola, até porque não é a única abordagem à diversidade cultural praticada no âmbito escolar. No entanto é reconhecido o poder motivador que a participação num evento cultural como protagonista é capaz de exercer sobre os jovens. Além de trabalhar um olhar interdisciplinar e contextualizado sobre temas culturais a Semana Cultural oferece essa oportunidade.

O projeto justifica-se ainda pela diversificação das inteligências múltiplas contempladas nas atividades propostas que possibilita incentivar o aluno e melhor avaliá-lo. Soma-se a isso a construção de conhecimentos pelas experiências compartilhadas, problemas criados e ações desenvolvidas (princípios presentes na Pedagogia de Projetos).

OBJETIVO GERAL

Estimular alunos a ampliarem sua cultura e cidadania, por meio de um conjunto de atividades interdisciplinares.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Valorizar as diferentes manifestações culturais.

Diversificar método avaliativo contemplando as inteligências múltiplas.

Desenvolver habilidades e competências artísticas.

Formar hábitos de convivência e trabalho em equipe.

Familiarizar com o uso de tecnologias de informação e comunicação.

Incentivar o pensamento autônomo.

Promover o protagonismo juvenil.

Difundir bens culturais.

Identificar talentos artísticos.

Realizar evento cultural.

METODOLOGIA

A Semana Cultural acontecerá abrangendo os três turnos, não sendo necessariamente simultânea nos mesmos. A metodologia adotada para cada edição terá suas especificidades, podendo variar entre períodos e temas abordados, mas sem abrir mão dos pontos essenciais: Abordagem interdisciplinar e contextualizada, contemplação de Inteligências Múltiplas, construção de conhecimentos por meio da resolução de problemas, realização de evento culminante. A partir do tema proposto para cada edição surgiram objetivos específicos relacionados ao mesmo.

A diversidade de gênero do material a ser produzido pelos alunos visa contemplar as variadas manifestações de inteligências além da cognitiva (pictórica, musical, cinestésica, emocional, linguística, etc) de modo que haja uma avaliação formativa mais personalizada e propicie a descoberta de talentos e aptidões.

Cada turno inicialmente definirá o tema a ser abordado, critérios de avaliação e a pontuação atribuída nas reuniões de coordenação pedagógica. O direcionamento do projeto será dado pelas Áreas de Códigos e Linguagens e Ciências Humanas, sendo apoiado pela Área de Exatas. Os temas, preferencialmente, serão sorteados entre as turmas no início do bimestre em que a Semana Cultural for acontecer.

Cada turma passa a constituir um grupo de trabalho que, para efeito de facilitar o acompanhamento e o desempenho das atividades, pode se dividir em subgrupos de acordo com afinidades e interesse pelas tarefas a serem desenvolvidas, que podem ser: banners, exposições, apresentações artísticas, teatro, dança, canto, literatura, vídeos dentre outros. As turmas passam a ser orientadas de forma mais direta pelos professores de Ciências Humanas e Códigos e Linguagens, não necessariamente o conselheiro da turma.

Após as apresentações dos trabalhos, os mesmos serão avaliados com vistas a compor a nota bimestral e posteriormente os corpos, docente e discente, realizarão a avaliação do projeto como um todo. Deverá ser produzido portfólio do projeto que será usado como apresentação do projeto para os novos alunos e

profissionais que passarem a integrar a comunidade do Centro Educacional 15 de Ceilândia.

AVALIAÇÃO

A avaliação do Projeto deverá cumprir o papel de apontar acertos a serem fortalecidos bem como erros a serem corrigidos e acontecerá em três níveis: dos trabalhos apresentados, dos alunos, do Projeto como um todo.

Avaliação dos trabalhos - É realizada coletivamente com critérios estabelecidos previamente. Dar-se-á preferência a banca de professores avaliadores formadas por docentes das áreas de Ciências Humanas e Códigos e Linguagens. Para buscar corrigir possíveis distorções avaliativas em função da subjetividade dos trabalhos apresentados, serão descartadas a maior e a menor nota. As notas serão atribuídas a cada atividade realizada e o seu somatório definirá a nota da turma.

Avaliação dos alunos - A nota final será atribuída para a turma, havendo a possibilidade de ser individualizada no caso de identificação de participação que requeira diferenciação da mesma. Caberá ao professor orientador o acompanhamento, observação e avaliação individual dos integrantes da turma.

Avaliação do Projeto – Após a culminância do Projeto o mesmo deverá ser avaliado em seus processos pedagógicos e logísticos. Principalmente no que diz respeito a se os objetivos foram atingidos para que não se torne apenas mais uma avaliação estanque dissociada da prática pedagógica diária. Ocorrerá nas reuniões de coordenação pedagógica.

CRONOGRAMA

Não é possível definir data de cada etapa a ser cumprida dentro do Projeto Semana Cultural pelas peculiaridades encontradas a cada edição, mas podemos definir uma cronologia para atividades a serem desempenhadas, independente do turno em que aconteça (lembrando que não ocorre necessariamente no mesmo período nos três turnos).

Etapas do projeto	Períodos previstos
Definição de percentual de nota e período	Encontro Pedagógico no início do ano letivo
Apresentação dos projetos aos novos professores	Encontro Pedagógico no início do ano letivo
Definição de temas, atividades propostas e cronograma específico com tarefas atribuídas.	Reuniões de Coordenação pedagógica
Divulgação juntos aos alunos	A definir
Lançamento do Projeto com sorteio dos temas	A definir
Apresentações/exposições e avaliações das mesmas	Culminância a definir
Fechamento de nota coletiva	A definir
Divulgação da nota coletiva	A definir
Fechamento de nota individual pelo conselheiro	A definir
Divulgação da nota final	A definir
Avaliação Final do Projeto	A definir
Produção do Portfólio do Projeto	A definir

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

FAZENDA, I. C. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. ED. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LUCK, Heloísa. **Metodologia de Projetos**: Uma ferramenta de planejamento e gestão. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MARIN, J. **Globalização, diversidade cultural e prática educativa**. Curitiba: Revista Diálogo Educacional, v.4, nº 8, 2003.

NOGUEIRA, Nildo Ribeiro. **Pedagogia de projetos**. São Paulo: Ática, 2001.

PADILHA, Paulo Roberto. **Currículo intertranscultural: novos itinerários para a educação**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2004.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada**: das intenções à ação. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

PROJETO POP 15

INTRODUÇÃO

Desde crianças, ainda que em tom de brincadeiras, somos confrontados com uma pergunta recorrente: O que você vai ser quando crescer? Astronauta, arqueólogo, policial, cantor, jogador de futebol, cozinheiro, professor, médico, açougueiro, comerciante,... Em nossas respostas não há limites, tão pouco preocupações quanto à concorrência, mundo do trabalho, formação ou remuneração. Temos vigor, muito tempo, nenhum conhecimento.

Quando jovens, as dúvidas são companheiras constantes nos pensamentos a cerca da decisão de nossas escolhas profissionais. Surgem os questionamentos. Quais as possibilidades de ingresso no mundo do trabalho, qual melhor forma de se qualificar, custo x benefício entre prazer e sustento digno são apenas alguns dos aspectos relevantes que por vezes tiram nosso sono e são agravados com as perguntas: E se eu não conseguir? E se eu escolher errado? E se... Temos tempo, muito vigor e pouco conhecimento.

Adultos, já não temos tantas incertezas, mas as oportunidades de trabalho já não são tão freqüentes. Muitas vezes já dedicamos tanta energia às nossas atividades profissionais que não temos mais ânimo para ainda tentar realizar sonhos ou mesmo mudar nossa área de atuação. Temos mais conhecimento, menos vigor e tempo.

Nesta perspectiva, entendemos que se o aluno em sua juventude tiver acesso a orientação sistematizada sobre o universo de possibilidades no mundo do trabalho suas chances de realizar escolhas profissionais ocorram com maior segurança e pautadas em fundamentos sólidos e não apenas suposições.

O POP 15 apresenta-se como uma estratégia do Centro Educacional 15 de Ceilândia na preparação dos alunos do Ensino Médio em sua escolha profissional.

JUSTIFICATIVA

A escolha profissional é um processo evolutivo que, se realizada de forma consciente e planejada, interfere positivamente na qualidade de vida, SOARES (2002). Bardagi et al (2003), lembra da necessidade do ensino de habilidades para tomada de decisões, relacionando como causa-efeito a ausência dessa prática sistematizada por parte da família ou escola.

De acordo com Lehman (2005), o principal motivo para a evasão nos cursos de ensino superior é a escolha realizada equivocadamente. Aponta ainda que a desinformação e/ou má informação aparece como razão disso. A pesquisa nos revela que apesar da importância da decisão, maioria dos jovens faz escolhas profissionais com poucos conhecimentos sobre a totalidade das atividades envolvendo a carreira.

Importante ainda lembrar que o referido conhecimento sobre mundo do trabalho não é estático e possui caráter, por muitas vezes, subjetivo. Necessita ser dinâmico e atualizado constantemente. Um simples fato que exemplifica a fala é ver que algumas profissões “badaladas” desapareceram e outras formações que eram celebradas como diferenciais até algum tempo (quem se lembra de cursos de datilografia?) hoje não agregam e em alguns casos chegam a desprestigiar currículos. Na matéria *Seu trabalho tem futuro*, de fevereiro de 2014, a Revista Época traz o risco que algumas profissões a médio e longo prazo possuem de ver seres humanos substituídos por máquinas. Diferente do senso comum, essas substituições não estão mais restritas apenas trabalhos braçais, já vai além.

Se conhecer a profissão -seus riscos e atrativos- é fundamental, de suma importância também é saber dos meios para exercê-la. Partindo do princípio que se precisa de uma formação (acadêmica ou não), seja qual for a área escolhida, devem entrar na análise questionamentos tais como: “Onde posso buscar essa formação?”,

“Qual o nível de concorrência para o ingresso em instituições formadoras?”, “Qual o nível de investimento antes de passar a ter retorno financeiro?”.

Por fim, todo este conhecimento se mostrará de pouca valia se o jovem não conhecer a si mesmo. Nesse caso falamos suas aptidões, suas preferências, suas condições financeiras e necessidades são essenciais para minimizar os riscos de decepção profissional ao se conquistar seu objetivo.

Dessa forma o POP 15 está baseado no tripé conhecimento da profissão, conhecimento da formação e conhecimento de si mesmo. Não há a preocupação em indicar a melhor profissão ou mais adequada, mas auxiliar os alunos na tomada de sua decisão profissional.

OBJETIVO GERAL

Preparar os alunos de Ensino Médio para planejarem seu projeto pessoal visando à carreira profissional, seja acadêmico ou secular.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Discutir processos capazes de influenciar a escolha profissional.

Apresentar instituições de ensino superior por meio de visitas, palestras e feiras.

Apresentar diversidade de carreiras profissionais e suas peculiaridades.

Estimular o protagonismo juvenil.

Realizar palestras na escola.

Realizar exposição de profissões na escola.

Incentivar e acompanhar alunos em processos seletivos universitários.

Acompanhar futuro profissional dos alunos após conclusão do Ensino Médio.

METODOLOGIA

Partindo do pressuposto que a escolha de uma carreira profissional não deva ser realizada a partir de uma única variante e que obviamente não exista uma profissão que seja ideal para todos, o POP 15 propõe-se a apresentar aos alunos do Ensino Médio o maior leque possível de perspectivas profissionais ao longo de todo o curso. Considerando ainda o tempo necessário para o amadurecimento dos adolescentes e suas oscilações de humor, não restringiremos a ação a um único evento, mas um conjunto de estratégias interligadas e realizadas ao longo de cada ano. Dentre elas:

Visitas monitoradas a instituições de ensino superior público e privado. Nestas o aluno poderá conhecer a instituição apresentada por estudantes ou profissionais que já tenham a vivência na mesma. Desde instalações a cursos ofertados.

Realização de palestras- Sejam em moldes de seminários ou de bate papo informal, periodicamente serão abordados temas como: oportunidades no mundo do trabalho, empreendedorismo, conscientização da importância e formas de ingresso no ensino superior, análise de profissões, estágios, processos seletivos, dentre outros.

Parcerias com instituições credenciadas para encaminhamento em estágios e outros cursos.

Acompanhamento e orientação aos alunos quanto às inscrições em processos seletivos como o PAS e ENEM.

Acompanhamento a alunos em estágio no que diz respeito a atividades desempenhadas e capacidade de conciliá-lo com os estudos.

Exposição de instituições de ensino superior, cursos técnicos e profissionalizantes na própria escola, oportunizando a todos os alunos conhecerem as ofertas de cada uma. Esta é a única estratégia que demanda um momento específico, a ser realizada durante a Semana de Educação para a vida.

A ênfase dada às atividades desenvolvidas ainda leva em conta o grau de maturidade encontrado em cada série. Por exemplo, o processo de conscientização quanto ao PAS será mais intenso junto aos alunos que estejam ingressando o Ensino Médio, enquanto que o ENEM recebe maior enfoque nas turmas concluintes.

RECURSOS

Classificamos os recursos em 4 modalidades: físicos, humanos, serviços e financeiros.

Recursos físicos: Subdividimos em dependências, material de custeio e equipamentos/mobiliário.

- Dependências: sala de vídeo, pátio, sala de informática.
- Material de custeio: Mídias em DVD, materiais de expediente diversos.
- Equipamentos/mobiliário: Computadores, aparelhos de som, ar condicionado, DVDs, projetores multimídia, filmadora, máquina fotográfica.

Serviços: Internet, gráfica, reparos e manutenção de mobiliário e dependências físicas, transporte de alunos.

Recursos financeiros: Para suprir a demanda financeira, preferencialmente, serão utilizados os recursos advindos do PROEMI - Programa Ensino Médio Inovador e PDE Escola, repassado pelo Governo Federal. Complementarmente usaremos ainda os valores provenientes do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, do Distrito Federal.

Recursos humanos: Embora todo o corpo docente, coordenadores e equipe gestora sejam protagonistas do Projeto, desempenha papel de suma importância o Serviço de Orientação Educacional (SOE). A escola dispõe de dois orientadores educacionais lotados no diurno e que auxiliaram ao turno noturno. Também de grande importância está consolidado o papel da Coordenação auxiliando

o SOE no acompanhamento pedagógico e elo junto aos professores e instituições, bem como equipe gestora proporcionando o suporte logístico.

AVALIAÇÃO

Apesar de possuir objetivos subjetivos em sua essência, projeto será submetido à avaliação periódica quanto aos resultados obtidos. Além dela temos ainda os indicadores que dividimos em qualitativos e quantitativos.

Quantitativos- Número de alunos participantes nas atividades, quantidade de alunos ingressos no mundo do trabalho e em cursos de ensino superior ou técnico, número de inscritos no PAS e ENEM (comparado ao percentual de alunos matriculados e em relação a anos anteriores).

Qualitativos- Satisfação dos alunos nas atividades desenvolvidas, procura dos alunos por estágios e cursos.

CRONOGRAMA

Manutenção do funcionamento	Contínuo
Agendamento de visitas a IES	Início do ano letivo
Seminário de profissões	Início da Semana de educação pra a vida
EXCARP Exposição de carreiras profissionais	No encerramento da Semana de Educação para a vida
Visitas monitoradas a UnB	Iniciando em abril de acordo com a disponibilidade.
Visitas monitoradas Instituições de Ensino Superior Privadas	De acordo com disponibilidade das instituições parceiras.

Palestras temáticas sobre a orientação profissional	Durante Semana de educação para a vida e em outros momentos ao longo do ano.
Auxílio inscrições do PAS	Próximo a início das inscrições.
Auxílio inscrições do ENEM	Próximo a início das inscrições, geralmente maio.
Monitoramento de resultados	Ao fim do ano letivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bardagi, M.P. Lassance, M. C. S. Paradiso, A C. (2003). Trajetória acadêmica e satisfação com a escolha profissional de universitários em meio de curso. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 4, 153-166.

Lehman, Y. P. (2005, outubro 18) Má escolha é a maior causa de evasão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 06-07. Recuperado em 8 de julho, 2008, de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17930.shtml>

PERRENOUD, Philippe et al. *As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio de avaliação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

Soares, D.H. P. (2002). *A escolha profissional: do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus.

PROJETO L.I.R.A.

(Projeto de Leitura, Interpretação e Redação Aplicadas)

INTRODUÇÃO

A expressão “*Analfabeto Funcional*”, tão recorrente nos meios de comunicação e em palestra dos novos estudiosos da educação, revela-nos o quão importante é o letramento para a nossa vida. Saber ler não é propriamente um diferencial, mas compreender essa leitura abre caminhos ao indivíduo, revela um mundo que para muitos parece obscuro, destaca-o da grande massa desinformada. *Ser letrado é informar-se através da leitura, é buscar informações nos jornais, revistas e livros e fazer uso delas. É assistir à televisão e selecionar o que desperta interesse. É seguir instruções, usar a leitura como apoio de memória ou para comunicação. É ler histórias que nos levam a lugares desconhecidos, é emocionar-se com elas. É usar a escrita para se orientar no mundo para não ficar perdido. É escrever um bilhete ou uma lista de compras. É descobrir a si mesmo, através do envolvimento com a leitura e com a escrita nas diferentes práticas sociais.* (Soares, 1998).

Segunda a reportagem “**A dor de nunca saber bastante**” publicada na Revista Veja de setembro de 2001, “em apenas uma só edição o jornal americano The New York Times contém mais informações do que uma pessoa comum recebia durante toda a sua vida há 300 anos”. Ela nos dá uma ideia do crescimento e facilidade do acesso à informação, que necessariamente não apresentam garantia de qualidade. Além do volume de informações, cabe ressaltar que elas são registradas com uma imensa gama de suportes, gráficos ou não (revistas, livros, fotografias, filmes, CDs, DVDs, mapas, infográficos, etc), não se restringindo a impressos, abrangendo imagem e sons, tudo isso potencializado pelo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

O Projeto LIRA, fundamentado na Pedagogia de Multiletramentos, se propõe a formar não apenas leitores, mas produtores fluentes nesses modos, capazes de explorar gêneros multimodais e culturais, entendendo seus significados e

utilizá-los em contextos diversos na construção de conhecimentos de forma crítica e transformadora.

JUSTIFICATIVA

Segundo Rangel (1990), a leitura é prática básica e essencial no processo de ensino-aprendizagem. Vai além do decodificar o que está escrito, mas provoca enxergar implicações, julgar qualidade, comparar ideias, integrar o que foi lido com experiências vivenciadas e estabelecer relações. Em sua abordagem sobre a leitura no Ensino Médio, PETIT (2008) aponta o fato que os jovens, em sua maioria, não se identificam com o hábito de leitura de livros. Alguns apontam a sobrecarga de trabalhos escolares, outros as leituras obrigatórias dos clássicos, por conta de exames vestibulares, como sendo os vilões dessa aversão pela leitura. Todavia, o problema de não ter prazer pela leitura encontra-se enraizado ainda nos primeiros anos do ensino básico.

O projeto, no entanto, não se baseia apenas nesses apontamentos mais genéricos, mas na avaliação diagnóstica de nossos alunos. Não apenas pela queda no rendimento do componente curricular Língua Portuguesa no ENEM, mas pela unanimidade entre todos os professores de todas as áreas de conhecimento sobre as principais deficiências encontradas que, embora muitas vezes chamadas de falta de pré-requisito, se resumem à: LEITURA, INTERPRETAÇÃO E REDAÇÃO.

Cabe aqui ressaltar a discordância do pensamento, geralmente coletivo, que os jovens não leem. Esse discurso, apesar da rejeição dos jovens à leitura de livros, não encontra sustentação quando percebemos que a era digital fundamenta sua comunicação na palavra escrita. O volume de material escrito e lido nas redes sociais como Facebook e Whatsapp, nas pesquisas envolvendo o Google, Bing ou semelhantes, diariamente, equivale a páginas e páginas de textos. Isso sem falar dos textos visuais. Em entrevista à Revista Nova Escola, Yolanda Reyes afirma que os

jovens leem e escrevem bastante, mas têm pouco contato com os livros na vida fora da escola. Eles acessam outros suportes, como celular, blogs, Facebook, e trocam mensagens o tempo todo. Ou seja, têm mais relação com a leitura para a comunicação do dia a dia, por vezes superficial, e não com a leitura para decifrar a vida - que tem a ver com a literatura.

Deste modo, o Projeto LIRA volta seu foco não para os atos de ler e escrever. Isso nossos jovens já fazem. Apresenta-se como resposta ao desafio de despertar o interesse e conhecimento pelo universo da leitura, seja da literatura ou técnica, de obras artísticas áudios visuais, músicas, com entendimento crítico e capacidade de redigir suas impressões, opiniões ou sentimentos, no seu cotidiano, mundo do trabalho ou continuação dos estudos.

OBJETIVO GERAL

Formar leitor competente ² capaz de expressar e defender suas ideias por meio de textos, escritos ou não.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reduzir repetência escolar.
- Criar hábito de leitura e interpretação de textos, jornais, revistas, livros, etc;
- Debater temas específicos a partir da interpretação de textos, vídeos, livros, documentários, filmes, telejornais, jornais, revistas, etc;
- Preparar os alunos para redigir textos através da leitura e interpretação de textos, músicas, vídeos entre outros;
- Familiarizar os alunos com os processos de leitura e de redação das avaliações institucionais e de vestibulares (PAS, ENEM, etc);

² “Formar um leitor competente, supõe formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e validar sua leitura a partir da localização de elementos discursivos que permitam fazê-lo.” PCN de Língua Portuguesa de 5ª a 8ª Série, 1998.

- Diversificar os métodos pedagógicos utilizados em Língua Portuguesa para melhorar a leitura, a interpretação e a escrita;
- Incentivar os alunos a participar de concursos de redação;
- Promover o hábito da leitura e da escrita para o crescimento pessoal, profissional e acadêmico;
- Identificar textos informativos, descritivos, narrativos e argumentativos;
- Redigir textos informativos, descritivos, narrativos e argumentativos;
- Analisar situações envolvendo a sustentabilidade, a cidadania e a diversidade.

METODOLOGIA

O Projeto LIRA será desenvolvido em todos os turnos, mas com as especificidades necessárias a sua aplicação contínua no noturno e diurno. Em comum teremos a oferta de oportunidades de contato e exploração de diferentes textos (na própria escola ou atividades de campo) em diversificados formatos e seu uso como motivadores para a produção e apresentação de textos que retratem as ideias, posicionamentos, pensamentos, sentimentos dos alunos. Os formatos (revistas, jornal, redação, apresentação teatral, blogs etc.) das produções serão definidos em coordenação pedagógica. Os temas abordados serão interdisciplinares e transversais fundamentados no tripé sustentabilidade, diversidade e cidadania, e por meio de ações intermediadas ou obras adotadas pelo Programa de Avaliação Seriada (PAS), da Universidade de Brasília. Para ambos teremos ainda a realização de workshops de redação direcionados para o PAS e o ENEM.

Acompanhada pelos coordenadores, nas coordenações pedagógicas, a equipe de professores traçará planejamento mais detalhado de cada atividade a ser desenvolvida junto aos alunos, incluindo levantamento de materiais, definição de temas, cronogramas e agendamentos pertinentes a cada turno e série.

No diurno, será destinada uma aula na grade horária para que sejam desenvolvidas as principais atividades do projeto. Essas atividades serão orientadas pelos professores de PI – Projeto Interdisciplinar, conforme modulação específica aprovada pela Secretaria de Estado de Educação. Após diagnose inicial, esses

professores elaborarão essas atividades de acordo com temática que deverá ser escolhida bimestralmente, bem como, definição de material a ser utilizado. Preferencialmente, não deverá ocorrer choque de horários entre turmas de PI que apliquem o Projeto LIRA. Ao final do bimestre, os alunos apresentarão o que foi produzido em forma a ser definida, seja sarau, exposição, portfólio, dentre outros.

No noturno, por não existir uma aula própria para PI, as atividades serão desenvolvidas durante as aulas, principalmente as de Língua Portuguesa. Em cada bimestre, um tema motivador será decidido pelo grupo de professores e apresentado às turmas, por meio de uma palestra, atividade de campo, filme ou semelhante onde cada professor, na sua área de conhecimento, abordará esse tema, incluindo leituras pertinentes. Os professores de Língua Portuguesa trabalharão os aspectos de redação com os alunos e demais colegas docentes. Ao final do bimestre, os alunos realizarão uma redação, a qual será corrigida pelos próprios professores aplicadores, equivalendo a 10% da nota bimestral em todos os componentes curriculares. Os roteiros produzidos para os filmes que participarão do Festival de curtas metragens da escola, o CURTAS 17, também estarão interligados ao Projeto LIRA, acompanhados pelos professores de Língua Portuguesa e orientadores das turmas.

RECURSOS

Dividimos recursos necessários ao êxito do Projeto LIRA em 4 modalidades: físicos, humanos e serviços, financeiros.

Recursos físicos: Subdividimos em dependências, material de custeio e equipamentos.

➤ Dependências: além das próprias salas de aula, as salas especiais (laboratório de informática, sala de leitura, sala de vídeo).

➤ Material de custeio: Materiais usados na reprografia, mídias, materiais de expediente diversos,

➤ Equipamentos: Reprodutor gráfico, computadores, projetores multimídias, aparelhos de som, home theater, TVs, DVDs, caixas de som, mesa de som, máquina fotográfica, filmadora.

Serviços: Previstos os serviços de transporte para atividades de campo (museu, teatro, cinema, outros), internet, gráfica, reparos e manutenção de equipamentos e dependências físicas.

Recursos financeiros: Para suprir a demanda financeira, preferencialmente, serão utilizados os recursos advindos do PROEMI - Programa Ensino Médio Inovador, repassado pelo Governo Federal. Complementarmente usaremos ainda os valores provenientes do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, do Distrito Federal.

Recursos humanos: Embora todo o corpo docente, coordenadores e equipe gestora sejam protagonistas do Projeto LIRA, no caso específico de sua aplicação, no diurno, desempenham papel de suma importância os professores regentes de PI. A proposta inicial é que tenhamos um professor de Língua Portuguesa 20h, específico para atuação em PI, em cada turno diurno. Tal medida visa a proporcionar maior coesão nas atividades realizadas em cada turma, facilitando eficácia das estratégias adotadas.

Caso não haja aprovação da modulação solicitada, a carga horária de PI será distribuída de forma residual entre professores de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Língua Espanhola.

AVALIAÇÃO

A avaliação do projeto acontecerá de forma processual, diagnóstica e somativa.

A avaliação do projeto será realizada, processualmente, a cada aula, por meio de observação da participação do aluno e do cumprimento das atividades

propostas, em conjunto com Língua Portuguesa de acordo com o crescimento individual do aluno nessa disciplina.

Também será avaliado diagnosticamente, ao final de cada bimestre, o desenvolvimento dos alunos, tendo como referencial não apenas a nota, mas a capacidade de evolução nas habilidades de leitura, interpretação e redação em todos os componentes curriculares, buscando se identificar possíveis alterações nas rotinas de atividades.

Será realizada ainda uma avaliação somativa por meio de indicadores de simulados: ENEM, PAS e demais avaliações externas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília, 1998.

LAJOLO, Heloisa. Do mundo da leitura para a leitura de Mundo. São Paulo: Ática, 1995.

LAJOLO, Marisa. Leitura em crise na escola, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

NOVA ESCOLA Edição [254](#), AGOSTO 2012. Título original: "Os jovens leem e escrevem bastante, mas têm pouco contato com os livros"

PERRENOUD, Philippe et al. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio de avaliação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

PETIT, Micheli. Os Jovens e a Leitura: uma nova perspectiva. 1 ed. São Paulo: Ed. 34, 2006.

PRIORE, Mary Del. Ritos da Vida Privada. In: SOUZA, Laura Mello e (Org.). História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. São Paulo : Companhia das Letras, 1997, cap. 06, p, 275-330.

RANGEL, Mary. Dinâmicas de leitura para sala de aula. Petrópolis, Rio de Janeiro:1990.

ROJO, R. H. R. Escola conectada: os multiletramentos e as TICS. São Paulo: Parábola, 2013.

Soares, M. B. (1998). Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica.

GRUPOS DE INTERESSES

INTRODUÇÃO

Alguns fatores têm contribuído como amarras para construção de uma escola pública de qualidade. Ao contrário de outras épocas quando falta de material, de condições adequadas de instalações, falta de professores, organização pedagógica, falta de comprometimento, eram os principais vilões, hoje a violência e falta de perspectivas já aparecem como fatores preponderantes em várias comunidades escolares para justificar fracasso escolar.

Violência essa que embora explícita nos casos de assaltos nas proximidades da escola, surgem silenciosamente nas relações internas entre os muros da escola. Sejam no extravasar comportamental de alunos que oprimidos em seus lares usam a escola como válvula de escape ou nas ameaças veladas e provocações ante situações aparentemente simples ou disfarçadas de brincadeiras.

Por outro lado, baixa auto estima e falta de perspectiva parecem mover, ou melhor, imobilizar quantidade significativa de alunos, professores e servidores nas escolas, produzindo desânimo, doenças e por vezes iniciando ciclos de violência, ainda que não sejam agressões físicas.

A comunidade atendida pelo CEd 15 é marcada por elevados índices de violência e criminalidade, bem como por fatores geralmente agregados: falta de opções de lazer, gravidez precoce, uso de drogas. Apresenta-se pois o desafio de oportunizar vivências em que o ambiente escolar proporcione novos tempos e espaços de interação dos membros da comunidade escolar em torno de interesses em comum que privilegiem protagonismo juvenil, desenvolvimento de habilidades e competências por meio das mesmas.

JUSTIFICATIVA

Ao contrário da máxima usada no senso comum que a segurança pública é função da Polícia, a nossa Constituição em seu Artigo 144 é enfática ao afirmar que a segurança pública é um dever do Estado, **direito e responsabilidade de todos**. Sendo assim não podemos nos omitir de nossa parcela de responsabilidade enquanto sociedade.

Quando especificamos a segurança no âmbito escolar, precisamos entender que ela também depende dos entes da própria comunidade e ela interfere diretamente nas relações de segurança da sociedade. Desde a óbvia formação de valores de alunos que são cidadãos até o uso de recursos que antes iriam para reposição de patrimônio, ou contratação de substitutos em projetos destinados à Educação, Segurança e Saúde, por exemplo.

A unidade fragmentada escola, situada em um mundo marcado pela complexidade, pela emergente ligação em rede e velocidade em tempo real dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos, tem como referencia e possibilidade básica e obrigatoriedade de “pensar global e agir local”. Temas aparentemente distantes tornam-se próximos; dentre eles, diversidade, inclusão - respeito às diferenças -, violência, ética, cidadania e inúmeros outros deixam o plano acadêmico e filosófico e passam a fazer parte do cotidiano dos alunos e comunidade.

A convivência permanente com estes temas não permite que sejam ignorados ou tratados de forma simplista, mas que sejam realmente incorporados no dia-a-dia e que possam permear as relações, as infinitas possibilidades de reflexão e de um conjunto de ações transformadoras, sobretudo através de atividades diferenciadas, com diferentes linguagens que possam despertar o interesse e o envolvimento dos alunos a partir de suas múltiplas inteligências .

É necessária a incorporação do conceito de cultura institucional, através da definição de uma intencionalidade que deve permear o planejamento dos componentes curriculares, do currículo, das práticas pedagógicas, da gestão da escola, das atividades extraclasse e da interação escola comunidade. Essa intencionalidade deve contemplar, sobretudo, a valorização dos momentos de reflexões coletivas e ações participativas visando a melhoria dos processos desenvolvidos.

Neste contexto, ações que estimulem alunos e profissionais a participarem e se envolverem com o cotidiano da escola podem proporcionar ambiente que apresente a Instituição Escola como um lugar agradável onde haja espaço para protagonismo juvenil e não apenas reproduções de atitudes e pensamentos, onde virtudes possam ser exploradas ao máximo sem que apenas fragilidades ganhem destaque, onde a sensação de segurança seja uma consequência da participação coletiva e não uma utopia.

Importante ressaltar que a nossa Constituição em seu Artigo 205 aponta: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

É com essa proposta que o Projeto Grupos de Interesses se apresenta como catalisador de intervenções e ações que possibilitem a construção de novos significados para a Escola, integrando e responsabilizando todos os segmentos da comunidade escolar, fortalecendo uma educação para a cidadania e continuação de estudos que interfira positivamente na Segurança de sua comunidade.

Segundo Marin (2003) à educação cabe proporcionar vivências que possibilitem a preservação da diversidade cultural, criar espaços democráticos, favorecendo a convivência e diálogo entre as diversas culturas.

A nossa Constituição Federal de 1988 é incisiva em seu artigo 205 ao dizer que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Ao ser considerado um dever, o direito à educação faz surgir obrigações, princípios, regras, diretrizes e leis que possibilitem a sua garantia.

A educação se constitui como condição essencial na construção de uma sociedade onde cada indivíduo seja capaz de exercer plenamente sua cidadania, implicando em relações pautadas pela solidariedade, respeito ao bem comum e indivíduos capazes de transformar a sociedade de forma interventiva. “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67).

As argumentações anteriores nos remetem a um ponto comum: São necessários profissionais envolvidos direta ou indiretamente no ensino aprendizagem, que sejam comprometidos e competentes. Eles fazem uma grande diferença. O processo educativo envolve mais que apenas professor e aluno. É como um espetáculo teatral. Além dos atores vistos em cena existe toda uma estrutura nos bastidores: camarins, figurinistas, sonoplastas, diretor, escritor, patrocinador, direitos autorais, dentre tantos outros. Além das salas de aulas estão pessoas e materiais que são essenciais para o sucesso da escola em cumprir sua função social, “propiciar ao aluno a construção de conhecimentos, atitudes e valores que o tornem solidário, crítico, criativo, ético e participativo. Distrito Federal, 2009”.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver ações e intervenções que impactem comunidade escolar nas perspectivas educacionais e de segurança.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Fortalecer aspectos de convivência;

Fomentar cultura de paz e de responsabilidade social;

Estimular o protagonismo juvenil;

Realizar palestras na escola;

Valorizar as diferentes manifestações culturais;
Diminuir as ocorrências de violências na escola e nos arredores;
Desenvolver habilidades e competências artísticas;
Formar hábitos de convivência e trabalho em equipe;
Incentivar o pensamento autônomo;
Promover o protagonismo juvenil;
Difundir bens culturais;
Identificar talentos artísticos;
Realizar eventos envolvendo comunidade.

METODOLOGIA

Os alunos poderão se organizarem em grupos unidos por um interesse comum, como por exemplo, basquete, leitura, música. Cada grupo deve ser amparado pela escola no que diz respeito a espaços físicos, tempos e mesmo recursos quando possível. Por não estar vinculado em hipótese nenhuma a nota, tende a atrair apenas pessoas com interesses em comum. As reuniões, treinos, ou ensaios serão coordenadas por professores, servidores, alunos, ex-alunos ou pais da comunidade escolar.

Periodicamente deverão apresentar os frutos do seu trabalho à comunidade escolar, como forma de monitoramento e avaliação para possíveis correções de caminhos ou aprimoramento das práticas já existentes.

Buscar-se-á que cada grupo não possua um fim em si mesmo, como por exemplo realizar um evento e encerrar-se. Será incentivada a continuidade e expansão de cada grupo, mesmo que realizem eventos culminantes, como a produção e apresentação de espetáculos de quadrilha, por exemplo.

Eis alguns grupos já formados: Equipe de Basquete, Coral, Clube de Leitura, Corredores, Clube de Jovens Cristãos, Quadrilha junina, dentre outros.

AVALIAÇÃO

A avaliação do Projeto deverá cumprir o papel de apontar acertos a serem fortalecidos bem como erros a serem corrigidos e acontecerá em três níveis: dos trabalhos apresentados, dos alunos, do Projeto como um todo.

Importante indicador neste processo avaliativo será a participação dos membros de cada grupo e impactos causados na vida escolar e da comunidade local. Os grupos poderão ser reorganizados a qualquer momento por seus integrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Constituição Federal promulgada em 1988.

CARNEIRO, Moaci. Os projetos juvenis na escola de ensino médio. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

DOURADO, Luiz Fernando. Políticas e gestão básica no Brasil: limites e possibilidades, Campinas, Educ. Soc, 2007

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. ED. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LUCK, Heloísa. **Metodologia de Projetos**: Uma ferramenta de planejamento e gestão. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MARIN, J. **Globalização, diversidade cultural e prática educativa**. Curitiba: Revista Diálogo Educacional, v.4, nº 8, 2003.

NOGUEIRA, Nildo Ribeiro. **Pedagogia de projetos**. São Paulo: Ática, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada**: das intenções à ação. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

VIEIRA, Sofia Lerche. , Educação Básica: política gestão da escola. Brasília, Liber Livro, 2008.

FECIMAT

Feira de Ciências Naturais, Matemática e suas Tecnologias

INTRODUÇÃO

As Ciências Naturais - Biologia, Física, Química – juntamente com a Matemática tem se mostrado como os principais responsáveis pela reprovação no Ensino Médio, principalmente nas séries iniciais. Esses dados acabam sendo utilizados como evidências de alguns estereótipos sobre elas: são extremamente difíceis, acessíveis apenas para os “nerds”, não tem utilidade no cotidiano a não ser que se pretenda atuar profissionalmente em uma área relacionada,... Como consequência, cada vez mais alunos se vêm desmotivados a estudá-las, muitas vezes antecipando o seu fracasso “escolhendo” duas delas para serem aprovados em regime de dependência ou se dedicando a outras disciplinas já determinados a não gastar tempo com Exatas nas provas de seleção como vestibulares.

Fazendo contraponto a essa repulsa pelas Ciências Naturais e Matemática encontra-se o fascínio pelas manifestações dos seus conhecimentos no cotidiano dos estudantes de Ensino Médio, desde o seu uso num simples truque de mágica, passando por comodidades e chegando aparelhos capazes de salvar vidas. Serafim, 2001, nos faz refletir na premissa que o aluno não reconhecer a teoria científica vista em sala de aula nas situações do cotidiano comprova que não houve aprendizado significativo. Parece haver um hiato gigantesco entre a teoria científica e sua aplicação prática, o Projeto FECIMAT apresenta-se como proposta de aliá-las de forma indissociável na construção do conhecimento científico dos alunos no âmbito dos fenômenos naturais e desenvolvimento de competências e habilidades a ele relacionadas.

Apesar de se propor a ser inovador, a FECIMAT não é uma novidade na escola, tendo sua primeira edição 1999, passou por muitas transformações desde então. Começando timidamente exclusivamente no turno vespertino, hoje é um projeto da escola que abrange os três turnos e busca desenvolver um aprendizado consistente das Ciências Naturais, Matemática e suas tecnologias.

JUSTIFICATIVA

Ao se referir sobre o conhecimento científico como “*o quase nada que fica do quase tudo que pensamos ter aprendido e também ensinado*”, Caniato (1987) nos faz refletir sobre a necessidade de sistematizar o ensino de Ciências Naturais e Matemática associados à realidade na qual os alunos estão inseridos e sua significação. Fundamentamos a proposta em dois princípios, a prática experimental e a aplicação em situações reais.

Segundo Freire (1997), a teoria deve estar acompanhada da experiência. Atividades práticas são fundamentais no desenvolvimento de conceitos científicos à medida que possibilitam ao aluno transcender do abstrato. Podem ser ainda importantes estratégias para novas abordagens proporcionando novos olhares sobre um mesmo tema. Elas tendem a mostrar a Ciência como algo acessível usado em nosso cotidiano e possuem a capacidade de despertar o interesse e curiosidade dos alunos.

O processo de ensino/aprendizagem, não apenas na Área de Exatas, é potencializado quando o conhecimento é construído de modo dinâmico, contextualizado, num ambiente de troca de experiências mútuas entre professores e alunos. Está é a base da Pedagogia de Projetos, onde a aprendizagem se dá a partir de interesses dos participantes do projeto. Aprende-se participando, vivenciando sentimentos, tomando atitudes diante dos fatos, escolhendo procedimentos para atingir determinados objetivos. Ensina-se não só pelas respostas dadas, mas principalmente pelas experiências proporcionadas, pelos problemas criados, pela ação desencadeada. (LEITE, 2000).

A Feira de Ciências Naturais, Matemática e suas Tecnologias, FECIMAT, reúne esses dois princípios apresentando-se como instrumento capaz de aliar a experimentação fundamentada na metodologia científica e sua aplicação na resolução de problemas encontrados em nosso cotidiano. Não visa ser um fim, mas um processo de construção e apropriação do conhecimento científico.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aprendizado interdisciplinar e contextualizado de Ciências Naturais e Matemática por meio de construção de projetos científicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Despertar nos alunos o interesse por Ciências Naturais e Matemática.

Desenvolver projetos a serem aplicados na escola.

Desenvolver hábitos de pesquisa baseados no Método Científico.

Realizar evento para divulgação de projetos científicos.

Estimular nos alunos a dedicação e a competitividade saudável necessárias no mercado de trabalho.

Aprimorar o uso da linguagem científica.

Identificar alunos com perfil de liderança.

Desenvolver a habilidade de trabalho em equipe.

METODOLOGIA

O tema adotado será o mesmo abordado na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, sempre na perspectiva de buscar soluções de situações problemas, não se limitando apenas a reprodução de conhecimentos, privilegiando a pesquisa, apropriação e construção desses conhecimentos.

Após o lançamento do projeto, cada turma tem duas semanas para buscar entre os professores de Exatas da escola um orientador para o seu projeto. O corpo docente pertencente às cadeiras de Biologia, Física, Matemática e Química auxiliarão as turmas a discutirem problemas que servirão como ponto de partida para o projeto a ser construído e apresentado pela turma na culminância da FECIMAT. A escolha deverá ser baseada na afinidade e capacidade de contribuição ao tema, sendo que caberá ao professor aceitar ou não o convite da turma. **Cada docente poderá orientar até no máximo 3 projetos.**

O orientador do projeto deve, **obrigatoriamente**, ser um professor da área de Exatas, sendo facultativo ao orientador principal e à turma o convite a professores de outras áreas como coorientadores. A distribuição de atribuições na execução do projeto fica a critério da turma e professor orientador e deve constar claramente no diário de bordo da turma. Cabe ressaltar da importância, mesmo com a divisão de tarefas, que todos os alunos envolvidos no processo entendam e participem do projeto como um todo. A turma deverá indicar junto ao orientador do projeto aluno responsável pela Feira de Ciências, que não precisa necessariamente ser o representante de turma.

O Projeto FECIMAT será subdividido em duas etapas a serem avaliadas separadamente: Projeto Escrito e Exposição. Para fins de avaliação bimestral, a FECIMAT corresponderá a 30% da nota sendo 1,00 ponto da parte escrita e 2,0 pontos da exposição.

A nota do projeto será a mesma para toda a turma, com exceção dos casos em que não tiver ocorrido participação a contento de algum dos integrantes. Neste caso a nota será individualizada, ou seja, alunos poderão receber notas diferentes do restante da turma. Para fundamentar essas diferenciações de notas o professor orientador deverá ser analisado o diário de bordo, da turma, por parte do professor orientador.

Projeto Escrito- A parte escrita deverá ser entregue previamente ao professor orientador que após análise devolverá à turma para correções antes da entrega em definitivo. O trabalho escrito será avaliado de 0,0 a 1,0 e deve conter

justificativa, objetivos, introdução teórica, metodologia, resultados, conclusão e bibliografia. Os resultados e conclusão não deverão constar na prévia do trabalho escrito, apenas em sua versão final.

O professor orientador do projeto ao receber a prévia terá até duas semanas para a devolutiva da mesma com a análise e apontamento de correções e sugestões. Os prazos e datas referentes constam no cronograma neste edital.

Exposição- A exposição e apresentação serão avaliadas no dia da culminância do evento. A exposição será avaliada pela banca de professores e será pontuada de 0,0 a 2,0. A não entrega do projeto escrito inviabiliza a apresentação, ficando a turma inteira com 0,0 (zero). A não exposição/apresentação do projeto cancela a nota do projeto escrito.

Embora a turma possa dividir atribuições no planejamento e execução do projeto, é de suma importância que todos possam trabalhar em sintonia, uma vez que o projeto é um só. O projeto escrito deverá ficar exposto durante a apresentação do projeto, na Feira, para consulta da banca examinadora e comunidade. As turmas, por sorteio, receberão um *stand* em espaço aberto (fora de sala) para a exposição do projeto.

Todos os professores da área de exatas da escola, alguns professores das demais áreas e profissionais convidados farão parte de uma grande banca examinadora, que avaliarão as exposições. Estas avaliações servirão para composição da nota bimestral e para fins de premiação de acordo com a classificação final.

A exposição acontecerá de 08h às 16h, sendo que o período de 08h às 10h é destinado à turma para preparar o seu *stand*. A montagem não pode, em hipótese alguma, alterar a estrutura da escola (causar danos ao patrimônio) e será realizada na quadra coberta da escola. É de inteira responsabilidade da turma e não da escola, providenciar materiais e equipamentos que venham a ser utilizados no *stand* para as apresentações (extensões, barbantes, TVs, projetores, etc).

Caso aconteça algum imprevisto que impeça a exposição do projeto no dia previsto, o mesmo deverá ser comunicado ao professor orientador que junto à turma deverão apresentar pedido de apresentar posteriormente em **segunda chamada**. O pedido será analisado por comissão formada pelos professores de Exatas que poderão aceitar ou não. Caso seja aceito, o trabalho deverá ser apresentado conforme cronograma e terá pontuação 50% menor.

AVALIAÇÃO

Para fins de avaliação bimestral, a FECIMAT corresponderá a 30% da nota para as disciplinas da área de Exatas, ou seja, de 0,00 a 3,00. Essa nota será atribuída da seguinte forma:

$$NB = EX + TE$$

Sendo: NB= Nota bimestral EX= Exposição TE = Trabalho escrito

Os trabalhos são avaliados quanto a competências e habilidades demonstradas tanto na apresentação quanto na capacidade de responder a questionamentos da banca avaliadora, planejamento, criatividade, aproveitamento dos recursos utilizados e atendimento ao público. É importante que sempre tenhamos componentes da turma responsáveis pela exposição do projeto no *stand* durante toda a FECIMAT.

Os 2,0 pontos da exposição serão avaliados sob os seguintes critérios:

Organização: Banner, disposição do stand, identificação dos expositores,

Apresentação: Uso dos recursos expostos, abordagem, material utilizado.

Domínio de conteúdo: Fidelidade e relevância ao tema, linguagem culta e técnica, competências e habilidades demonstradas.

Exposição

A nota da exposição corresponderá a média aritmética das notas dos avaliadores multiplicada por 0,2, independentemente do número de avaliadores.

Premiação

Serão premiados os melhores trabalhos de cada turno e o melhor trabalho da Feira, totalizando 4 premiações.

A avaliação com fins de premiação dos melhores trabalhos considerará o somatório da nota de 10 avaliadores, variando de 0,0 a 100,00. Sendo que:

- ◆ Trabalhos que tenham mais de 10 avaliadores, terão excluídas, alternada e respectivamente, as maiores e menores notas até que restem apenas 10 notas a serem somadas.

- ◆ Trabalhos que tenham menos de 10 avaliadores, terão repetidas, alternada e respectivamente, as menores e maiores notas até que totalizem 10 notas a serem somadas.

Teremos um trabalho campeão por turno e um campeão geral. O resultado será divulgado na culminância do projeto.

A cada etapa concluída teremos ainda uma avaliação institucional do projeto a título de repensar estratégias e realizar possíveis correções de rumo e acompanhamento ao andamento dos projetos.

Cronograma

Não é possível definir data de cada etapa a ser cumprida dentro do Projeto FECIMAT pelas peculiaridades encontradas a cada edição, mas podemos definir uma cronologia para atividades a serem desempenhadas.

Planejamento	1º mês letivo
Lançamento da FECIMAT	2º mês letivo
Definição de orientador	A definir
Definição de projeto	
Entrega da prévia do trabalho escrito	
Devolução do trabalho escrito com observações	
Prévia da apresentação e entrega final do trabalho escrito	
Definição do local dos <i>stands</i>	Uma semana antes da exposição
Exposição dos trabalhos (Feira)	Mês de junho
Premiação	Dia da exposição
Segunda chamada	10 dias após exposição
Divulgação da nota bimestral parcial	2 semanas após exposição
Período de recurso	Até duas semanas após divulgação
Divulgação nota pós recurso	1 mês após exposição

RECURSOS

Dividimos recursos necessários ao êxito da FECIMAT em 4 modalidades: físicos, humanos, serviços e financeiros.

Recursos físicos: Subdividimos em dependências, material de custeio e equipamentos/mobiliário.

- Dependências: Laboratórios, quadra desportiva
- Material de custeio: reagentes químicos, vidraria, itens diversos de laboratório, material de expediente, extensões e adaptadores elétricos, cabos de áudio.

➤ Equipamentos/mobiliário:

Serviços: Internet, gráfica, manutenção de microscópios,

Recursos financeiros: Para suprir a demanda financeira, preferencialmente, serão utilizados os recursos advindos do PROEMI - Programa Ensino Médio Inovador, repassado pelo Governo Federal. Complementarmente usaremos ainda os valores provenientes do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, do Distrito Federal e ainda parcerias por meio de patrocínios junto a empresas e instituições.

Recursos humanos: O planejamento e elaboração da edição anual do Projeto FECIMAT ficará a cargo dos professores da Área de Exatas da escola sob a coordenação e supervisão da equipe gestora e coordenação pedagógica. A execução do projeto contará também com aos docentes das demais áreas da escola bem como professores e ex-alunos vencedores de edições anteriores.

Referências bibliográficas

CANIATO, Rodolpho. (Cons/com) *Ciência na Educação*. São Paulo, Papirus, 1987.

FAGUNDES, S. M. K. Experimentação nas Aulas de Ciências: Um Meio para a Formação da Autonomia? In: GALIAZZI, M. C. et al. *Construção Curricular em Rede na Educação em Ciências: Uma Aposta de Pesquisa na Sala de Aula*. Ijuí: Unijui, 2007

FAZENDA, I. C. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIORDAN, M. O papel da experimentação no ensino de ciências. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2, 1999, Valinhos. *Atas...Valinhos*, 1999.

GIRARDI, G. Fala, mestre! Nova Escola, São Paulo, ano 20, n. 181, p. 22-24, abr. 2005.

LEITE, Lucia Helena Alvarez; MENDEZ, Verônica. **Os Projetos de Trabalho**: Um espaço para viver a diversidade e a democracia na escola. Revista de Educação, Porto Alegre: Projeto, ano 3, n.4, p.25-29, jan./jun.2000.

LUCK, Heloísa. **Metodologia de Projetos**: Uma ferramenta de planejamento e gestão. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NOGUEIRA, N. R. Pedagogia dos projetos. Uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2003.

SERAFIM, M.C. A Falácia da Dicotomia Teoria-Prática Rev. Espaço Acadêmico, 7. Acesso em 04.out.2011. Disponível em: www.espacoacademico.com.br, 2001.

WANDERLEY, E. C. Feiras de Ciências enquanto espaço pedagógico para aprendizagens múltiplas. (Dissertação de Mestrado em Tecnologia) Belo Horizonte: CEFET MG-1998

PROJETO CURTAS 17

Festival de Curtas Metragens

Introdução

Os processos educacionais praticados há tempos atrás não podem ficar inertes aos constantes e rápidos desenvolvimentos tecnológicos vivenciados. O volume gigantesco de informações disponíveis, muitas vezes, de forma instantânea obriga a se repensar a escola que antes era a maior fonte de informação e conhecimento. As novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) permitem uma gama de novos pontos de vista sobre as artes e dentre elas, talvez, o cinema seja a que teve maior impacto no sentido de se aproximar do nosso cotidiano.

Até alguns anos o uso do cinema na educação se restringia a análise de filmes sob a ótica das técnicas, temáticas, imagens, sons, evoluindo para abordagens de temas transversais, desenvolvimento de pensamento crítico em propostas interdisciplinares. Porém os avanços tecnológicos atuais abriram margem a novas perspectivas. Hoje é acessível à maioria da população não apenas assistir um filme, mas produzir seu próprio filme usando um aparelho de telefonia celular. Quando observamos as competências envolvidas no processo de produção de um filme é inegável o leque de possibilidades de construção de conhecimento a disposição da escola.

Os benefícios proporcionados pela Sétima Arte vão muito além do entretenimento ou contemplação. Sua capacidade de retratar a sociedade ou períodos históricos, provocar debates, influenciar modas e costumes, emocionar plateias, movimentar mercado financeiro e mundo do trabalho, transmitir mensagens são alguns dos aspectos que possibilitam o uso da produção cinematográfica como uma poderosa ferramenta a serviço de processos educacionais. Como experiência de vida, o cinema é ampliador dos horizontes do conhecimento e a escola deve se apropriar do mesmo em suas práticas pedagógicas.

No entanto é importante ressaltar que embora os ganhos possíveis sejam imensos, realizar um projeto eficiente que atenda essa demanda representa grandes desafios a serem superados. Trabalhar cinema de forma integrada à prática

pedagógica (e não de forma estanque), professores orientarem numa área em que os alunos demonstram mais familiaridade, são apenas algumas das questões a serem respondidas pelo Projeto CURTAS 17.

Histórico

O CURTAS 17 foi idealizado em 2011, pela equipe gestora e corpo docente noturno do Centro Educacional 15 de Ceilândia, quando a escola ainda era CEF 17 de Ceilândia – daí a origem do 17 no título do projeto, um tributo à história da escola. O projeto é desenvolvido apenas no turno noturno, alcançando todas as séries e envolvendo todas as disciplinas.

De uma avaliação específica do componente curricular Sociologia, com regência do Professor Oswaldo de Siqueira Pinto, passou a ser uma apropriação de toda equipe escolar. Com constantes mudanças significativas em suas primeiras edições, desde definições de temas a períodos de produção, o CURTAS 17 parece ter encontrado seu formato definitivo, sendo hoje um marco referencial na escola.

Desde então os filmes produzidos geram grande expectativa, não apenas pelo material produzido, mas pela solenidade de entrega do Prêmio Oswaldo – homenagem ao idealizador- àqueles que se destacaram, seja por suas interpretações, roteiros, fotografia, figurino, dentre outros. Em 2013 o Programa Alternativo, exibido no SBT, produziu reportagem do nosso festival que teve grande aceitação na comunidade escolar.

Justificativa

Os elevados índices de repetência e evasão, mesmo quando comparados com o ensino diurno, são indicadores que revelam a necessidade de reconstrução do processo de ensino-aprendizagem no Ensino Médio Noturno. Muitos e grandes são os desafios no sentido de transpor o abismo que existe entre os interesses e expectativas dos alunos e as escolas. Um deles é lidar com a grande facilidade e velocidade com que as informações são transmitidas pelas novas TICs

(tecnologias da informação e comunicação) e auxiliar na transformação das mesmas em conhecimento crítico e significativo capaz de instrumentalizar o aluno em sua formação quanto cidadão e continuidade de seus estudos.

Outra particularidade encontrada é a baixa autoestima entre os alunos, evidenciada pela falta de perspectiva em continuar os estudos. Para muitos, o sonho do curso universitário é algo inatingível. A falta de tempo para estudar algo a mais que o visto em sala de aula (carga horária menor), em função das obrigações empregatícias e/ou do lar acabam por gerar desânimo e frustrações, que inclusive foi o motivo para muitos interromperem seus estudos, permeiam a vida escolar de grande parte do corpo discente do ensino noturno.

É necessário resgatar em nossos alunos a confiança em seu potencial por meio de atividades em que possam exercer seu potencial artístico, cultural, de seu interesse e com –muitas vezes- caráter lúdico, sem, no entanto, representarem concorrência ao processo de ensino aprendizagem e preparação para continuidade dos estudos ou momentos estanques, com um fim por si só.

Por fim, levanta-se ainda a importância que haja o protagonismo juvenil em meio ao nosso alunado, capaz de formar não apenas cidadãos capazes de continuar seus estudos em universidades, mas que o façam de forma crítica e consciente. A escola deve proporcionar oportunidades de trabalhos em equipe, de fortalecer relações pessoais, de transferência de responsabilidade ao aluno, onde não seja apenas o “consumidor” e sim o produtor do conhecimento.

O Projeto CURTAS 17 contempla estas necessidades e mostra-se ainda como uma ferramenta interdisciplinar que trabalha competências e habilidades fora de caixinhas compartimentadas comuns em nosso sistema educacional.

Objetivo geral

Contribuir para a formação de cidadãos por meio do protagonismo juvenil e desenvolvimento de letramentos enquanto se estuda obras solicitadas pelo PAS.

Objetivos específicos

- Produzir filmes de curta metragem.
- Reduzir evasão escolar.
- Aumentar índice de aprovação escolar.
- Aumentar índice de alunos aprovados em processo seletivo de Ensino Superior.
- Desenvolver a habilidade de trabalho em equipe.
- Aprimorar a análise da linguagem cinematográfica.
- Despertar o interesse do aluno pela linguagem cinematográfica.
- Familiarizar os alunos com as tecnologias de informação e comunicação.
- Realizar evento para divulgação de trabalhos produzidos pelo corpo discente.
- Fortalecer a autoestima dos alunos pelo reconhecimento de suas produções individuais e coletivas.
- Estimular nos alunos a competitividade saudável necessárias no mercado de trabalho.

Metodologia

O projeto encontra-se ancorado no tripé Pedagogia de projetos/Inteligências Múltiplas/continuidade dos estudos.

Da Pedagogia de Projetos temos a preocupação em construir conhecimento a partir da realização concreta de uma ação que produza algo palpável que faça parte do rol de interesses de nossos alunos, de tal forma que eles aprendam durante a produção por meio de suas pesquisas, de suas dúvidas, de relações estabelecidas e até mesmo resolução de problemas e conflitos, num modelo construcionista, segundo VALENTE (1999). Na Inteligências Múltiplas buscamos a referência ao lançar um olhar diferenciado sobre cada um dos alunos enquanto manifestam suas aptidões e conhecimentos em variados formatos e áreas cognitivas, que por vezes são difíceis de serem observadas num cotidiano escolar, mas que a luz de um projeto com tantas áreas de conhecimento envolvidas torna-se algo palpável.

Por fim, todo esse esforço versa por preparar um cidadão crítico, mas também um capaz de continuar seus estudos, potencializando o exercício de sua cidadania.

O projeto consiste na produção de um filme de curta metragem temático acompanhado de material de divulgação (banner, trailer e capa de dvd). O tema deve interligar 3 obras de naturezas diferentes (livro/música/arte visual ou texto/filme/música, por exemplo) que façam parte da matriz de referência do Programa de Avaliação Seriada (PAS) da UnB da série em que a turma estiver cursando. Como incentivo e facilitador de pesquisa, cada aluno receberá uma mídia contendo todas as obras do PAS por série, bem como os professores.

Cabe aos alunos e professores orientadores a divisão de tarefas, tais como: roteiro, cenário, figurino, filmagem, edição, interpretação, dentre outros. Os trabalhos serão apresentados e avaliados pelos professores e a média de suas notas irá compor a nota bimestral.

Apesar de sua avaliação final ocorrer em no 4º bimestre, o projeto inicia-se ainda no 2º bimestre. Serão ofertados aos alunos workshops, palestras e vivências voltadas para a formação de produção cinematográfica envolvendo: fotografia, edição, roteiro, filmagem, sonoplastia, direitos autorais, dentre outros. Os ministrantes serão professores da própria escola e instituições parceiras.

Por ocasião do lançamento anual do projeto serão exibidos os melhores curtas do ano anterior e ao final do ano, antes da premiação, os filmes produzidos ao longo do ano.

Avaliação

A avaliação dos trabalhos ocorrerá em dois momentos: roteiro e filme.

Os roteiros serão avaliados valendo de 0,0 a 1,0 ponto e ocorrerá de acordo com cronograma constante em edital. Será entregue uma prévia do roteiro para observações pertinentes antes da entrega definitiva valendo nota.

Os filmes serão avaliados no 4º bimestre, valendo de 0,0 a 4,0 pontos. Todo o corpo docente avaliará os filmes atribuindo-lhes notas de 0,00 a 10,00. A média dessas avaliações será multiplicada pelo fator 0,4, totalizando nota final de 0,00 a 4,00.

Este projeto é parte componente avaliativa de todas as disciplinas. Cabe ressaltar que a nota do projeto será a mesma para toda a turma, com exceção dos casos em que não tiver ocorrido participação. **Independente da função desempenhada pelos alunos**, todos farão jus à nota da turma, desde que sua participação esteja devidamente registrada nos créditos do filme. Não será entregue trabalho escrito. **Não serão aceitos acréscimos de nomes de alunos ao trabalho que não constem nos créditos. Os nomes dos alunos participantes serão conferidos no ato da entrega do material.**

Apenas o filme será avaliado, no entanto a não entrega do trailer, banner, capa de dvd, implica em perda de 1,00 ponto na nota final do trabalho por item não entregue. A avaliação levará em conta: fidelidade ao tema, requisitos técnicos exigidos, interpretação, áudio, iluminação, pontualidade nos prazos estabelecidos, dicção, criatividade, figurino.

O projeto como um todo será avaliado a cada etapa para possíveis correções ao longo do processo e ao final para verificar objetivos alcançados e avanços necessários para a próxima edição.

Solenidade de premiação

Embora a solenidade de premiação não faça parte da avaliação do projeto, é nela que realizamos a culminância do CURTAS 17 e porque não dizer do ano letivo do noturno. É um momento de reconhecimento ao esforço, dedicação e criatividade do maior patrimônio de nossa escola: nossos alunos. Os indicados à premiação e demais componentes da turma participarão de sessão de fotos, entrevistas a título de cobertura e divulgação do evento, buscando reproduzir todo o glamour de premiações nestes moldes. A mesma ocorrerá em auditório a ser divulgado. Serão premiadas as categorias: Melhor filme, melhor diretor, melhor atriz, melhor ator, melhor roteiro,

melhor figurino, melhor som, melhor fotografia, melhor edição, melhor trilha sonora, melhor banner, curtida da galera, melhor locação. A cerimônia de premiação será aberta aos familiares e amigos, com traje de gala, apresentações artísticas, coquetel, fotógrafos e etc.

Aspectos técnicos do filme

A produção do filme deverá seguir as seguintes etapas de produção: roteirização, pré-produção, filmagem, montagem e finalização.

O filme deve ser salvo obrigatoriamente na extensão MP4 e resolução mínima de 720x480, em duas cópias idênticas, gravadas em mídias de DVD. O filme deverá ter até 5 minutos de duração, computando-se o tempo destinado aos créditos. Filmes que excederem tempo máximo serão desclassificados da premiação e serão penalizados em sua nota em 50%.

O equipamento utilizado é de inteira responsabilidade da turma, sendo permitida a realização das filmagens por aparelho celular, câmera digital ou filmadora, desde que se atente para a qualidade de imagem e som.

É de responsabilidade da turma a observação das leis, normas e regulamentos relativos aos direitos autorais de trilhas sonora/musicais e de imagens. Deverão obter as autorizações de trilhas sonoras/musicais e de imagens, quando for o caso. Estão dispensadas de autorização as turmas que utilizarem imagens e trilhas sonoras oriundas de fontes de domínio público, desde que indicadas nas fichas técnicas dos filmes.

Serão atribuídas notas 0,0 (zero) e desclassificação da premiação aos filmes que: incentivarem o uso de bebidas alcólicas, prática de tabagismo e uso de drogas ilícitas; que tratem de propaganda político partidária; que apresentem conteúdo pornográfico; que apresentem temática preconceituosa, ofensiva ou não atendam a classificação livre.

Trailer do filme:

Duração: mínima de 15s e máxima de 20s, gravação no mesmo formato do filme.

Capa de dvd:

Deve conter sinopse, ficha técnica e imagem da capa.

Banner:

Modelo de cartaz de divulgação de filme. Deve ser impresso em lona, com medida de 0,80m de largura por 1,00m de altura. Ficarão expostos na escola e no local da premiação.

RECURSOS

Dividimos recursos necessários ao êxito do PROJETO CURTAS 17 em 4 modalidades: físicos, humanos, serviços e financeiros.

Recursos físicos: Subdividimos em dependências, material de custeio e equipamentos/mobiliário.

- Dependências: Laboratório de informática e sala de vídeo.
- Material de custeio: Mídias em DVD, materiais de expediente diversos.
- Equipamentos/mobiliário: Computadores, projetor multimídia, caixas e mesa de som.

Serviços: Internet, gráfica, transporte de alunos.

Recursos financeiros: Para suprir a demanda financeira, preferencialmente, serão utilizados os recursos advindos do PROEMI - Programa Ensino Médio Inovador, repassado pelo Governo Federal. Complementarmente usaremos ainda os valores provenientes do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, do Distrito Federal.

Recursos humanos: Todo o corpo docente, coordenadores noturnos e equipe gestora sejam protagonistas do Projeto, mas os orientadores de cada turma desempenham papel fundamental no acompanhamento do projeto. Contamos ainda com as parcerias de instituições e grupos para auxiliarem na formação dos alunos visando capacitação para a produção cinematográfica.

CRONOGRAMA

Segue cronograma simplificado das etapas a serem executadas durante o projeto.

Ações	Previsão
Apresentação do projeto aos novos professores	Data da escolha de carga horária
Definição de datas e distribuição de pontuação	Data da escolha de carga horária
Lançamento do projeto junto aos alunos	Início do segundo bimestre
Formação para alunos e professores	Início em junho (começando por produção de roteiro)
Entrega de roteiro	3º bimestre
Devolução de roteiro comentado	3º bimestre
Entrega do roteiro definitivo	4º bimestre
Entrega de filme, banner, trailer	A definir
Sessão de exibição na escola	A definir
Votação popular	A definir
Avaliação pelo corpo docente e convidados	A definir
Divulgação dos indicados	A definir
Cerimônia de premiação	Último dia útil de novembro
Divulgação de notas	Período de provas 4º bimestre

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Milton José de. *Imagens e Sons: a nova cultura oral*. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 32). DUARTE, Rosália. *Cinema e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ARAÚJO, Inácio. Prefácio. In: COSTA, Antônio. *Compreender o Cinema*. Rio de Janeiro: Globo, 1987. *Cinema: o mundo em movimento*. São Paulo: Scipione, 1995. CARRIÈRE, Jean-Claude. *A Linguagem Secreta do Cinema*.

DISTRITO FEDERAL. *Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota*. Brasília: SEEDF, 2012.

DUARTE, Rosália. *Cinema e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GARDNER, H. (1995). *Inteligências Múltiplas: a teoria na prática*. Porto Alegre: Artes Médicas.

GARDNER, H. (1997, Setembro). *Sobre as várias inteligências*: Nova Escola, n. 105. (pp. 42-45). São Paulo.

VALENTE, J.A. *Formação de Professores: Diferentes Abordagens Pedagógicas*. In: J.A.

JOGOS INTERCLASSES

INTRODUÇÃO

O esporte é uma atividade a que poucos conseguem ficar indiferentes, seja por praticarem ou por se envolverem torcendo, participando ainda que indiretamente. Está bem longe de ser apenas uma atividade de lazer, descontração ou exercício físico. Por oportunizar experiências capazes de exercitar habilidades relacionadas ao trabalho em grupo (e mesmo individuais) podem influenciar de forma significativa na formação tanto social quanto intelectual (LIMA, 2010).

A prática esportiva promove sensações, emoções, adrenalina, que identificados pelo cérebro causa motivação às atividades propostas bem como desenvolvem a capacidade de protagonismo, resolução de problemas em torno das adversidades encontradas e respeito às regras vigentes.

Ao mencionar a relevância do esporte no que tange aos valores necessários para o convívio em sociedade como respeito, tolerância, inclusão, dedicação, dentre outros, o esporte ainda se mostra “[...] um fator fundamental para a educação de crianças e jovens, atribuindo-se a ele frequentemente papéis admiráveis [...]”. (BASSANI; TORRI; VAZ, 2003, p. 90).

Ao entender o esporte como sendo um instrumento pedagógico, é preciso integrá-lo às práticas de formação para a cidadania desenvolvidas na escola.

JUSTIFICATIVA

Ao contrário de um pensamento comum, que a escola deve formar atletas, acreditamos que embora o esporte deva ser vivenciado e até apresentado aos alunos de forma organizada. A escola não tem como função revelar atletas para esporte de alto rendimento, embora possa apresentá-lo em caráter inicial.

Mais importante é usá-lo como instrumento de formação pedagógica, principalmente por meio da interação entre os protagonistas da construção do conhecimento, conforme previsto no Currículo em Movimento.

Apesar de procurar formar equipes para competição em nível escolar, a sua prática será incentivada a ser inclusiva, à medida que os jogos interclasses têm a característica de ter equipes formadas por alunos que na maioria das vezes não estariam em competições com o aspecto competitivo sobrepondo-se ao lúdico de forma tão marcante. Desta forma, justifica-se a realização deste projeto, com o propósito de utilizar os benefícios do esporte como mais uma alternativa na formação de nossos alunos.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aprendizado interdisciplinar e contextualizado de Ciências Naturais e Matemática por meio de construção de projetos científicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Desenvolver a habilidade de trabalho em equipe.

Estimular nos alunos a dedicação e a competitividade saudável necessárias no mercado de trabalho.

Identificar alunos com perfil de liderança.

Selecionar atletas para representar a escola em competições escolares.

METODOLOGIA

Os Jogos Interclasses serão disputados por 6 equipes formadas da união de três turmas previamente sorteadas junto aos representantes das turmas, no diurno e 6 equipes no noturno (uma de cada turma). Serão disputadas as seguintes modalidades:

Coletivas	Individuais	Dupla
Futsal	Tênis de mesa	Dominó
Voleibol	Xadrez	Pebolim
Basquete		
Queimada		

Em acordo com a procura, podem ser inseridas outras modalidades.

Nas modalidades coletivas poderão ser inscritos até 18 alunos, sendo o mínimo de 10 inscritos. Nas modalidades individuais poderão ser inscritos até 6 atletas por equipe. Nas modalidades em dupla poderão ser inscritos até 6 duplas por equipe. **No ato do sorteio poderão ser definidos confrontos entre alunos da mesma equipe ou sala.**

A equipe poderá confeccionar uniformes para a disputa dos jogos. Se forem aprovadas pela direção, poderão ser usadas como uniforme para entrada na escola exclusivamente nas sextas – feiras. Durante os jogos cada equipe, se não tiver uniforme próprio, poderá utilizar coletes fornecidos pela escola.

INSCRIÇÕES

As inscrições deverão ser feitas por equipe em formulário próprio, disponibilizado junto com este edital. Para fins de premiação será cobrada taxa de inscrição. Os atletas devidamente inscritos poderão participar em até 2 modalidades.

Pontuação

Cada modalidade será pontuada para efeitos de classificação geral nos Jogos Interclasses, conforme tabela a seguir.

	Coletivas	Individuais ou dupla
1º	1000 pontos	100 pontos
2º	800 pontos	80 pontos
3º	600 pontos	60 pontos
4º	400 pontos	40 pontos
5º	200 pontos	20 pontos
6º	100 pontos	10 pontos

Em caso de WO por modalidade coletiva a equipe é penalizada em 500 pontos e desclassificada da modalidade.

Em caso de WO em modalidade individual ou coletiva a equipe é penalizada em 50 pontos.

RECURSOS

Dividimos recursos necessários em 4 modalidades: físicos, humanos, serviços e financeiros.

Recursos físicos: Subdividimos em dependências, material de custeio e equipamentos/mobiliário.

- Dependências: Pátio interno e externo, quadra poliesportiva.
- Material de custeio: bolas, redes, material de arbitragem, premiação, etc.

➤ Equipamentos/mobiliário: mesas de tênis, postes, traves, tabelas, etc.

Serviços: Arbitragem, manutenção de equipamentos.

Recursos financeiros: Para suprir a demanda financeira, preferencialmente, serão utilizados os recursos advindos do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, do Distrito Federal e ainda parcerias por meio de patrocínios junto a empresas e instituições, inscrições.

Recursos humanos: O planejamento e elaboração da edição anual ficará a cargo dos professores da Área de Educação Física, sob a coordenação e supervisão da coordenação pedagógica e equipe gestora. A execução do projeto contará também com os docentes das demais áreas da escola bem como professores, ex-alunos, membros da comunidade escolar, estagiários em Educação Física.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, CELSO, **Inteligências Múltiplas**, São Paulo, SP: Editora Salesiana, 2003.

ASSIS, S. **Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica**. Campinas, SP: Autores Associados, Chancela Editorial CBCE, 2001

BASSANI, J. J.; TORRI, D.; VAZ, A. F. **Sobre a presença do esporte na escola: paradoxos e ambiguidades**. Movimentos, Porto Alegre, 2003.

LIMA, C. Educação e Esporte : Poderosas ferramentas de inclusão social. Disponível no endereço: <http://elo.com.br/portal/colunistas/ver/225075/educacao-e-esporte--poderosas-ferramentas-de-inclusao-social.html>. Acessado dia 22 de outubro de 2013.

PAES, R. R. **Pedagogia do Esporte**: Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

RUBIO, K. **O imaginário esportivo contemporâneo: o atleta e o mito do herói**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

SAMULSKI, D. **Psicologia do esporte: manual para educação física**, Barueri: Manole, 2002

TUBINO, M.J.G. **Dimensões sociais do esporte**. 2ª edição revisada. São Paulo: Cortez 2001.